

Armando Corrêa da Silva

A METRÓPOLE AMPLIADA E O BAIRRO METROPOLITANO
O caso de São Paulo: o Bairro da Consolação

São Paulo
1982

Armando Corrêa da Silva

A METRÓPOLE AMPLIADA E O BAIRRO METROPOLITANO
O Caso de São Paulo: o Bairro da Consolação

São Paulo
1982

Tese apresentada em Concurso
de Livre Docência ao Departa-
mento de Geografia da Facul-
dade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universi-
dade de São Paulo.

A METRÓPOLE AMPLIADA E O BAIRRO METROPOLITANO

O Caso de São Paulo : o Bairro da Consolação

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
PARTE I : A PERSPECTIVA URBANA CONTEMPORÂNEA	22
Cap. 1 : <u>Por que o Urbano?</u>	23
A Cidade como o Lugar das Liberdades	24
A Cidade como Oportunidades do Capital e do Trabalho	35
A Cidade como um Espaço de Dominação	47
a. O Espaço Liberal Urbano	48
b. O Espaço Urbano de Monopólio	53
A Cidade na Particularidade da Dependência	56
O Progresso Urbano e suas Contradições	62
Bibliografia	67
Cap. 2 : <u>A Cidade como Referência do Modo de Vida</u>	73
O Modo de Vida Rural: O Camporês e a Cidade	75
O Modo de Vida Rural: O Trabalhador Livre e a Cidade	79
O Modo de Vida Urbano	82
Os Modos de Vida no Espaço Ampliado Urbano	92
Bibliografia	99
Cap. 3 : <u>Uma Questão de Ótica Espacial</u>	102
A Subtotalidade Geografia: o Espaço como Sêr ...	109
Dialética e Materialidade do Espaço	114
A Especificidade do Espaço Urbano no Capitalismo	117
Bibliografia	122

Cap. 4	: <u>O Papel do Geógrafo</u>	124
	Bibliografia	145
PARTE II: ESPAÇO URBANO E CAPITAL MONOPOLISTA		147
Cap. 5	: <u>O Estudo do Solo Urbano: Pressupostos 1</u>	148
	O Uso do Solo	150
	a. Solo e Superfície da Terra	152
	b. Solo e Características Específicas	160
	c. Solo e Utilização: Vantagens e Limitações .	169
	d. Uso Urbano e Outros Usos	172
	Localização Urbana	173
	a. O Sítio Urbano	173
	b. Teorias da Localização	191
	c. Valor Natural e Valor de Uso	196
	Bibliografia	198
Cap. 6	: <u>O Solo como Necessidade Básica: Pressupostos 2</u> .	202
	Solo e Produção de Alimentos	204
	a. Produção Agrícola	205
	b. Produção Industrial	211
	Solo e Habitação	212
	a. O Bairro Rural	212
	b. O Bairro Urbano	214
	c. O Bairro Industrial	216
	Solo e Indústria	218
	Solo e Comunicações/Transportes	220
	Solo e Comércio e Serviços	222
	Bibliografia	223
Cap. 7	: <u>A Produção do Solo como Capital</u>	227
	A Renda: Terra, Trabalho e Propriedade Privada .	229
	Terra Natural e Solo-Mercadoria	232
	A Renda Fundiária Urbana	235
	Especulação Imobiliária	244

	Bibliografia	246
Cap. 8	: <u>Requisitos do Uso do Solo como Capital</u>	247
	A Produção do Espaço Urbano	248
	A Cidade Capitalista	251
	O Capital de Serviços	253
	O Controle da Metr�pole Ampliada	258
	Bibliografia	260
PARTE III: A ÁREA METROPOLITANA AMPLIADA		263
Cap. 9	: <u>Cidade e Metr�pole</u>	264
	A Diferencia�o Urbana	266
	A Conquista do Território	270
	Os Núcleos Avan�ados	277
	Do Sub�rbio � Periferia	280
	Bibliografia	282
Cap. 10	: <u>Estrutura Interna: Zonas e Distritos</u>	284
	A Estrutura Ampliada Simples	285
	Crise dos Espaços Concentrados	289
	A Estrutura Ampliada Composta	298
	A Articula�o dos Espaços Dispersos	306
	Bibliografia	311
Cap. 11	: <u>Região Metropolitana: os Municípios</u>	313
	As Conex�es Intra-Urbanas	314
	As Conex�es Inter-Urbanas	316
	Do Território � Região	317
	Da Região � �rea	320
	Bibliografia	323
Cap. 12	: <u>O Caso de São Paulo</u>	325
	Urbanismo e Ruralismo	327
	a. A Presença do Mundo Rural	329
	b. O Café e a Imigra�o	331
	Industrializa�o e Ruptura do C�rculo	333

	O Lugar do Capital	334
	O Espaço da Contradição	335
	Bibliografia	344
PARTE IV :	O BAIRRO METROPOLITANO	346
Cap. 13 :	<u>Caracterização e Tipologia</u>	347
	O Bairro Externo	350
	O Bairro Interno	353
	A Área Dividida	356
	A Área Núcleo	358
	Bibliografia	361
Cap. 14 :	<u>Articulação Geral</u>	362
	O CHD e os Sub-Centros	365
	O Sistema de Bairros	372
	Os Espaços Intermediários	378
	Superimposições e Sobreimposições	381
	Bibliografia	383
Cap. 15 :	<u>O Espaço Circular Interno</u>	385
	O <u>Nexus</u> Metropolitano	387
	Permanência na Mobilidade	390
	Os Espaços Complementares	392
	O Espaço Sub-Central	394
	Bibliografia	396
Cap. 16 :	<u>O Bairro da Consolação -SP</u>	397
	Configuração Ampliada	400
	Caracterização Restrita	406
	Análise Espacial	412
	a. Valores Relacionais Geográficos	415
	b. Valores Relacionais Econômicos	417
	c. Valores Relacionais Geoeconômicos	422
	Uso do Solo Urbano	425

Bibliografia	430
CONCLUSÃO	432

RESUMO

Este trabalho, a ser publicado em 1977, trata da situação da indústria de calçados em Portugal, analisando a produção, o comércio exterior e a distribuição. O estudo baseia-se em dados estatísticos de 1975 e 1976, complementados por informações de fontes secundárias. O trabalho é dividido em três partes: a primeira descreve a indústria de calçados em Portugal, a segunda analisa o comércio exterior e a terceira discute a distribuição. O trabalho conclui que a indústria de calçados portuguesa apresenta um potencial de crescimento significativo, especialmente no mercado exterior.

*** INTRODUÇÃO ***

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a situação da indústria de calçados em Portugal, com especial atenção para a produção, o comércio exterior e a distribuição. Para isso, foram utilizados dados estatísticos de 1975 e 1976, complementados por informações de fontes secundárias. O trabalho é dividido em três partes: a primeira descreve a indústria de calçados em Portugal, a segunda analisa o comércio exterior e a terceira discute a distribuição. O trabalho conclui que a indústria de calçados portuguesa apresenta um potencial de crescimento significativo, especialmente no mercado exterior.

Palavras-chave: Indústria de calçados, Portugal, comércio exterior, distribuição.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, A METRÓPOLE AMPLIADA E O BAIRRO METROPOLITANO. O Caso de São Paulo: o bairro da Consolação., procura-se mostrar que a metrópole tornou-se um lugar privilegiado de manifestação do capitalismo monopolista de Estado. O CME corresponde a uma forma avançada de desenvolvimento do capitalismo no qual crescentes funções do capital são absorvidas pelo Estado: desenvolvimento da reprodução da força de trabalho (Castells, 1977:3) meios de consumo coletivos (Lojkine, 1981:124), meio de produção (Folin, 1977:53) e, também, produção do solo para obtenção de renda (Harvey, 1980: 131).

O aumento do papel do Estado na organização do território, de que são exemplos recentes o Mercado Comum Europeu, a Comunidade Européia do Carvão e do Aço etc. alterando as condições de produção, levou à reorganização da rede de transportes, o que atingiu fortemente o campo, a partir da criação ou do fortalecimento de uma rede urbana, a tal ponto que, em alguns lugares (França, Inglaterra, Estados Unidos), a reprodução da força de trabalho passou a dar-se indiferentemente no campo e na cidade; aumentou a produção de meios de consumo coletivos; a cidade tornou-se gigantesco meio de produção; aumentou a produção de solo urbano para obtenção de renda. Isto implicou na destruição de uma organização metropolitana anterior, sobre a qual erigiu-se uma estrutura urbana de novas dimensões e novo significado. Essa mudança significou um processo de centralização-descentralização que mudou o caráter das migrações.

Qual o fenômeno de infra-estrutura responsável-

vel por isso?

Que modificações ocorreram com o capital para que isso fosse possível?

O que se verificou no espaço e com o espaço?

Lojkine refere-se a um "estágio do capitalismo monopolista simples", na época de Lenin (Lojkine, 1981: 165). A hipótese que é levantada aqui é a de que teria ocorrido o aparecimento de uma reprodução ampliada composta do capital, por efeito da fragmentação de sua totalidade. O agregado monopolista atual é a resposta do capitalismo a um mundo fragmentado que surgiu com a 2ª guerra mundial. Não mais a unidade opaca monopolista do passado recente, mas uma totalidade pulverizada que só encontra coerência no conglomerado atual.

O resultado é a segregação espacial, que tem como correspondência a agregação espacial. Uma nova divisão do trabalho, portanto, em que o território mostra-se reorganizado segundo uma lógica de partes e todo. Daí a setorização e a regulação dos fluxos: o sistema. Daí a organização do espaço: o modelo.

Tal processo foi possível através do aumento do poder do Estado. A esse aumento correspondeu o aparecimento de um capital de serviços, alterando-se com ele a composição orgânica do capital. "Ao estágio clássico do capitalismo marcado pela oposição entre o capital industrial e a propriedade fundiária agrícola sucede pois o estágio monopolista marcado pela fusão do capital financeiro com a renda fundiária", o que ocorre também com a renda fundiária urbana (Lojkine, 1981:166). Ora, há uma ligação estreita entre a renda fundiária urbana e o capital de serviços.

Em nível nacional o capital expande-se por

todo o território, através dos polos industriais e dos reforços à urbanização. Nos casos de territórios por ocupar, a expansão se dá para dentro, particularizando-se o agregado monopolista composto.

Esse fenômeno geral tem características específicas nas metrópoles. Da metrópole com subúrbios passa-se à metrópole com periferia. O espaço torna-se um renovado valor para o capital.

Enquanto a metrópole clássica do capitalismo se organiza sob o modelo radial concêntrico, em que pesem as particularidades do sítio urbano, a metrópole atual apresenta-se descentralizada - centralizada com a ocorrência de centros e sub-centros: de lazer, de consumo, históricos, de decisão, de moradia, comerciais, industriais, financeiros, mistos etc., distribuídos num espaço ampliado composto em que funções antes antagônicas são conciliadas pela ação do CME, através do planejamento, de cima para baixo. Daí o novo valor do solo, melhor dizendo, dos solos urbanos.

O instrumento dessa reorganização do espaço é o planejamento, apoiado na recente revolução tecno-científica decorrente do progresso das ciências e das novas necessidades do capitalismo. (Santos, 1980: 73). Nas metrópoles ocorre, então, o zoneamento, que em algumas delas é muito antigo. Mas, se no passado o zoneamento tinha por efeito a distribuição homogênea das funções, hoje ele representa a tentativa de ordenar o "caos" provocado pelo crescimento da composição orgânica do capital em que o capital fixo tem importância crucial.

Todo esse processo alcança a célula elementar urbana: o bairro.

O que acontece?

Na primeira parte, A PERSPECTIVA URBANA CONTEMPORÂNEA, discute-se através de contribuições diversas, o significado do urbano e da cidade. O primeiro capítulo, "Por que o Urbano?" tenta dar conta da atualidade do tema urbanização e espaço e da problemática do homem na metrópole ampliada, que estaria na base de uma nova realidade a nível mundial. O ponto de referência é, contudo, a realidade brasileira metropolitana. Dada a rapidez do processo de urbanização ocorrido nas últimas décadas põe-se o problema das relações cidade-campo, que é longamente referido. Os temas estão relacionados à crise das cidades, assunto bastante discutido, mas sem muitas referências científicas significativas ao modo de produção capitalista. Neste caso, as contribuições são bastante recentes. Toma-se, aqui, a hipótese da existência de uma reprodução ampliada composta do capital, que corresponderia ao atual estágio do capitalismo monopolista de estado. Esse fenômeno estaria na base da transformação da metrópole com subúrbios para a metrópole com periferia.

A técnica de redação, que é mantida durante todo o transcorrer do trabalho, implica na feitura de longas e interdisciplinares citações - que evidenciam ocorrências empíricas e lógicas - e que são articuladas genética e ontologicamente como manifestações reais da hipótese teórica.

O procedimento expositório, que só se modifica na "Conclusão", permite a resposta a vários temas.

No Capítulo primeiro são examinadas as questões: "A Cidade como o Lugar das Liberdades", em que o problema do camponês e a cidade é tomado inicialmente para ju

tificar a continuidade rural-urbana-industrial; "A Cidade como Oportunidades do Capital e do Trabalho", que retoma o tema em outra dimensão genética, é em que a preocupação agora é com o solo urbano, como solo efetivo e solo criado; "A Cidade como um Espaço de Dominação" examina, "a. O Espaço Liberal Urbano", lugar de direitos públicos e privados e do desequilíbrio da livre concorrência, e "b. O Espaço Urbano de Monopólio", lugar do homem metropolitano que só é livre como sobredeterminador da necessidade consciente; "A Cidade na Particularidade da Dependência", em que se discute, num plano mais avançado, a questão da autonomia urbana e do complexo de serviços; finalmente, "O Progresso Urbano e suas Contradições", em que a liberdade se põe como o livre fluxo na rede urbana, nova realidade objeto do capitalismo na periferia, em que a estrutura da metrópole contém uma lógica que a relaciona ao bairro, dentro de um processo de centralização-descentralização no qual a periferia imediata ao CBD expandido reflete, nessa unidade, as contradições gerais.

No Capítulo segundo, intitulado "A Cidade como Referência do Modo de Vida", o problema das relações cidade-campo é retomado, com a caracterização do camponês em "O Modo de Vida Rural : o Camponês e a Cidade", em que são discutidas a migração e o ajustamento urbano; em, "O Modo de Vida Rural : o Trabalhador Livre e a Cidade", o operário livre é o personagem da ascensão social na cidade redefinida; em "O Modo de Vida Urbano" discute-se a divisão do trabalho na cidade e, com ela, o Terciário, o que leva ao tema do consumo, do uso do solo e do espaço da cidade, como centro de decisão e um novo uso do excedente; "Os Modos de Vida no Espaço Ampliado Urbano" discute o tema do excedente em várias escalas, desde o nível interna -

cional da rede urbana até o bairro, como módulo que é unidade reguladora das proporções da cidade renovada.

No Capítulo terceiro, "Uma Questão de Ótica Espacial", desenvolve-se a questão metodológica posta pela abordagem já iniciada, quando se dá conta de uma concepção ontológica genética do sêr; "A Subtotalidade Geografia: o Espaço como Sêr" é a especificação da abordagem ao nível do geográfico com a identificação do objeto, o lugar; em "Dialética e Materialidade do Espaço" alguma metodologia é explicitada na discussão da forma espacial e do movimento espacial; o exposto permite a consideração de "A Especificidade do Espaço Urbano no Capitalismo", com a discussão do capitalismo de monopólio e da reprodução ampliada composta do capital.

No Capítulo quarto coloca-se a questão de "O Papel do Geógrafo", com a consideração da sociedade tecnocrática atual, a organização dos novos profissionais, a auto-gestão, as classes médias tradicionais, o trabalho produtivo, a natureza dos serviços, o caso do trabalhador científico, o trabalho improdutivo, o papel dos intelectuais, o que ocorreu no Brasil, o que ocorre hoje, a proletarização do intelectual, a produção cultural, a nova fração proletária, o geógrafo e o trabalho produtivo, o geógrafo e a posição de classe, o geógrafo e o urbano, o geógrafo e a consciência do futuro.

A primeira parte deste trabalho é, assim, a apresentação do tema geral.

A segunda, intitulada ESPAÇO URBANO E CAPITAL MONOPOLISTA, discute, segundo o mesmo critério de citações articuladas genética e ontologicamente, o solo efetivo e o solo criado.

No Capítulo quinto, "O Estudo do Solo Urbano Pressupostos I", identifica-se a existência do solo em si e do solo para usos. Trata-se, inicialmente, do estudo do solo natural, como parte do espaço das cidades, o que é feito em "O Uso do Solo"; verifica-se, então, "a. Solo e a Superfície da Terra", com a consideração do solo geológico, do solo pedológico e do solo geográfico, sendo que o solo pedológico é o mais explícito e é feita uma relação com os dispêndios relativos ao capital fixo; em "b. Solo e Características Específicas" é feita uma tentativa mais detalhada da relação solo natural - solo urbano; em "c. Solo e Utilização: Vantagens e Limitações" mostra-se a diferença entre o solo agrícola e o solo urbano, com outra consideração sobre o capital fixo e sua formação; em "d. Uso Urbano e Outros Usos" o solo pedológico é considerado como superfície de contato, o que relaciona o solo natural ao solo urbano, enquanto localização, havendo, então, uma mudança de nível de abordagem; "Localização Urbana", por isso, remete ao tema "a. O Sítio Urbano", em que o solo pedológico relaciona-se ao relevo, como gleba, pedaço de terra, ou terreno, sendo considerado o sítio urbano como espaço absoluto, através de vários exemplos, dispostos sequencialmente, de modo genético, evidenciando abordagens funcionais estáticas e sistêmicas dinâmicas; em "b. Teorias da Localização" passa-se da categoria terreno, para a categoria lote, havendo já, aqui, uma transição do solo em si para o solo para usos, sendo que já se trata, então, de um espaço relativo, com a consideração dos fluxos de circulação; chega-se, assim, a "c. Valor Natural e Valor de Uso", quando se considera o significado em si e o significado para outros do solo, enquanto espaço efetivo e espaço criado, sen

do que o espaço relacional dá unidade ao conjunto das categorias terra, solo, terreno e lote, constituindo-se em premissas para a referência ao seu uso como riqueza.

No Capítulo sexto, "O Solo como Necessidade Básica: Pressupostos 2", o tema é a passagem da consideração do espaço em si, aos espaços de ocorrência e manifestação. Por isso, o solo é valor como lugar de moradia, de trabalho, de troca, de consumo e de lazer; em o "Solo e Produção de Alimentos" o problema do campo é retomado como "a. Produção Agrícola", quando o solo já aparece como meio de produção de uma espécie particular, sendo considerado novamente o camponês, sendo evidenciados alguns exemplos; em "b. Produção Industrial" o solo é considerado como o lugar de reprodução de alimentos e suas formas de comercialização; em o "Solo e Habitação" considera-se, em primeiro lugar, "a. O Bairro Rural", quando coloca-se o problema da divisão do trabalho no campo; "b. O Bairro Urbano" é diferente, com sua gênese no loteamento e na instalação de serviços e comércio; em "c. O Bairro Industrial" coloca-se o problema da habitação temporária ou da condição de dormitório para parte da população; em o "Solo e Indústria" o tema é o da localização industrial; em o "Solo e Comunicações/Transportes" põem-se em evidência os processos espaciais, que envolvem, inclusive, a problemática do clima urbano; em o "Solo e Comércio e Serviços" coloca-se o problema da razão de ser do fenômeno urbano, sendo o solo o espaço produzido pelo capital de serviços.

No Capítulo sétimo, "A Produção do Solo como Capital", o tema é já a ocorrência da apropriação do espaço, na consideração do modo de produção, e da produção do solo quando este já é necessário como mercadoria; em " A

Renda: Terra, Trabalho e Propriedade Privada", estabelece se a relação entre a terra, o trabalho e a propriedade privada, com a consideração da produção do excedente, como renda, sendo considerada primeiro a agricultura e a transformação da terra em meio de produção; em a "Terra Natural e Solo-Mercadoria", coloca-se o problema do valor do espaço e do valor no espaço e no tempo, sendo consideradas as classes sociais e o capital fixo, quando, então, se põem a reprodução simples e a reprodução ampliada do capital; em "A Renda Fundiária Urbana" considera-se os casos particulares em que ela se verifica, com o advento do monopólio e a ação do Estado, além das características específicas do solo e das benfeitorias e dos agentes envolvidos no mercado de moradias, o que leva à consideração dos tipos de renda da terra, em sua origem, e em sua aplicação às cidades; em "A Especulação Imobiliária" considera-se o processo de urbanização capitalista em sua lógica especulativa, o que afeta a taxa média de lucro e o preço médio do solo, que, este, então, já está em condições de uso urbano.

No Capítulo citavo, "Requisitos do Uso do Solo como Capital", o tema é, em primeiro lugar, "A Produção do Espaço Urbano", ou a produção de "A Cidade Capitalista", o que leva à consideração do excedente e do Terciário, com o capital de serviços; em, "O Capital de Serviços", considera-se o planejamento e a intervenção do Estado na urbanização, sendo o capital de serviços relacionado ao capital industrial; em "O Controle da Metrôpole Ampliada" o tema é o significado do capital de serviços em relação à metrôpole, sendo próprio do processo de transformação da metrôpole com subúrbios em metrôpole com periferia, relacionada essa transformação à nova divisão internacio -

nal do trabalho, que tem um desdobramento na composição orgânica do capital, modificada, o que leva à segregação espacial ao nível do bairro, como módulo complementar, parte da área metropolitana, contendo esta as contradições mais avançadas do capitalismo.

A segunda parte apresenta, então, o tema geral particularizado.

A terceira parte tem o título A ÁREA METROPOLITANA AMPLIADA. Trata-se do objeto, em sua forma geral.

O Capítulo nove, "Cidade e Metrôpole", procura construir a gênese da metrôpole; em "A Diferenciação Urbana" ela é vista como uma abstração: a área; em "A Conquista do Território", põe-se o modo urbano da conquista de seu espaço ampliado; em "Os Núcleos Avançados" coloca-se um problema: o da estratégia metropolitana; "Do Subúrbio à Periferia" descreve o modo tenso de evidência da metrôpole contemporânea, que se liberta de suas determinações como "cidade grande".

O Capítulo dez, "Estrutura Interna: Zonas e Distritos", mostra que a metrôpole ampliada não é apenas um desenho superposto a outro; em "A Estrutura Ampliada Simples", aparece, pela primeira vez, a "zona de transição"; em "A Crise dos Espaços Concentrados", a estrutura urbana está em mudança; em "A Estrutura Ampliada Composta" delinea-se o objeto geral; em "A Articulação dos Espaços Dispersos" põe-se a dialética do espaço metropolitano, através do plano.

O Capítulo onze, "Região Metropolitana: Os Municípios", trata do tema da relação cidade - cidade; em "As Conexões Intra-Urbanas" estuda-se as determinações metropolitanas internas; em "As Conexões Inter-Urbanas" estu

da-se as determinações externas; "Do Território à Região" retoma o tema da gênese metropolitana em outro nível; "Da Região à Área" complementa o tema, que se põe em consideração mais próxima do objeto geral.

O Capítulo doze, "O Caso de São Paulo" é a verificação do objeto geral teórico, ao nível de uma manifestação empírica. Em "Urbanismo e Ruralismo" discute-se o lugar de origem da Vila de São Paulo; em "a. A Presença do Mundo Rural" coloca-se a problemática do sertão e do modo caipira de organização do espaço; "b. O Café e a Imigração" trata das condições básicas da formação metropolitana; "Industrialização e Ruptura do Cêrculo" indica, através da evolução da população de São Paulo e do deslocamento de seu centro, o momento decisivo de definição metropolitana; em "O Lugar do Capital" a metropolização já está consolidada; em "O Espaço da Contradição" mostra-se, com ilustrações, o modo atual de São Paulo e seu perfil contemporâneo, em três momentos de organização do espaço.

O objeto geral coloca o problema de sua particularização.

A última parte deste trabalho, O BAIRRO METROPOLITANO, verifica o objeto, inicialmente, ao nível teórico particular.

O Capítulo treze, "Caracterização e Tipologia", tenta, primeiro, a identificação do bairro; em "O Bairro Externo" discute-se a relação dessa unidade com o capital monopolista; em "O Bairro Interno" é tratada a relação cidade - cidade, nesse nível; "A Área Dividida" esclarece o problema da metropolização diferenciada; "A Área Núcleo" põe o problema do zoneamento e de sua gênese.

O Capítulo quatorze, "Articulação Geral" , propõe um complexo problema de dialética espacial; em " O CBD e os Sub-Centros" trata-se do primeiro nível desse dialética; em "O Sistema de Bairros" opta-se por uma lógica de composição da heterogeneidade; em "Os Espaços Intermediários" verifica-se o importante problema de desigualdade da lógica espacial; em "Superimposições e Sobreimposições" lida-se com a questão difícil do redesenho metropolitano , que põe o problema de seus limites.

O Capítulo quinze, "O Espaço Circular Interno", chega ao ponto de proposição de uma dimensão metropolitana; em "O Nexus Metropolitano" é retomado o problema do papel do capital fixo e do Estado; em "Permanência na Mobilidade" a gênese metropolitana é revista de outro modo; em "Os Espaços Complementares" discute-se o efeito da modernização; em "O Espaço Sub-Central" realiza-se a maior aproximação teórica possível ao objeto particularizado.

Cabe verificar a hipótese, ao nível da escala escolhida.

O Capítulo dezesseis, "O Bairro da Consolação-SP" é visto, primeiro, retrospectivamente; em "Configuração Ampliada" são dadas sua posição e situação espaciais; em "Caracterização Restrita" é visto o sítio urbano e considerada a paisagem urbana, com uma ótica de processo; em "Análise Espacial" estuda-se a estrutura do módulo complementar, com a consideração de "a. Valores Relacionais Geográficos", de "b. Valores Relacionais Econômicos" e de "c. Valores Relacionais Geoeconômicos" com as respectivas discussões de significado do todo; em "Uso do Solo Urbano" verificam-se as funções atuais do bairro da Consolação.

*

Este trabalho começou a ser pensado em 1976, após a conclusão de Tese de Doutorado, no ano anterior. Em 1977 surgiu um primeiro roteiro escrito, pouco modificado posteriormente.

Em 1978 iniciou-se o levantamento e organização da bibliografia sobre o tema e o objeto. Esse levantamento compreendeu as bibliotecas do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, do Departamento de Ciências Sociais, da mesma Faculdade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da Faculdade de Economia e Administração, todas da Universidade de São Paulo, além da biblioteca pessoal do autor.

Foram realizadas pesquisas e observações localizadas, e trabalhos de gabinete (cálculos e cartas) sobre o bairro da Consolação-SP, que são explicitados no respectivo capítulo.

A redação do tema e objeto teve início em 18/08/1980 e término em 05/01/1982.

Utilizou-se uma tecnologia intermediária, de primeira linha, sem recursos de custos muito grandes.

Devo agradecer, aqui, às pessoas e instituições, que tornaram possível este resultado, cujos nomes encontram-se no decorrer do texto.

O autor.

São Paulo, 11 de janeiro de 1982

Referências Bibliográficas

- Castells, M. (1977) A Questão Urbana (Posfácio), tradução de Ros Mari Zenha Kaupatez e Claudio Alberto Martins Netto, AGB-São Paulo, Seleção de Textos nº 3, São Paulo.
- Folin, M. (1977) La Ciudad del Capital y Otros Escritos, versão castelhana de Juan Díaz de Atauri, Ediciones G.Gili, S.A., México.
- Lojkin, J. (1981) O Estado Capitalista e a Questão Urbana, tradução de Estela dos Santos Abreu, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., São Paulo.
- Santos, M. (1980) Por Uma Geografia Nova, 2ª edição, Editora HUCITEC, São Paulo.

PARTE I
A PERSPECTIVA URBANA CONTEMPORÂNEA

1960

CAPÍTULO 1

POR QUE O URBANO ?

POR QUE O URBANO?

Os últimos 30 anos da história mundial apresentaram uma face contraditória ao observador, interessado no estudo da cidade: em todo o globo assistiu-se ao maior crescimento já verificado da população, que foi acompanhado de uma rápida urbanização, na escala do planeta, ao mesmo tempo que instalou-se o que veio a denominar-se de crise das cidades. O presente trabalho é uma tentativa de contribuição à compreensão dessa crise, tendo como referência principal a realidade urbana brasileira. Centra-se o estudo na apreciação da área metropolitana, com ênfase na cidade de São Paulo, núcleo mais avançado de expressão da crise - onde ela é mais aguda, comportando iniciativas importantes de organização do espaço destinadas a colocá-la sob controle - descendo-se à observação de um sub-distrito e seu módulo de referência: o bairro da Consolação, expressão da particularidade do processo no Brasil.

A Cidade como o Lugar das Liberdades.

Na quarta-feira, 25 de janeiro de 1978, um jornalista apresentava na FOLHA DE SÃO PAULO um longo artigo intitulado "Dependente e Pobre, a Cidade faz 424 Anos". Em certo trecho argumenta: "A rejeição de uma cidade metropolitana foi um fato cultural que atingiu todo o espectro intelectual paulista. Os pintores negaram-se a retratar as cenas que não fossem do velho e provinciano Brás; os poetas preferiram aderir às modas que a Europa impunha e o cosmopolitismo foi um bom escape à realidade metropolitana. Os cronistas da cidade não a reconheceram mais e se aposen

taram. Mário de Andrade, o mais paulistano dos intelectuais da cidade grande, preferiu, na época da passagem para a metrópole, pesquisar folclore em São Roque. A cidade, num momento crucial de sua vida, numa fase da transformação de seu próprio metabolismo mental, foi desertada por sua inteligência". Num encarte, intitulado "O homem metropolitano está surgindo", termina o jornalista seu elogio à cidade do seguinte modo: "as grandes cidades estão formando um novo homem, ainda não definido, de contornos ainda imprecisos. Ele só se afirmará à medida que domine a cidade e isso ele só poderá fazer se conquistar o seu lugar para dizer o que dela pensa e como ela deve ser uma forma que lhe sirva. A maioria das pessoas que desenham a cidade desse homem metropolitano não o reconhecem; sequer sabem de sua existência. Por enquanto, obrigam-no a viver segundo padrões que não são dele. Mas ele existe e eu o diviso fugazmente e de quando em vez, quando atravesso o Centro agitado da metrópole - o lar definitivo do Homem neste Planeta". (Pereira, 1978: 10).

Utopia? Uma visão local e singular do espaço urbano? O homem urbano defendendo-se da "agressão" do rural e do industrial? Apenas um dos sintomas da crise? Uma consciência em conflito na busca de uma perspectiva perdida que julga reencontrar nesse homem novo? O que está acontecendo?

A angústia e a ansiedade, componentes do quadro de ingredientes necessários à sobrevivência dos psicólogos e psiquiatras, são, não obstante, indicadores por vezes bons para o vislumbre do futuro na perspectiva da tese de Lucien Goldman da máxima consciência possível. Por que a crise urbana parece não ser compatível com o homem

ecologicamente equilibrado e bem comportado de um passado recente. Estaria havendo uma ruptura ontológica? Nesses casos, a epistemologia ainda incipiente não é uma demonstração boa do desacerto da observação que deseja ver mais a diante. Que o sonho, contudo, não seja regressista ... E que nem se confunda o futuro com a ideologia modernizadora da forma pela forma. O que está acontecendo?

No ano de 1980 realizou-se o novo Recenseamento Nacional.

As tendências de urbanização, fortemente reveladas pelo censo de 1970 se confirmaram. Muitas pessoas, quaisquer que sejam as teses que defendem sobre a formação da sociedade brasileira, inclusive nos seus detalhes, dão como definido o quadro da transformação do país de uma nação agrária-industrial em uma realidade industrial-agrícola, nos termos da herança colonial. Nesse contexto a urbanização aparece como a mediação natural e necessária.

Discutindo trabalhos geográficos sobre o Brasil, em livro anterior intitulado "Cinco Paralelos e um Meridiano. Contribuição ao Discurso Geográfico Teórico", verifiquei que esses trabalhos podiam ser agrupados seqüencialmente nos itens "Brasil pós-rural", "Transição e Crise" e "O Brasil pré-urbano", itens esses identificativos do que denominei "Brasil Geográfico". (Silva, 1979). Em certo momento da Introdução pergunto: "O Recenseamento Geral de 1980 vai revelar a predominância absoluta nacional do urbano sobre o rural? Será preciso, então rediscutir a Geografia? (pg. COV).

A questão de uma Geografia em busca de novos parâmetros não é nova.

No domingo, 12 de dezembro de 1976, outra

jornalista apresentava em O ESTADO DE SÃO PAULO um também longo artigo intitulado "Novos Conceitos Revolucionam a Geografia". Em certo trecho argumenta: "Poderíamos dizer também que uma paisagem varia consoante o usuário dessa paisagem: é evidente que o atlas imaginário de um funcionário da alfândega e o de um contrabandista não são os mesmos, embora tenham, um e outro, seu eixo nos limites, nas fronteiras. Um marinheiro e um fazendeiro da mesma aldeia não dispõem da mesma maneira suas representações, assim como não o fazem um chefe militar ou um governador de estado. Um caçador e um pescador não vivem em um mesmo espaço. Ou ainda, como comparar a idéia que têm da mesma região um nômade ou um homem de vida sedentária? Todos esses exemplos estabelecem que, de fato, uma paisagem ou um território não existe isoladamente. O que existe é o olhar que se deita à paisagem, o poder separador e organizacional do olhar sobre a paisagem. A geografia deixa então o setor das ciências físicas ou positivas para tornar-se, com toda a ciência humana, um saber que será, segundo o caso, ideológico ou até mesmo poético. Torna-se, nessa altura, nas mãos de um Estado, no quadro de uma cultura ou de uma civilização, um aparelho poderoso, um aparelho manipulador". Ao término do artigo afirma: "Os atlas ou as geografias do mundo, quer sejam reais, quer se resumam a esses atlas imaginários que cada um de nós confecciona por sua própria conta, terão de ser com certeza remanejados". (Lapouge, 1976: 217).

Tantas geografias quanto são as pessoas? A descoberta "perplexa" da questão das escalas? A denúncia do atraso da mais "atrasada" das ciências do homem? A percepção de que o natural e o social são diferentes? A deg

mistificação da paisagem? O que está acontecendo?

A suposição de que se parte, aqui, é a de que a cidade está tornando-se o centro de referência do mundo atual, seja, como se disse, na qualidade de mediação entre o rural e o industrial, seja na condição de estrutura global de decisões e comunicações, seja como ainda o lugar onde o progresso se realiza, seja porque ela apresenta um elemento de unidade entre a produção, a circulação, a troca e o consumo: o solo.

No Brasil o fenômeno é recente. No país a atividade industrial continua comandando e indicando o rumo do futuro. Mas, na particularidade, a produção do espaço define o espaço produzido como o modo como se relacionam o rural e o urbano, o urbano e o industrial: a questão da terra transforma-se na questão do solo e a cidade concentra o processo. Mas, há um elemento de debilidade que é parte do enigma da formação brasileira: o problema do camponês. Seja como aquele que sustenta a demanda urbana e industrial de alimentos, seja como aquele que sustenta a produção do espaço urbano através da atividade da construção civil.

Ideologias à parte, é o Brasil uma nação "camponesa"?

O elogio do simples, do saudável, do natural, do espontâneo, do "lógico", da comunidade, da paisagem de beleza estática, ou a crítica do egoísmo, da agressão, do individualismo, da esperteza e do cinismo - não escondem (mostram) uma problemática de uma consciência em transformação? E não é a cidade a referência da liberdade possível? Que num momento seguinte se desdobra em muitas liberdades que não se realizam? Por que?

No passado, "Com a manufatura livre da corpo

ração, transformaram-se também as relações de propriedade. O primeiro passo para ultrapassar o capital surgido naturalmente foi dado pelo aparecimento de comerciantes cujo capital foi desde o início um capital móvel - isto é, um capital no sentido moderno, na medida em que se pode falar disso - dadas as circunstâncias de então. O segundo passo foi dado pela manufatura, que mobilizou novamente uma massa de capital surgido naturalmente e aumentou a massa do capital móvel em relação à do capital surgido naturalmente.

"Ao mesmo tempo, a manufatura tornou-se um refúgio dos camponeses contra as corporações que os excluía ou os pagavam mal, da mesma maneira que anteriormente as cidades dominadas pelas corporações lhes tinham [servido] de refúgio contra [a nobreza rural opressora]." (Marx, 1977 : 86/7).

Quer dizer, a cidade, desde muito cedo, tornou-se um lugar contraditório de existência de liberdades. "Então, o urbano, na origem, como hoje, põe-se como a mediação necessária do trabalho rural e do trabalho industrial, na presença física e política das instituições do Estado. E é nesse espaço que devem realizar-se as sínteses das liberdades." (Silva, 1980: 54).

O Brasil ainda está longe da situação de um país como os Estados Unidos, onde, em 1968, dizia-se "... we found 96% of the population of the country to live within the zones of daily behavior of the 200 largest central cities. A large part live simultaneously in the labor market of more than one such center. The country is completely urbanized!" (Berry, 1968: 20/1).

Estimativas recentes, no entanto, davam ao Sudeste a seguinte configuração para 1990: (Wilheim, 1978: (150).

SUDESTE	habitantes	%	%
Belo Horizonte	3.760.265		6,4
Rio de Janeiro	13.360.781		22,8
São Paulo	18.035.387		30,8
Demais cidades	23.426.067		40,0
Total Urbano	58.582.500	88,6	100,0
Total Rural	7.553.000	11,4	
Total Geral	66.135.500	100,0	

Uma população rural de apenas 11,4%!

Para o Nordeste o quadro seria o seguinte:

NORDESTE			
Fortaleza	2.254.152		9,4
Recife	3.583.318		4,9
Salvador	2.484.077		10,3
Demais cidades	15.722.253		65,4
Total Urbano	24.043.800	52,2	100,0
Total Rural	22.019.800	47,8	
Total Geral	46.063.600	100,0	

Uma população rural de 47,8!

Para o Brasil, em conjunto o quadro mostraria:

RESUMO			
Metrópoles	51.384.019		47,4
Demais cidades	57.083.981		52,6
Total Urbano	108.468.000	67,8	100,0
Total Rural	51.506.400	32,2	
População Total do Brasil	159.974.400	100,0	

Uma população rural de 32,2!, compondo 1 terço do total.

Esses quadros pressupõem um ritmo crescente de modificações no campo e, ao mesmo tempo, a não realização de uma reforma agrária. O que significa que o proble-

ma do campo continuaria a girar em torno do camponês sem terra e em sua contrapartida urbana a população periférica. Em outros termos: o camponês continuaria a ser responsável pela demanda urbana de alimentos e pela força de trabalho necessária à produção do espaço urbano.

Desse modo, a questão do campo passa pela questão urbana; através de ambas, pela questão industrial.

Nessas condições a cidade continua sendo o lugar das liberdades.

Como resolver o problema camponês?

O camponês vive um dilema: "contrabalançar as exigências do mundo exterior, em relação às necessidades que êle encontra no atendimento às necessidades de seus familiares". (Wolf, 1970:31). Para resolver êsse dilema êle pode, ou "elevar o rendimento do trabalho às suas próprias custas, tendo em vista levantar a produção e o aumento da produtividade, com que entrará no mercado" (pg. 31), ou "solucionar o problema básico através da redução do consumo" (pg. 32).

É, então, uma categoria social diferente. Não é como o operário. Êste, "O Trabalhador coletivo", o operário, "vive diariamente a contradição irremediável entre o caráter social da produção no capitalismo e a apropriação privada, capitalista, dos resultados da produção coletiva" (Martins, 1980:13). Por isso, "Um camponês não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, porque ele é socialmente outra pessoa, isto é, pertence a outra classe social, cujas relações sociais são de outro tipo, cujos horizontes e limites são outros. Esperar que os lavradores do campo, os posseiros, os arrendatários, os colonos, os parceiros, os pequenos proprietários, ajam como se fossem operários, aprendam a pensar como a classe operária é espe

rar o impossível."(pag.14).

O que pode fazer o homem do campo, na particularidade?

Na medida em que êle é alcançado pelas pressões do mundo exterior, como massa rural em expansão, defronta-se com três frentes de trabalho, no Brasil:

"a) a frente dos minifúndios, quando o trabalhador tem acesso a essa forma precária de propriedade da terra, onde sub-utiliza sua capacidade de trabalho e está praticamente impossibilitado de capitalizar e melhorar seu nível técnico;

"b) a fronteira móvel sem apoio logístico ou financeiro onde se dedica a abrir terras com técnica primitiva; sem qualquer possibilidade de fixar-se e ascender à situação de proprietário; e

"c) integrar-se numa empresa agro-mercantil como parceiro, foreiro, renteiro, trabalhador assalariado, etc., ou mediante a combinação de mais de uma dessas relações de trabalho; sua capacidade de trabalho é mais amplamente utilizada, se bem que as práticas sejam igualmente mimentares." (Furtado , 1972:117).

Supondo-se a reforma agrária, como a simples divisão da grande propriedade em termos clássicos, como supeurada atualmente, porque representaria talvez um retrocesso, dadas as características do campo no Brasil vistas acima, o problema apresenta-se dirigido em duas direções: 1) "... a forma que o desenvolvimento capitalista assume no Brasil tem implicado em um alto grau de especulação com a terra, que se tornou uma reserva de valor para capital excedente de outros ramos da produção, especialmente das indústrias beneficiadas com incentivos fiscais. Em consequên

cia, muitos dos que compram terra entregam-na a pequenos produtores, parceiros e arrendatários, dos quais extraem uma renda, investindo pouco ou mesmo nada na produção" (Silva, 1978: 255/6); 2) a migração (fuga) para as cidades.

Mas, o que é a cidade?

A cidade é, entre outras coisas, um modo de obtenção de renda do solo. Então, o camponês encontra, na cidade, aquilo que persegue durante toda sua vida: a terra (o solo). Mesmo que se encaminhe em direção ao pequeno negócio ou em direção ao aluguel da força de trabalho. Conviria, por isso, diferenciar, na cidade, o camponês que desenvolve uma estratégia de sobrevivência, do operário e do capitalista, estes, homens urbanos. Mais ainda da chamada "classe média", ou dos grupos funcionais e intermediários entre a produção e o consumo.

Para o homem urbano a cidade é uma "projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano." (Lefebvre, 1969:56).

Só o homem urbano consegue vêr com clareza a cidade como um lugar de liberdades. Por isso, só êle pode propor o direito à cidade, que "não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retôrno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada." (pg.108). Esse direito à vida urbana "se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade". (pg. 124).

A cidade como lugar das liberdades defronta-se, no entanto, com o dado de que ela, como fenômeno moderno, é uma produção da indústria. Apesar do capitalismo industrial ter aparecido, nos últimos anos, como um "obstáculo", tendo sido no passado uma força revolucionária, " A concentração crescente de investimento de capital fixo, a criação de novas necessidades e demandas efetivas, e um padrão de circulação de mais-valia que se apóia na apropriação e exploração, tudo emana da dinâmica interna do capitalismo industrial". (Harvey, 1980: 270/1).

Dizer que o urbano manifesta hoje a luz que está no ápice da pirâmide do real contemporâneo pode corresponder, ainda, talvez, a apenas uma nova estratégia do capital, em sua fase de declínio, em relação à emergência amplificada das forças do trabalho.

Na particularidade da dependência a luz orienta o percurso e ofusca a consciência ... É que o argumento afirma-se como ideologia e utopia. Por baixo de ambas há um substrato do urbano que o relaciona com o rural e o industrial: o bairro; o bairro rural, o bairro urbano, o bairro industrial, todos como fundamento dos sub-districtos e dos districtos, das zonas, de todo o fenômeno urbano.

Mas, o bairro é uma porção de solo que se efetiva a partir do lote, inseparável da quadra e do loteamento. "El carácter de comunidad local (territorial) se transfiere, en ese momento, de la ciudad a uno de sus fragmentos o elementos. La reunión de diversas dotaciones (comercios, instituciones, lugares de reunión, de expansión, etc.) puede constituir un sólido núcleo. Sobre todo si la disposición de los recintos, de las vías de acceso y recorrido (calles, carreteras, plazas), está calculada de forma

que, por una parte, dirijan la circulación a estas dotaciones, y por otra, aíslen el espacio así determinado respecto a la vecindad." (Lefebvre, 1973:200).

"Un barrio consolidado y organizado de esta forma por las fuerzas sociales que han modelado la ciudad y orientado su desarrollo, puede resistir mucho tiempo después que el escalón 'barrio' se haya deteriorado a causa del crecimiento urbano, que lo desborda, y por otros problemas mucho más amplios planteados por la práctica social" (pag. 200).

O bairro tem, assim, uma tendência imanente a permanecer, como lugar de moradia, lugar de passagem ou lugar de trabalho. também como o ponto de apoio do lugar das liberdades.

Mas, o lugar não existe senão como lugar de ocorrência e manifestação que pressupõe o lugar em si. Por isso, a permanência do bairro liga-se ao solo como sítio. Daí a continuidade rural-urbana-industrial.

A Cidade como Oportunidades do Capital e do Trabalho

Os camponeses são uma classe social do campo. A êle estão presos por força de sua atividade ligada ao solo. O mercado de troca pode alcançá-los: expulsa-os ou moderniza sua atividade. Mas a cultura rural se encarrega de reproduzí-los em novas condições. Na origem, contudo, os camponeses são uma herança de um modo de produção anterior ao advento do capitalismo, mesmo que conheçam um longo relacionamento com a economia mercantil. Dependendo do lugar sua estrutura pode manter-se sólida. Não obstante, há certas especificidades.

Onde ocorreu o feudalismo o campesinato se mostra como o elemento necessário à produção de alimentos, visto que estes não podem todos, em princípio, ser produzidos pela grande propriedade, depois que o capital penetra o campo como solução da questão agrícola.

Dado o seu relacionamento com o solo os camponeses são uma classe social diversa das classes urbanas. O solo os une e os separa. "Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão de trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das ou -

tras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe." (Marx, 1956, 98/9).

Mas, no passado distante, os camponeses conheceram a cidade. Na época em que as cidades, mesmo as grandes, eram cidades rurais, porque todo o poder emanava da posse da terra, em baixo e em cima. Na particularidade, a comunidade está fora da cidade ou, em outros casos, se confunde com ela. "A comunidade germânica não se concentrava na cidade; uma concentração - a cidade é o centro da vida rural, domicílio dos trabalhadores da terra e, também, núcleo das atividades guerreiras - que desse à comunidade, como tal, uma existência exterior diferenciada da de seus membros individuais. A história antiga clássica é a história das cidades, porém de cidades baseadas na propriedade da terra e na agricultura; a história asiática é uma espécie de unidade indiferenciada de cidade e campo (a grande cidade, propriamente dita, deve ser considerada como um acampamento dos príncipes, superposto à verdadeira estrutura econômica); a Idade Média (período germânico) começa com o campo como cenário da história, cujo ulterior desenvolvimento ocorre, então, através da oposição entre cidade e campo; a (história) moderna consiste na urbanização do campo e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade." (Marx, 1975:74/5).

Modernamente, no caso em que a economia urba

na atua sôbre a economia rural, havendo espaço para a obtenção de renda da terra, se dá a expulsão dos camponeses por migração. Os fatores são de dois tipos: "fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego ("enclosures" na Inglaterra, o desenvolvimento da criação comercial de gado nos Pampas da Argentina, a expropriação das terras comunais indígenas durante o "profiriato" no México etc.); e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela influência física de terra a proveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários (o Agreste no Nordeste brasileiro, as comunidades indígenas nos Andes peruanos e colombianos)." (Singer, 1976: 38).

Expulsos, os camponeses tenderão a buscar áreas onde recompor seu modo de vida. Por isso, a possibilidade de êxito está na dependência da existência de terras por ocupar e do grau de penetração da economia mercantil no campo. Em muitos casos a cidade é um ponto de referência inevitável. Nela, ou no processo, êsses migrantes camponeses (junto a outros tipos de migrantes) defrontam-se com a migração para fora das grandes cidades. "A grande cidade é o ponto de partida de uma migração descendente de agentes da economia e do Estado e ponto de recepção de uma migração ascendente originária do campo e das cidades menores. As migrações descendentes relacionam-se com os progressos da

modernização e da economia, exigindo um deslocamento, para um meio tecnologicamente e economicamente inferior, de indivíduos com nível tecnológico mais elevado; as migrações ascendentes, também resultado do crescimento global, relacionam-se com o êxodo rural provocado pela miséria." (Santos, 1979:237).

O homem do campo na metrópole defronta-se com um mundo diferente. Mesmo que tenha passado pela experiência da cidade pequena. "A metrópole extrai do homem, enquanto criatura que procede a discriminações, uma quantidade de consciência diferente da que a vida rural extrai. Nesta, o ritmo da vida e do conjunto sensorial é mais uniforme. É precisamente nesta conexão que o caráter sofisticado da vida psíquica metropolitana se torna compreensível -enquanto oposição à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais." (Simmel, 1967: 14).

A vida na cidade pequena, último elo da rede urbana com o campo, na forma de aldeia ou do povoado, é uma vida que se movimenta na perspectiva da regressão ao rural ou da evolução ao urbano. No passado, a cidade pequena tinha mais força. "A vida de cidade pequena na Antiguidade e na Idade Média erigiu barreiras contra o movimento e as relações do indivíduo no sentido do exterior e contra a independência individual e a diferenciação no interior do ser individual. Estas barreiras eram tais que, diante delas, o homem moderno não poderia respirar." (pg. 21).

Para o homem do campo viver na cidade e da cidade precisa compreendê-la. Porque ela "é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, te

lephones, etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos - tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos." (Park, 1967: 29).

A cidade é o lugar da diversidade do trabalho social. Ela é mais do que um artefato de formas ou um equilíbrio de funções. "A multiplicação de ocupações e profissões dentro dos limites da população urbana é um dos mais notáveis e menos entendidos aspectos da vida citadina moderna. Sob este ponto de vista podemos, se quisermos, pensar na cidade, vale dizer, o lugar e a gente, com todos os dispositivos de administração e maquinaria que compreendem, como sendo organicamente relacionada; uma espécie de mecanismo psicofísico no qual e através do qual os interesses políticos e particulares encontram expressão não só coletiva, mas também incorporada." (pg.30).

Não obstante essa diversidade a cidade tem uma lógica que nasce e é inerente ao modo de urbanização do presente: a cidade tem um traçado que é determinado pela natureza de seu sítio e ao mesmo tempo determina localizações. "A geografia física, as vantagens e desvantagens naturais, inclusive meios de transporte, determinam com antecedência o esboço geral da planta urbana. Crescendo a cidade em população, as influências de simpatia, rivalidade e necessidade econômica mais sutis tendem a controlar a distribuição da população. Comércio e indústria buscam localizações vantajosas circundando-se de certas partes da população. Surgem quarteirões de residências elegantes, dos quais são excluídas as classes mais pobres em virtude do acréscimo de valor da terra. Crescem então cortiços que são habitados por grandes números das classes pobres incapazes de se

defenderem da associação com marginais e viciados." (pg. 33).

A cidade é o lugar das liberdades que só se realiza como oportunidades de existência do capital e do trabalho. O contrário da cidade antiga. "A cidade antiga era principalmente uma fortaleza, um lugar de refúgio em tempo de guerra. A cidade moderna, pelo contrário, é principalmente uma conveniência de comércio, e deve sua existência à praça do mercado em volta da qual foi erigida. A competição industrial e a divisão do trabalho, que provavelmente mais fizeram pelo desenvolvimento dos poderes latentes da humanidade, somente são possíveis sob a condição da existência de mercados, dinheiro e outros expedientes para facilitar os negócios e o comércio.

"Um velho adágio alemão reza que 'o ar da cidade liberta os homens' (Stadt Luft macht frei). Essa é, sem dúvida, uma referência ao tempo em que as cidades-livres da Alemanha gozavam o patrocínio do imperador, e as leis faziam do servo fugitivo um homem livre, caso lograsse respirar o ar da cidade um ano e um dia. Entretanto, a lei, por si só, não poderia ter libertado o artesão. Um mercado aberto onde ele pudesse vender os produtos de seu trabalho era um incidente necessário de sua liberdade, e o que completou a emancipação do servo foi a aplicação da economia monetária às relações de mestre e empregado." (pg. 39/40).

Da corporação à manufatura o problema das liberdades urbanas ligado às oportunidades de alocação de capital e trabalho definiu tipos de cidades ao longo do tempo. Pode-se, então, falar de uma cidade de consumidores em oposição à cidade dos produtores. (Weber, 1967:77). Neste

último caso "o crescimento de sua população e de seu poder aquisitivo repousa em que - como ocorre em Essen ou em Bochum - estão localizadas nela fábricas, manufaturas ou indústrias domiciliares que abastecem o exterior (tipo moderno); ou existem na localidade indústrias artesanais cujos produtos são enviados para fora (tipo asiático, antigo e medieval). Os consumidores do mercado local são, de um lado, os grandes consumidores: empresários - se é que residem na localidade, o que sempre se dá - e, de outro lado, a massa de consumidores, trabalhadores e artesãos; porém, em parte também, e como grandes consumidores, os consumidores capitalistas indiretamente alimentados por eles. Porém, a cidade industrial, assim como a cidade de consumidores, se opõe à cidade mercantil, quer dizer, aquela em que o poder aquisitivo de seus grandes consumidores repousa na venda varejista de produtos estrangeiros no mercado local (como os cortadores de panos da Idade Média) ou na venda para fora de produtos naturais ou de artigos produzidos por pessoas da localidade - como a Hansa com os arenques - ou na aquisição de produtos estrangeiros para colocá-los fora, com ou sem armazenamento na cidade (cidades de comércio intermediário)." (pg. 77/8).

O processo urbano, sedimentado no tempo, gerou a cidade como um lugar produzido pelo social e para sua existência. "Em nenhum lugar do mundo a humanidade se afastou mais da natureza orgânica do que sob as condições de vida características das grandes cidades. O mundo contemporâneo já não mais apresenta o quadro de pequenos grupos humanos isolados, espalhados através de um vasto território, como Sumner descreveu a sociedade primitiva. A característica marcante do modo de vida do homem da idade mo

derna é a sua concentração em agregados gigantescos em torno dos quais está aglomerado um número menor de centros e de onde irradiam as idéias e as práticas que chamamos de civilização." (Wirth, 1967:97).

É como se para dominar a natureza o homem, primeiro, tivesse que construir o seu contrário, a partir do qual pudesse voltar-se contra sua origem. A grande cidade moderna, resultado de um longo processo de humanização do meio, já tem sua própria maneira de ser.

Então, "A predominância da cidade, especialmente da grande cidade, poderá ser encarada como uma consequência da concentração, em cidades, de instalações e atividades industriais e comerciais, financeiras e administrativas, de linhas de transporte e comunicação e de equipamento cultural e recreativo como a imprensa, estações de rádio, teatros, bibliotecas, museus, salas de concerto, óperas, hospitais, instituições educacionais superiores, centros de pesquisa e publicação, organizações profissionais e instituições religiosas e beneficentes. Não fôsse pela atração e pelas sugestões que a cidade exerce sobre a população rural através desses instrumentos, as diferenças entre os modos de vida rural e urbano seriam ainda maiores do que são. A urbanização já não denota meramente o processo pelo qual as pessoas são atraídas a uma localidade intitulada cidade e incorporadas em seu sistema de vida. Ela se refere também àquela acentuação cumulativa das características que distinguem o modo de vida associado com o crescimento das cidades e, finalmente, com as mudanças de sentido dos modos de vida reconhecidos como urbanos que são aparentes entre os povos, sejam eles quais forem, que tenham ficado sob o encantamento das influências que a cidade e

xerce por meio do poder de suas instituições e personalidades, através dos meios de comunicação e transporte." (pg. 101).

Em razão disso, e como fenômeno particular, a cidade tem a sua própria lei de população. Nessa particularidade pesa a fecundidade do recém chegado do campo. Por isso, "Ao contrário do que se passou no século XIX nos países industrializados, nos países subdesenvolvidos é bastante frequente o fato de a população urbana aumentar graças à grande contribuição do crescimento natural:

Países	% devido ao crescimento natural	% devido às migrações
Venezuela	29	71
Colômbia	30	70
El Salvador	46	54
Brasil	51	49
México	58	42
Cuba	74	26

(Santos, 1980 : 55)

Daí que "A cidade grande é, assim, menos fecunda que a pequena", não obstante a influência do crescimento adicional. (pg.56). Mas, tanto menor o processo de urbanização, porque a simples migração não altera o comportamento pelo menos em duas gerações. O fator cultural, enraizada na estrutura da personalidade, muda mais lentamente que as bruscas alterações físico-territoriais, variando, contudo, muito, o resultado.

Na singularidade o fenômeno se explicita de muitos modos. Em São Paulo, em 1964, estava acontecendo o seguinte: "A compra do terreno à prestação, no caso dos

elementos pauperizados provenientes do campo, e em relação à primeira geração ('lavrador'), sugeriu-nos o seguinte : essa compra - com a utilização do mesmo para o plantio de algumas verduras e legumes sem finalidade comercial, muitas vezes, apesar de situar-se em zona de rápido processo de urbanização e não fazer parte do chamado 'cinturão verde' - pode ser encarada como uma das formas possíveis de realização da posse da terra que, no presente caso, realizar-se-ia em condições de envolvimento por um mercado de trabalho urbano-industrial, que desenvolve elementos de transformação e reorientação das atividades humanas, muitas vezes incompatíveis com aquele traço da 'ideologia camponesa'. Os loteamentos da periferia da cidade e do município estariam desempenhando uma dupla função: a de fazer perdurar a consciência camponesa, em meio urbano-industrial, dificultando a transformação do 'lavrador' em trabalhador assalariado e, ao mesmo tempo, permitindo um ajustamento menos brusco às novas condições de vida, através da segunda geração (filhos estudando), em direção às oportunidades oferecidas pelo capital, ou pelo trabalho, no sistema capitalista em desenvolvimento na área." (Silva, 1967:77).

Em 1973 observou-se o seguinte: "O Litoral Norte do Estado de São Paulo é conhecido como uma área de turismo como atividade predominante. Sua evolução, nos últimos vinte anos, deu-se através da expansão do Setor Terciário. Embora acentuada na década de sessenta, a urbanização foi conseqüência da alta rentabilidade do capital aplicado em imóveis na década anterior, tendo como forte estímulo o ritmo inflacionário do período. Parte desse capital originou-se no próprio local, ocorrendo o investimento de capitais comerciais ou poupança de autônomos na organiza -

ção de loteamentos. Outra parte foi consequência da vinda de capitais acumulados no Planalto aplicados no Litoral para fins de renda ou como investimento para o lazer". (Silva, 1978: 61). No lugar estudado, um bairro de trabalhadores da cidade de São Sebastião, encontrou-se o seguinte: "A presença do mundo rural verifica-se de duas formas: a participação recente do campo como lugar de nascimento (quarenta e oito por cento) e a cultura e criação de fundo de quintal (cinquenta e cinco por cento), embora este não seja um índice muito seguro de avaliação, aparecendo também como complemento da dieta alimentar e pequena fonte de renda em alguns casos. (O solo ácido da baixada não permite boa utilização);" (pg.67).

Essa questão implica em reconsiderar o problema camponês. Por exemplo, "A expressão operário-camponês designa diversas formas de associação do trabalho de usina, fábrica ou oficina, e vida rural." (George, 1979: 78). Então, "O artesanato em espécie e em espaço confunde-se, em grande parte, com o pequeno comércio, por suas estruturas, dimensões e localizações, enquanto que o operário-camponês muda cada dia de aparência conforme as horas, embora continue enraizado no campo. Juntos com os operários das indústrias de massa, somente os trabalhadores da construção pertencem a uma coletividade bem marcada, mais ainda pela mobilidade das obras do que pela natureza do trabalho." (pg.79).

No limite o camponês é um habitante da cidade grande. Ele é um dos pobres urbanos. O que está ocorrendo? "Pensar que um desses moradores de Periferia é um pobre explorado, incapaz de entender a própria situação da sociedade nacional e urbana em que vive, só prova a ingenuidade pretensiosa do pensador. No fundo, isso nada mais

é que um endosso e uma volta às teses da marginalidade em relação aos sistemas econômicos e urbanos sofisticados e inatingíveis pelos pobres.

É que "A prática demonstra o contrário. Há uma grande complexidade ideológica e cultural nas populações pobres que participam da vida dos aglomerados urbanos capitalistas modernos no Brasil. Ninguém, por exemplo, ignora que, ao produzir a sua própria casa, também está obtendo um patrimônio. O enorme sacrifício exigido para a construção não é visto como uma espoliação de um sistema que não provê uma necessidade básica de uso. É até mais provável que o mais-trabalho seja considerado um tipo de acumulação primitiva indispensável à obtenção de um bem que todos sabem que tem valor de troca e que efetivamente pode ser explorado ou trocado no mercado". (Santos, 1980: 37).

Por isso, o solo aparece como referência de urbanidade. Para o homem do campo o bairro é encontrado através da visão da metrópole como um todo: "a cidade grande". Para o homem urbano a metrópole é o lugar do território delimitado pelo plano, através do qual ele desce à escala do bairro. Nos dois casos o solo efetivo ou o solo criado são a referência físico-territorial do modo de vida urbano.

A Cidade como um Espaço de Dominação

A cidade como o lugar das liberdades modernas é o espaço de fluxo livre de pessoas e bens. Nela não existem as barreiras do campo, herdadas do passado.

Por isso, as cidades como o lugar de oportunidades do capital e do trabalho são a expressão da urbanidade

zação da cidade rural. A cidade moderna precisa vencer o campo, primeiro na própria cidade. É esse um dos significados da reforma urbana. Por ela o homem urbano emancipa-se de uma dupla perda: a perda do solo na origem rural e a perda de espaço dada pelo próprio fenômeno de concentração que é a cidade.

Mas, no próprio momento em que se emancipa o urbanita defronta-se com a cidade como um espaço de dominação.

a. O Espaço Liberal Urbano

Num primeiro momento a cidade é o lugar dos direitos público e privado referidos ao cidadão.

Mas, a figura do cidadão é uma abstração se as liberdades e as oportunidades urbanas não lhe são asseguradas. O direito abstrato define as igualdades físicas e jurídicas na desigualdade inerente a um fenômeno cuja realidade não é a homogeneização. Por isso a cidade é a contradição do real assumida como ponto de partida para a construção do espaço de dominação. A revelia do direito individual e dos direitos coletivos.

A procura do solo, por isso, passa pela descoberta do custo do solo urbano. "O aluguel pago pelo uso de um local é afetado por muitos fatores, mas principalmente pela localização do ponto em relação a outros usos. A lógica desta relação fundamenta-se na suposição de que os aluguéis dos locais representam uma poupança nos custos dos transportes para superar o 'atrito' da distância. Por isso alega-se que a concorrência pelo uso da terra resulta na minimização do 'atrito' da distância em toda a área urbana,

já que a acessibilidade aumenta na razão inversa da distância, o padrão resultante dos aluguéis urbanos é essencialmente função dos transportes. As poupanças nos custos de transportes podem ser trocadas por pagamentos extras de aluguéis para garantir o uso de um determinado local. Portanto, as atividades que gozam dos maiores benefícios por ocuparem localizações acessíveis terão excedentes maiores disponíveis a oferecer pela terra. Em consequência, os locais da área urbana não são simplesmente ocupados por atividades que podem pagar mais pelo seu uso, porém mais especificamente, pelas atividades capazes de extrair as maiores vantagens positivas de transporte no uso de um determinado pedaço de terra. Quando os aluguéis são considerados nesta estrutura, serão representados por valores da terra que, por sua vez, podem ser considerados como um reflexo direto das diferenças de acessibilidade intra-urbana. Assim, os altos valores da terra serão associados às localizações de acessibilidade mais alta e vice-versa." (Garner, 1975 : 155).

Então, o desequilíbrio urbano não é apenas uma decorrência das migrações rurais-urbanas. Mas, ele o agrava. Principalmente na medida em que ocorreu o processo de urbanização mais recente. Encontram-se, assim, dois processos distintos: o espaço liberal urbano é desequilibrado, desequilíbrio que é acentuado pela migração. "Deste modo as cidades, sobretudo as maiores, foram se expandindo mediante condições de vida desequilibradas. Ao lado de bairros dotados de infra-estrutura urbana, saneamento, enfim de todos os serviços necessários a uma adequada condição de habitabilidade, criavam-se obras carentes de todo e qualquer serviço público. A diferença entre os preços dos

terrenos e de poder aquisitivo dos moradores impelia - os a se situar ou numa ou noutra área.

"Este processo sofreu variações no tempo , produzidas pelo desenvolvimento econômico. A cidade se expandia por dois processos concomitantes: absorção das favelas e absorção dos favelados. As moradias precárias eram melhoradas à medida em que seus moradores obtinham maiores rendas e a favela se transformava em bairro, ou os habitantes dos barracos os abandonavam mudando-se para novos loteamentos assim que suas vidas econômicas se organizavam.

"Entretanto, os fluxos de migração rural-urbano se tornaram, na última década, muito mais intensos do que o processo de crescimento do mercado de trabalho. Conseqüentemente as habitações de tipo precário se avolumam e a cidade expõe ostensivamente as precárias condições econômicas de uma larga parte de sua população. Os desequilíbrios não são apenas habitacionais mas incidem sobre todos os aspectos da vida urbana". (Blay, 1977: 51/2).

A outra face do desequilíbrio é complementar. "A marginalidade urbana, por paradoxal que seja, acentua-se quando o processo de industrialização ganha impulso na medida em que seu avanço se opera através de tecnologia poupadora de mão-de-obra num quadro de concentração e centralização econômica cada vez mais decorrentes da dinâmica das grandes redes monopolistas. Isto significa, em outras palavras, que na medida em que o setor industrial se torna hegemônico, para cada quantidade suplementar de capital criado, incorpora ao seu âmbito de produção parcelas relativamente menores de trabalho adicional. A industrialização apoiava-se, pois, num mercado de trabalho restritivo, desnivelando a oferta de trabalhadores que advém das fontes migra

tórias e do crescimento vegetativo face a uma dinâmica que ao mesmo tempo gera uma quantidade relativamente diminuta de empregos no setor industrial e desorganiza parte das atividades econômicas tradicionais preexistentes". (Kowarick, 1974:88).

Então, os dados demográficos expressam a característica das cidades contemporâneas, particularmente a aquelas dos países periféricos. No Brasil, o crescimento do Setor Terciário aumenta duplamente, por razões internas e externas à cidade. (Faria, 1974:145/6).

TABELA

Região	Pessoas empregadas(milhares)			B/A	C/A
	Ind.,Transp., Comunc.,Arma- zenagem	Comércio de Mercado- rias	Presta ção de Serviços		
BRASIL (1950)	3.414	957	1.671	0,28	0,50
(1970)	6.540	2.264	3.627	0,35	0,56
Estado (1950) de	1.043	248	412	0,24	0,40
S.Paulo(1970)	2.355	628	1.015	0,27	0,43
Estado (1950) de	342	98	226	0,29	0,66
Minas (1970)	643	219	469	0,34	0,73
Estado (1950) do	86	39	62	0,45	0,72
Ceará (1970)	196	87	116	0,45	0,59

Fonte: Censos Demográficos Brasileiros.

Se considerarmos $B/A_{70} \times C/A_{50} : B/A_{50} - C/A_{70}$

verificar-se-á que o acréscimo relacional positivo só ocorreu em São Paulo; foi de -0,04 para Minas e de -0,13 para o Ceará; o Brasil ficou com -0,07. O Terciário cresceu muito em termos absolutos, cresceu menos em termos relativos; e proporcionalmente ainda menos em termos relacionais. A terciarização concentra-se, então, em São Paulo. Neste Estado as razões internas e externas para o crescimento são grandes. É o que indica o resultado +0,02 que se obtém.

O desequilíbrio provoca ou acentua a intervenção através do plano. "Na época em que a ação construtiva se contentava com pequena intervenção em um organismo vivo, a cidade existente, os limites da iniciativa eram fixados por condições morais, estéticas ou culturais e não por fatores propriamente reguladores. A iniciativa se assemelhava a um exercício escolar. A operação mais ambiciosa nunca passava de um simples retoque, em geral um embelezamento, em uma cidade existente que rapidamente assimilava o enxerto. O empirismo e a intuição eram suficientes para orientar a operação que era um trabalho de artista.

"Com a mudança de escala, as responsabilidades aumentaram e se transferem para outra área de competência. Passa-se da arquitetura à ciência política através das ciências econômicas e sociais. O núcleo da questão deve ser procurado na vida cotidiana, nas condições de trabalho, nas possibilidades de desenvolvimento cultural de grupos de várias centenas de milhares, nas grandes aglomerações com muitos milhões de homens. Os problemas técnicos continuam sendo problemas da alçada da arquitetura e da engenharia civil. Sua solução, no entanto, está colocada a serviço de uma procura geral da harmonia da vida de grupo, em uma es-

cala com unidades de grandes dimensões." (George, 1969 : 174).

O desequilíbrio urbano, inerente ao espaço liberal, aumenta quando o monopólio se generaliza. Contudo, com a necessidade do plano, a grande cidade passa a ser contida numa articulação de mosaicos de zoneamento solicitados pela centralização-descentralização. O domínio sobre o solo aumenta de cima para baixo.

b. O Espaço Urbano de Monopólio

Neste segundo momento a cidade é fragmentada para poder ser governada, com a redefinição das antigas funções de sua compartimentação de origem.

O homem urbano, de cidadão transforma-se no homem metropolitano, que não vive na cidade, mas na rede urbana, o instrumento da dominação em nova escala.

Mas, o que acontece, então, com o funcionamento do grande aglomerado? "O progresso técnico atual muda profundamente a composição técnica do capital e reduz rápida e drasticamente a demanda de mão-de-obra, principalmente nos setores mais afetados pela modernização." (Santos, 1978: 34).

Mas, a modernização é um fenômeno de "deca-dência" do sistema. Ela cria, além do exército industrial de reserva, o contingente dos subempregados. Por isso, "Se a clássica idéia de um exército industrial de reserva não for modificada, levando em conta novas realidades, perderá o sentido quando aplicada a países subdesenvolvidos. De qualquer maneira, quem permanecer fora do mundo do emprego permanente não está perdido para a economia como um todo .

Assim, a economia urbana deve ser estudada como um sistema único, mas composto de dois subsistemas. Nós chamamos esses dois subsistemas de 'circuito superior' e 'circuito inferior'. A cidade não pode mais ser estudada como um todo maciço." (pg.34).

A não ser que se a tome como naturalmente de composta pelo capital. O problema passa, então, a ser o das conexões. Porque os pobres da cidade passam a ter a sua própria cidade dentro da metrópole, que os segrega, de diversos modos.

Essa compartimentação liga-se à necessidade de uma tecnologia que aponta na direção de uma reprodução ampliada tão grande que põe em risco o próprio tamanho do aglomerado. Mas, não só o tamanho horizontal. Também o vertical. "O limite de altura é realmente um limite ao direito de propriedade no uso de solo urbano. Ele daria um di reito ao espaço aéreo igual para toda a cidade." (Cardenas 1976: 67). Essa igualdade é a regulamentação do espaço pelo Estado com o usufruto de uma renda do espaço. "Nós cremos que essa altura permitida pertence à sociedade, pertence à autoridade local que a vende ao proprietário do terreno que deseja construir." (pg. 67).

Novamente o problema do desequilíbrio.

Então, "No nível do Estado a crise urbana de ponta como resultado de um crescimento não planejado: é o resultado de uma incorporação desorganizada, do novo e con tínuo afluxo de migrantes agora não apenas de zonas rurais, mas claramente de outras zonas urbanas. Para disciplinar o te 'caos', o Estado intervém sob várias formas, duas das quais cabe analisar aqui. Em primeiro lugar a intervenção estatal - sob aparência de organizar o espaço - investe em

infra-estrutura urbana. Desta forma responde em parte às exigências do empresariado que reforça sua fonte de capital mediante contratos governamentais. À medida, porém, que o investimento estatal se retrai, agrava-se a crise econômica do setor empresarial direta e indiretamente envolvido na produção de cidades.

"Em segundo lugar apela-se aos planejadores, cientistas sociais, geógrafos, demógrafos, arquitetos, urbanistas, etc. a fim de que criem planos para a solução da crise urbana". (Blay, 1978: 16/7).

Quais as condições objetivas do plano?

Essa parece ser a questão: "La sociedad capitalista y cualquier tipo de sociedad para poder existir necesita reproducir, no sólo las condiciones materiales de existencia sino también las condiciones no materiales que hacen posible la reproducción de lo material; por ello es que reproducir las relaciones sociales de producción es reproducir las condiciones que hacen posible la existencia de una sociedad, y ésta es la función que cumple la planificación en cualquier tipo de sistema, es decir tanto en el socialista como en el capitalista." (León, Mata, Jiménez, Rodríguez, 1975: 66).

Mas, na particularidade do capitalismo, o sistema defronta-se com o problema de que a mobilidade do capital acentuou-se e se modificou: "Somente a exigência da mobilidade do capital monopolista, em face da imobilidade dos investimentos relativos ao setor imobiliário, pode explicar, em última instância, por que a cidade industrial não é mais, hoje em dia, a forma predominante da urbanização capitalista." (Lojkine, 1979: 51).

O espaço urbano de monopólio molda, ou tende

a fazê-lo , a conduta do homem urbano. O atual espaço urbano é um espaço detalhado pelo plano, no qual o lugar é tecnicamente definido: o lugar de moradia, o lugar de trabalho, o lugar de lazer. Por isso, a preocupação com a ordenação dos fluxos torna-se decisiva.

O não atrito contém em si a contradição da nova liberdade. A liberdade como necessidade consciente. (Silva, 1980: 4).

A Cidade na Particularidade da Dependência

A independência e a dependência são modos de definição ou de redefinição de relações entre partes. Por isso, é preciso diferenciar a independência da autonomia. Esta, é compatível com a situação de dependência, num sentido relativo em que a liberdade de um depende da liberdade de outro. Quando a cidade passa a dominar o campo, isto significa apenas que ela depende dele, não segundo os requisitos de independência deste, mas segundo seus próprios interesses. O que acontece nas relações entre a cidade e o campo é apenas o modo particular de como se expressa a divisão do trabalho como um todo.

O desenvolvimento do capitalismo internacional é compatível com a autonomia relativa de suas partes. "Isto significa que o crescimento das empresas oligopolistas internacionais baseou-se na expansão mais rápida do subsistema afiliado, com a concentração relativa dos mercados onde operam, e na centralização crescente do capital. Em outras palavras, a nível global, as grandes empresas oligopolistas internacionais passaram a ocupar um espaço econômico crescente - seja através da penetração e ampliação de suas parcelas em mercados dinâmicos, seja através da

própria criação e ocupação de subsetores industriais nas regiões periféricas, seja através da aquisição e controle de empresas aí existentes." (Coutinho, 1977: 64).

É que "A época histórica que vivemos é outra. Procurou-se caracterizar os efeitos da forma atual de organização e de controle econômico imperialista sobre os países dependentes por intermédio da idéia de internacionalização do mercado interno e de uma economia industrial controlada pelo capital financeiro monopólico nas situações em que as economias industriais dependentes encontram seu mercado nos próprios países dependentes." (Cardoso, 1972:138).

A discussão tem por referência o modo como o país subdesenvolvido tem que realizar seu desenvolvimento industrial. A autonomia do país industrializado do centro decorre de que ele se desenvolve a partir da posição de vanguarda tecnológica. Por isso, "A industrialização de um país subdesenvolvido suscita muito mais pontos de estrangulamento que a mera expansão industrial de uma economia capitalista desenvolvida. É que a pirâmide industrial está sendo formada, mediante a substituição de importações, de cima para baixo. A industrialização consiste no estabelecimento de plantas que realizam as últimas fases da produção de bens de consumo (montagem, acabamento), a serem absorvidos por mercados locais, no máximo regionais. A indústria começa por ser um prolongamento do fluxo de importações. Em lugar de importar o produto acabado, se importam as peças e muitas vezes o capital, o know-how e a mão-de-obra especializada. Só em etapas mais adiantadas do processo é que as outras fases do processo produtivo são transferidas" (Singer, 1968: 148).

Mas o que é a substituição de importações ?

"Trata-se , na realidade, de um processo de modificação da estrutura produtiva, o qual permite reduzir a participação das importações na oferta global sem reversão à economia pré-capitalista. Reduzem-se ou eliminam-se certos itens das importações - os quais são substituídos no mercado por produção interna - e ampliam-se aquêles itens de substituição mais difícil. Como ao mesmo tempo que se reduz o coeficiente de importações amplia-se a renda per capita, a composição da demanda interna tende a modificar-se, o que exige alterações maiores na estrutura da oferta do que aquelas tidas em conta ao iniciar-se o processo substitutivo. O período de tempo requerido para que a oferta interna se adapte às modificações na composição da demanda - período esse que muitas vezes é ampliado por obstáculos institucionais - dá origem a pressões inflacionárias, particularmente quando o setor externo apresenta pouca ou nenhuma flexibilidade." (Furtado, 1966: 72/3).

Trata-se, então, de uma relação, ao mesmo tempo, de mútua dependência e de mútua-autonomia, mas não de uma contradição do tipo dependência-independência. Por exemplo: "A exportação de manufaturas é particularmente vantajosa. Ela proporciona maior descentralização das decisões e maior subordinação das empresas multinacionais à política econômica nacional. Empresas locais filiadas à mesma empresa internacional defrontam-se com freqüência no mercado, independentemente de suas intenções. Mesmo quando as exportações de uma dada filial são limitadas por decisão da matriz, persiste, no plano internacional, a competição entre ramos locais de firmas diferentes, aumentando o grau de identificação dessas empresas com o país onde estão instaladas." (Fishlow, 1974: 40/1).

O que se passa em âmbito nacional e internacional opera também no caso das cidades. "Através da ação sobre as formas, tanto novas como renovadas, o planejamento urbano constitui muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas. A construção de projetos de arranha-céus e de obras públicas de grande escala, por exemplo, implica um grande investimento nas cidades. Estas atividades construtivas, ao mesmo tempo em que implicam a importação de equipamento, de matéria-prima e de capital, aprofundando a necessidade deste nessas áreas, desencaminham capitais necessários de outras atividades urbanas ou mesmo nacionais. Uma nova composição do capital tende a se espalhar por todo o país." (Santos, 1977: 35/6).

O processo de dependência-autonomia acaba alterando qualitativamente a relação. O que, num primeiro momento, relaciona subordinando e, em seguida, produz a interdependência (a interautonomia), transforma-se na racionalidade geral dos espaços e economias. "Com o desenvolvimento das forças produtivas, a desigualdade regional cessa de ser o resultado das aptidões naturais e está se tornando ao mesmo tempo mais profunda e mais especulativa: existe uma maior necessidade de capitais crescentemente volumosos; os recursos sociais também tendem a se concentrar em certos locais onde a produtividade do capital é cada vez mais alta. Tudo está ligado. A atração da força de trabalho é um corolário dos investimentos e os salários mais baixo são um fator adicional para aumentar os lucros e inflar a mais-valia do grande capital. É por isso que se depara com uma concentração cumulativa de investimentos e de população nas mesmas cidades. A tendência à especialização agrícola se acompanha da expansão do número de salarizados,

da extrema divisão social do trabalho e da concentração econômica e espacial. A urbanização e a primazia se apresentam como necessidades do sistema.

"A urbanização é simultaneamente um resultado e uma condição do processo de difusão do capital. Este destrói autarquias regionais ao penetrá-las e provoca uma especialização especulativa ao acelerar as operações monetárias, as quais crescem em consequência das necessidades do capital. A desintegração de economias regionais, assim como sua extroversão, gera a concentração urbana, com efeitos cumulativos que ao mais das vezes resultam no fenômeno da macrocefalia. A primazia urbana ajuda a garantir o estabelecimento de capitais adicionais, ainda mais volumosos. A população que lota estas cidades em rápido crescimento constitui mão-de-obra barata e, por sua mera presença, garante o estabelecimento de um estoque de capital fixo que é indispensável e uma maior lucratividade de empreendimentos industriais." (Santos, 1979: 13).

E este é um aspecto da crise das cidades. O que isto significa? "A expansão dos serviços de utilidade pública é basicamente um problema de formação de capital fixo em forma contínua e crescente para acompanhar o processo de industrialização e urbanização em curso, Aqui, mais do que na indústria manufatureira, os problemas de escala e do longo prazo de maturação dos investimentos forçam a uma imobilização de recursos crescente em relação ao volume de produto final obtido. Além do mais, qualquer descontinuidade nos programas de expansão acarreta automaticamente, em algum período subsequente, uma parada no ritmo de crescimento do fluxo de serviços fornecidos e por derivação um ponto de estrangulamento que, no mínimo, afeta produ

tividade geral do setor urbano." (Tavares, 1972: 143).

No mesmo momento em que diminui o volume físico do capital variável - via avanço tecnológico e qualificação da força-de-trabalho - aumenta o volume do capital fixo através da criação de espaços adicionais cada vez maiores. O que resulta disso, na particularidade? A urbanização "implica na formação de redes urbanas, fortemente polarizadas por grandes cidades, ao redor das quais se formam 'áreas metropolitanas'. E os núcleos destas áreas, por mais estranho que pareça, não são constituídos por concentrações industriais, mas por complexos de serviços." (Singer, 1979: 129).

Em sua forma externa o capital fixo aflora como uma modalidade de consumo que aparentemente é considerada como desperdício, porque não é pensada como necessidade que tem sua determinação em mudanças que se estão operando ao nível da composição orgânica do capital. Por isso, afirma-se que "Muita gente adquire objetos que não é capaz de desfrutar, exclusivamente para ostentar seu status - a literatura está cheia de pianos em casa onde ninguém os toca; ou de galerias de arte particulares de propriedade de milionários destituídos de sensibilidade artística; de gado mantido para preservar o status tribal, e não por sua carne ou leite; de bens adquiridos para desperdício conspícuo e de exemplos semelhantes de bens desejados mais para que outrem os vejam do que para satisfação pessoal. Essas exhibições são praticadas particularmente por pessoas que se estão movendo da classe mais baixa para outra mais alta, e anseiam por serem reconhecidos em seu novo status. Nos países industriais, os nouveaux riches se caracterizam por essas práticas. Nos países coloniais, onde a classe se

vernante difere radicalmente da governada, as classes superiores e média se entregam excessivamente ao consumo conspícuo. A razão disso está em que os seus sentimentos racionalistas as levam a procurar demonstrar que elas são 'tão boas' quanto os seus colonizadores, pelo menos na capacidade de construir casas tão grandes, ou de possuir automóveis tão luxuosos, ou de dar festas tão dispendiosas. O consumo excessivo muita vez exaure o povo que o pratica, dividando-o, e reduzindo aquilo que poderia poupar e investir na acumulação de riqueza" (Lewis, 1969: 141).

O consumo conspícuo, na particularidade da dependência, é a contrapartida da obtenção de taxas suplementares de mais-valia. Ele pode ser diferenciado quando da produção de espaços inacessíveis à maioria, dos espaços também "inúteis", acessíveis a todos. O traço colonial consiste na abundância de oferta de espaço, o que não obriga a contenção, em disparidade com a progressiva perda de espaço por parte daqueles que compõem a cidade dos pobres dentro da metrópole. Na determinação do processo encontra-se o complexo de serviços, como o modo atual do ser urbano.

O Processo Urbano e suas Contradições

A autonomia como relações de sujeitos livres coloca ante o homem urbano o horizonte planetário. Na nave espacial o homem é um só e o mesmo na multiplicidade de suas fragmentações societárias e comunitárias. O horizonte é o universo habitado. Mas, o universo habitado é a Terra: primeira e original contradição do mundo presente e que constitui o ponto de partida.

Por isso, o homem é também os outros homens:

a humanidade. Humanidade que se põe ante êle como relações humanas gerais. Nas relações humanas gerais êle distingue as formas dessas relações. "O que vem a ser a sociedade , qualquer que seja sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Podem os homens escolher livremente esta ou a aquela forma? De modo algum. A um nível determinado do desenvolvimento das fôrças produtivas dos homens corresponde uma forma determinada de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, correspondem formas determinadas de organização social, uma determinada organização da família, das camadas ou das classes; em resumo: uma determinada sociedade civil. A uma sociedade civil determinada corresponde uma situação política determinada que, por sua vez, nada mais é que a expressão oficial dessa sociedade civil. (...)

"É desnecessário acrescentar que os homens não dispõem livremente de suas fôrças produtivas - que constituem a base de tãda a sua história, pois tãda fôrça produtiva é uma fôrça já adquirida, produto de uma atividade anterior. Assim, as fôrças produtivas são o resultado da energia posta em prática pelos homens: essa energia, porém, é determinada, ela própria, pelas condições em que os homens se encontram, pelas fôrças produtivas já alcançadas, pela forma social que lhes é anterior, que êles não criaram e que é o produto da anterior geração. Graças ao simples fato de que tãda nova geração se encontra face a fôrças produtivas já adquiridas pela geração precedente e que lhe servem de matéria-prima para a nova produção, surge um encadeamento na história, surge a história da humanidade, a qual é tanto mais a história da humanidade quanto mais se desenvolverem suas fôrças produtivas e, em conse -

qüência, suas relações sociais. Conclusão obrigatória: a história social dos homens nada mais é que a história de seu desenvolvimento individual, tenham ou não consciência disso. Suas relações materiais constituem a base de todas as demais relações. Essas relações materiais são apenas as formas necessárias sob as quais sua atividade material e individual se realiza". (Marx, 1963: 245).

Assim a negação da determinação consiste em afirmá-la para ultrapassá-la como momento necessário do processo. "Importa pois interpretar a negação da negação como um processo vital complexo, que ultrapasse suas determinações puramente lógicas e especulativas e não transforme 'a atividade plena de conteúdo, viva, sensível e concreta de auto-objetivação' numa negatividade absoluta e, em consequência, abstrata. A dupla negação consiste enfim na posição do homem em sua integridade e plenitude, na sua radical emancipação, na posição entendida como um processo, um princípio do futuro e não uma configuração qualquer da vida social que funcionasse como um molde a ser aplicado a todas as sociedades." (Giannotti, 1966: 122).

Mas, aprofundando o sentido da contradição, o progresso humano é a liberdade obtida a partir da não liberdade. Porque é inerente a existência humana do ser e o não ser. Então, na particularidade, enquanto horizonte, que nem a máxima consciência possível ultrapassa, "A realidade não é um sistema dos meus significados, nem se transforma em função dos significados que atribuo aos meus planos. Mas com o seu agir o homem inscreve significados no mundo e cria a estrutura significativa do próprio mundo. Com os meus projetos, a minha imaginação e fantasia, nos meus sonhos e visões, posso transformar no reino da liber-

dade as quatro paredes dentro das quais me encontro acorrentado: mas estes projetos ideais não mudam absolutamente a realidade: aquelas quatro paredes são uma prisão e dentro delas não sou livre. (...) As regras, os modos e as formas de convivência são o espaço em que atua o movimento social. Em determinadas situações este espaço torna-se limitado e é considerado como prisão e falta de liberdade." (Kosik, 1969: 220).

O homem urbano, na medida em que vive a liberdade do nôvo, como homem metropolitano, encontra-se na prisão da rede urbana que lhe dá significado, como horizonte da realidade objeto.

Mas, o que é a rede urbana? "Seria o resultado de um equilíbrio instável de massas e de fluxos cujas tendências à concentração e à dispersão variam no tempo e estão em relação com os dados estruturais e técnicos de ordem econômica, sócio-cultural e política." (Santos, 1978 : 101).

A liberdade urbana, como progresso no devir necessidade presente, relaciona-se com a liberdade da 'periferia no polo': "Seria uma generalização excessiva dizer que onde se instala o capital, o trabalho - ou seja, a mão-de-obra ocupada, subocupada e desocupada - tende igualmente a se concentrar. Mas isto é sem dúvida verdadeiro para as grandes cidades. No entanto, lugar de investimentos com altos coeficientes de capital, o emprego direto assim criado é aí limitado. Os empregos indiretos são parcialmente criados no estrangeiro, e parcialmente ocupados por estrangeiros localmente. Mas a grande cidade associa atividades a esta função industrial moderna: funções de controle e distribuição ligadas ao território nacional, funções as-

sociadas à vida local. Como aí, os salários são mais elevados, assim como, de maneira geral, os diferentes rendimentos, e como é mais fácil encontrar aí uma atividade que nas cidades intermediárias, as populações deslocadas do campo preferem se instalar na grande cidade." (Santos, 1978:14).

Na medida em que o polo concentra o vir-a-ser, o futuro, o horizonte do homem local metropolitano é o horizonte planetário, mesmo quando na periferia.

É porque a metrópole não é um aglomerado caótico de lugares, que ela mostra, na particularidade e na singularidade, uma articulação de partes que, por seu papel, apontam para o passado ou para o futuro.

As zonas já são uma indicação importante como lugares de produção, circulação, troca, consumo e lazer. Os distritos constituem uma unidade de escala ainda mais precisa. O bairro, como fundamento nuclear da rede urbana, contém a raiz das relações entre o espaço geral e a urbanização.

Na herança colonial e na função complementar ele assume um significado específico. No Brasil, ele se expressa como aquele ponto de circulação ou passagem que constitui o contato eletrônico e, por isso sincrônica e diacronicamente exato, que individualiza a metrópole, que a universaliza, e que faz dela uma dimensão particular. Em São Paulo, o bairro da Consolação manifesta essa característica da polarização-descentralização do conjunto metropolitano. Ele não é único. Toda a periferia imediata ao CBD expandido desempenha esse papel. Mas, de todos é o que expressa essa nuclearidade com mais precisão, tendência que tende a se acentuar.

*

BIBLIOGRAFIA

- Berry, B.J.L.(1968) "Discussion" in Dziwónski, K., Ré - gions Urbaines, Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique, Sciences Humaines, Régionalisation et Développement, Strasbourg Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.
- Blay, E.A. (1977) "A Reprodução das Favelas" in Contexto , nº 3, Editora HUCITEC, São Paulo.
- Blay, E.A. (1978) "Introdução" in Blay, E.A. (org.) A Luta pelo Espaço. Textos de Sociologia Urbana, Editora Vozes Ltda., Petrópolis.
- Cardenas, J. (1977) "A Experiência da Colômbia" in O Solo Criado/Carta do Embu, Fundação Prefeito Faria Lima, Secretaria do Interior, Novos Horizontes Editora Ltda., São Paulo.
- Cardoso, F.H. (1972) O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios, Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- Coutinho, L.G. (1977) "Mudanças Recentes na Divisão Internacional do Trabalho" in Contexto, nº 2, Editora HUCITEC, São Paulo.
- Faria, V. (1974) "Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalidade" in Estudos CEHRAP , nº 9, Edições Cebrap, Editora Brasileira de Ciências Ltda., São Paulo.
- Fishlow, A. (1974) "Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira Após 1964" in Estudos CEHRAP , nº 7, Edições Cebrap, Editora Brasileira de Ciências Ltda., São Paulo.
- Furtado, C. (1966) Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, Editora Civilização Brasileira S.A. .

Rio de Janeiro.

- Furtado, C. (1972) Análise do 'Modelo' Brasileiro, 2ª edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro
- Garner, B.J. (1975) "Modelo de Geografia Urbana e Localização de Povoações"., tradução de Arnaldo Viriato de Medeiros, revisão de Antonio Olívio Ceron, in Chorley, R.J. (e) Haggett, P., Modelos Sócio-Econômicos em Geografia, Editora da Universidade de São Paulo, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., Rio de Janeiro.
- George, P. (1969) Sociologia e Geografia, tradução de Sérgio Miceli, Companhia Editôra Forense, Rio de Janeiro.
- George, P. (1979) Populações Ativas, tradução de Américo Bandeira e Gonçalo Alves, Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- Giannotti, J.A. (1966) Origens da Dialética do Trabalho, Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- Harvey, D. (1980) A Justiça Social e a Cidade, prefácio e tradução de Armando Corrêa da Silva, Editora HUCITEC, São Paulo.
- Kosik, K. (1969) Dialética do Concreto, tradução e revisão de Célia Neves e Alderico Toríbio, Editora Paz e Terra S.A., Rio de Janeiro.
- Kowarick, L. (1974) "Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América Latina: Uma Contribuição Teórica" in Estudos CEHRAP, nº 8, Edições Cebrap, Editora Brasileira de Ciências Ltda., São Paulo.
- Lapouge, G. (1976) "Novos Conceitos Revolucionam a Geografia" in O Estado de S.Paulo, domingo, 12 de dezembro de 1976, São Paulo.

- Lefebvre, H. (1969) O Direito à Cidade, tradução de T.C. Netto, Editora Documentos Ltda., São Paulo.
- Lefebvre, H. (1973) De lo Rural a lo Urbano, tradução de Javier Gonzalez-Pueyo, org. de Gaviria, M., Ediciones Península, M.R., Barcelona.
- Léon, R.B., Mata, R.G., Jiménez, G.M., Rodríguez, R. (1975) Hacia una Sociología de un Plan Urbano, Universidad Central de Venezuela, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, División de Publicaciones, Caracas.
- Lewis, W.A. (1969) "Modernização dos Consumidores", tradução de Alfredo Moutinho dos Reis e Olavo Miranda, in Pereira, L.(org.), Subdesenvolvimento e Desenvolvimento, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Lojkin, J. (1979) "O Papel do Estado na Urbanização Capitalista". Tradução de Reginaldo Forti, in Forti, R. (org.), Marxismo e Urbanismo Capitalista. Textos Críticos. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.
- Martins, J. de S. (1980) Expropriação & Violência (A Questão Política no Campo), Editora HUCITEC, São Paulo.
- Marx, K. (1956) O 18 Brumário de Luís Bonaparte, tradução de Editorial Vitória, Editorial Vitória Ltda., Rio de Janeiro.
- Marx, K. (1963) "Carta a P.V. Annenkov", tradução de Apolônio de Carvalho, in Marx, K. (e) Engels, F., Obras Escolhidas, vol. 3, Editorial Vitória Ltda., Rio de Janeiro.
- Marx, K. (1975) Formações Econômicas Pré-Capitalistas, tradução de João Maia, revisão de Alexandre Addor, Editora Paz e Terra S.A., Rio de Janeiro.

- Marx, K. (e) Engels, F. (1977) A Ideologia Alemã (I - Feuerbach), tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, Editorial Grijalbo, São Paulo.
- Park, E.R. (1967) "A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano", tradução de Sérgio Magalhães Santeiro, in Velho, O.G. (org.) , O Fenômeno Urbano, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Pereira, O. (1978) "Dependente e Pobre, a Cidade faz 424 Anos" e "O Homem Metropolitano está Surgindo" in Folha de S.Paulo, quarta-feira, 25 de janeiro de 1978, São Paulo.
- Santos, C.N.F. dos (1980) "Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros" in Valladares, L. do P. (org.), Habitação em Questão, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Santos, M.(1977) "A Totalidade do Diabo: Como as Formas Geográficas Difundem o Capital e Mudam Estruturas Sociais", tradução de Maria Irene de Q.F. Szmrecsányi, in Contexto, nº 4, Editora HUCITEC, São Paulo.
- Santos, M. (1978) O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo, tradução de Sandra Lencioni, Copidescagem de Antônio de Pádua Danesi, Editora HUCITEC, São Paulo.
- Santos, M. (1978) "Espaço e Dominação", tradução de equipe da AGB-SRSP, in Seleção de Textos, nº 4, AGB-SP, São Paulo.
- Santos, M. (1978) Pobreza Humana, Editora HUCITEC, Universidade Federal de Pernambuco, Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, São Paulo, Recife.

- Santos, M. (1979) O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos, tradução de Myrna T. Rego Viana, Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro.
- Santos, M. (1979) Economia Espacial: Críticas e Alternativas, tradução de Maria Irene de Q.F. Szmrecsányi, Editora HUCITEC, São Paulo.
- Santos, M. (1980) A Urbanização Desigual. A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos, tradução de Antonia Déa Erdene e Maria Auxiliadora da Silva, revisão de José Fernandes Dias, Editora Vozes Ltda., Petrópolis.
- Silva, A.C. da (1967) "Estrutura e Mobilidade Social do Proletariado Urbano em São Paulo" in Revista Civilização Brasileira, nº 13, Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro.
- Silva, A.C. da (1978) O Espaço fora do lugar, Editora HUCITEC, São Paulo.
- Silva, A.C. da (1979) "Introdução" in Cinco Paralelos e um Meridiano. Contribuição ao Discurso Geográfico Teórico, Edição do Autor, xerox, São Paulo.
- Silva, A.C. da (1980) Geografia: Conhecimento da Crise ou Crise do Conhecimento?, original datilografado, AGB, 4º ENG, Rio de Janeiro.
- Silva, J.F.G. da (1978) "Resumo e Conclusões" in Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, in Silva, J.F.G. da (org.), idem, Editora HUCITEC, São Paulo.

- Simmel, G. (1967) "A Metrópole e a Vida Mental", tradução de Sérgio Marques dos Reis, in Velho, O.G. (org.) , O Fenômeno Urbano, Zahar Editores, Rio de Janeiro
- Singer, P. (1968) Desenvolvimento e Crise, Difusão Europeia do Livro, São Paulo.
- Singer, P. (1976) Economia Política da Urbanização, 3ª edição, Editora Brasiliense, CEBRAP, São Paulo.
- Singer, P. (1979) "A Economia dos Serviços" in Estudos CEBRAP, nº 24, Edições CEBRAP, Editora Brasileira de Ciências Ltda., São Paulo.
- Tavares, M.da C. (1972) Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Ensaio sobre a Economia Brasileira, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Weber, M. (1967) "Conceito e Categorias da Cidade", tradução de Antônio Carlos Pinto Peixoto, in Velho, O.G. (org.), O Fenômeno Urbano, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Wilheim, J. (1978) "A Necessidade de Descentralização" in Veja, nº 529, Editora Abril Ltda., São Paulo.
- Wirth, L. (1967) "O Urbanismo como Modo de Vida", tradução de Marina Corrêa Treuherz, in Velho, O.G. (org.) , O Fenômeno Urbano, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Wolf, E.R. (1970) Sociedades Camponesas, tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva, revisão de Gilberto Velho, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

*

É na vida de cidadania que se desenvolve a personalidade humana, que se realiza o crescimento e a maturação, que se estabelece a unidade entre o indivíduo e a comunidade. É na vida de cidadania que se realiza a liberdade e a justiça, que se estabelece a paz e a harmonia, que se realiza a fraternidade e a solidariedade, que se estabelece a dignidade e o respeito, que se estabelece a responsabilidade e o compromisso, que se estabelece a participação e a corresponsabilidade, que se estabelece a transparência e a accountability, que se estabelece a integridade e a honestidade, que se estabelece a ética e a moral, que se estabelece a cidadania e a cidadania.

CAPÍTULO 2

A CIDADE COMO REFERÊNCIA DO MODO DE VIDA

A cidade é o espaço físico e social onde se desenvolve a vida humana, onde se estabelece a cidadania e a cidadania, onde se estabelece a liberdade e a justiça, onde se estabelece a paz e a harmonia, onde se estabelece a fraternidade e a solidariedade, onde se estabelece a dignidade e o respeito, onde se estabelece a responsabilidade e o compromisso, onde se estabelece a participação e a corresponsabilidade, onde se estabelece a transparência e a accountability, onde se estabelece a integridade e a honestidade, onde se estabelece a ética e a moral, onde se estabelece a cidadania e a cidadania.

A cidade é o espaço físico e social onde se desenvolve a vida humana, onde se estabelece a cidadania e a cidadania, onde se estabelece a liberdade e a justiça, onde se estabelece a paz e a harmonia, onde se estabelece a fraternidade e a solidariedade, onde se estabelece a dignidade e o respeito, onde se estabelece a responsabilidade e o compromisso, onde se estabelece a participação e a corresponsabilidade, onde se estabelece a transparência e a accountability, onde se estabelece a integridade e a honestidade, onde se estabelece a ética e a moral, onde se estabelece a cidadania e a cidadania.

A cidade é o espaço físico e social onde se desenvolve a vida humana, onde se estabelece a cidadania e a cidadania, onde se estabelece a liberdade e a justiça, onde se estabelece a paz e a harmonia, onde se estabelece a fraternidade e a solidariedade, onde se estabelece a dignidade e o respeito, onde se estabelece a responsabilidade e o compromisso, onde se estabelece a participação e a corresponsabilidade, onde se estabelece a transparência e a accountability, onde se estabelece a integridade e a honestidade, onde se estabelece a ética e a moral, onde se estabelece a cidadania e a cidadania.

A CIDADE COMO REFERÊNCIA DO MODO DE VIDA

É um dado do presente a multiplicação das formas com que se apresenta o capital, assim como o aumento de suas dimensões como manifestação concreta. Pode-se por isso falar da cidade como um todo, como, não só um meio de produção, mas como uma mercadoria, que tem seu valor expresso por meio da importância crescente que assume o solo. As mudanças que estão ocorrendo ao nível da composição orgânica do capital parecem indicar a existência de uma fragmentação das formas clássicas de capital: desde o capital fundiário, ao capital industrial, comercial e financeiro. Surgem submodalidades de capital, como o capital de serviços, uma vez que a industrialização está revolucionando esse setor. Ora, os serviços constituem o que é mais especificamente urbano, no Terciário. A discussão remete à idéia de um setor Quartenário, ligado ao mundo das comunicações.

O homem urbano é, então, alguém ligado ao mundo dos serviços e ao mundo das comunicações. Não só como técnico ou como uma nova modalidade de trabalhador qualificado. Um trabalhador, em geral, e com uma nova especificidade de "operário" que se defronta com a produção de mais-valia ao nível do capital monopolista de Estado.

Não obstante o papel crescente da cidade como referência do modo de vida contemporâneo, o homem urbano tem sua origem mais remota no homem do campo. O elo de relação é a ligação de ambos ao solo, seja como solo efetivo, seja como solo criado. A luta da humanidade pelo domínio da natureza em escala planetária é a luta de criação de um espaço humanizado que, não obstante, tem o natural como

substrato.

O Modo de Vida Rural: O Camponês e a Cidade.

O camponês, no mundo atual, é um remanescente de um modo de produção anterior. Neste, havia o "Predominio de la economía natural. Los campesinos producían no sólo los productos agrícolas que consumían, sino también la mayor parte de los artículos artesanales que necesitaban. Lo que los terratenientes y la nobleza arrancaban a los campesinos en forma de arriendo de la tierra también estaba destinado principalmente al consumo y no al intercambio. Si bien en aquel tiempo había intercambio, no desempeñaba un papel decisivo en el conjunto de la economía." (Tse-Tung, 1974, II: 317).

O campesinato, em sua forma mais desenvolvida, supõe uma divisão do trabalho no campo e uma especialização do ponto de vista da produção de valor. Quais são as categorias básicas de campesinato?

Inicialmente, pode-se falar de um camponês rico. O que são os camponeses ricos? "Por lo común, los campesinos ricos poseen tierras. Sin embargo, algunos sólo poseen una parte de tierra que cultivan, y toman en arriendo el resto; otros no poseen tierra alguna y toman en arriendo toda la que cultivan. Los campesinos ricos generalmente disponen de instrumentos de producción relativamente buenos y abundantes y bastante capital líquido, y participan ellos mismos en el trabajo, mas una parte o la mayor parte de sus ingresos proviene siempre de la explotación. Su principal forma de explotación es la explotación del trabajo asalariado (contratación de asalariados agrícolas

al año). Además, pueden ejercer la explotación dando en arriendo parte de sus tierras, prestando con usura o dedicándose a la industria y el comercio. La mayoría de los campesinos ricos también administran tierras públicas. Deben ser considerados asimismo como campesinos ricos aquellos que poseen una superficie relativamente grande de buenas tierras y trabajan parte de ellas por sí mismos sin contratar asalariados agrícolas, pero explotan a otros campesinos por medio del arriendo de la tierra o de la usura, o en otras formas. Los campesinos ricos practican constantemente la explotación, y, para muchos de ellos, ésta constituye la fuente principal de sus ingresos." (Tse-Tung, 1974 I: 150).

Outra categoria do campo são os camponeses médios. O que são? "De los campesinos medios, muchos poseen tierras: algunos poseen sólo una parte de la tierra que trabajan y toman en arriendo el resto; otros no tienen tierra alguna y toman en arriendo toda la que trabajan. Todos ellos disponen de suficientes aperos agrícolas. Los campesinos medios viven total o principalmente de su propio trabajo. Por regla general, no explotan a nadie, sino que muchos de ellos sufren la explotación en pequeña medida pagando el arriendo de tierras o el interés de préstamos. Pero, por lo común, los campesinos medios no venden su fuerza de trabajo. Un sector de ellos (los campesinos medios acomodados) explotan a otros en pequeña medida, pero esta explotación no es constante ni constituye la fuente principal de sus ingresos." (pg. 150/1).

O que são os camponeses pobres? "De los campesinos pobres, algunos poseen una parte de la tierra que trabajan e insuficientes aperos agrícolas; otros no poseen

tierra alguna y sólo tienen insuficientes aperos agrícolas. Por regla general, los campesinos pobres tienen que tomar en arriendo la tierra que trabajan, y sufren la explotación pagando el arriendo de tierras o el interés de préstamos y vendiendo una pequeña parte de su fuerza de trabajo. Si de ordinario los campesinos medios no tienen necesidad de vender su fuerza de trabajo, los campesinos pobres, en cambio, se ven obligados a vender una pequeña parte de la suya. Éste es el criterio principal para distinguir entre éstos y aquéllos." (pg. 151).

Com o desenvolvimento do capitalismo se dá a desintegração do campo. Parte dos camponeses abandona a agricultura, em diferentes lugares. "Assí, pues, el hecho de que la población se desplaza de la agricultura se manifiesta en Rusia en el crecimiento de las ciudades (velado en parte por la colonización interior), de los suburbios, de las aldeas y lugares fabriles, comerciales e industriales, así como en los trabajos no agrícolas fuera del lugar. Todos estos procesos, que se han desarrollado y se desarrollan con rapidez en extensión y profundidad en el curso de la época posterior a la reforma, son parte constitutiva indispensable del desarrollo capitalista, y tienen una significación hondamente progresiva con respecto a las viejas formas de la vida." (Lenin, 1974: 537).

O movimento para as cidades, adquire o carácter de migração. "A migração para os centros industriais e para as cidades se torna um fenômeno cada vez mais generalizado à medida que o comércio progride, que as relações entre o meio urbano e o meio rural se intensificam, que o trabalhador do campo se esclarece melhor sobre a situação das capitais e a elas se dirige com mais frequência." (Kautsky, 1968: 233).

Na indústria, os camponeses proletarizados defrontam-se com a classe operária já formada, surgindo problemas de ajustamento, que têm como referência a contradição entre solo rural e solo urbano, manifesta ao nível das relações sociais de produção. "A classe operária em São Paulo se está formando à custa da migração estrangeira e, principalmente, de migrantes do Brasil rural. Este estudo trata, como já ficou dito, desses últimos. A vinda de um sem-número de pessoas das zonas rurais, para ocupar nas indústrias locais que não exigem qualificação, cria problemas de ajustamento, cuja natureza se torna mais clara quando se considera que esses migrantes, no seu ambiente original, trabalhavam numa economia que se aproximava em maior ou menor grau do tipo encontrado em sociedades tradicionais e que, ao juntarem-se ao operariado fabril da cidade de São Paulo, passaram a participar de uma economia racional de mercado." (Lopes, 1971: 28).

Na cidade, o homem do campo será um dos responsáveis pela ocorrência das descontinuidades urbanas, através da preservação da cultura rural e das experiências anteriores da cidade rural. Um dos efeitos de sua presença será a contínua busca da centralidade. Mas, "A atual explosão da grande cidade tende a dissolver os núcleos urbanos de origem medieval; eles ainda persistem em muitas cidades médias ou pequenas. Inúmeros centros urbanos, que hoje protegem e perpetuam a imagem da centralidade (a qual, sem eles, talvez tivesse desaparecido) remontam à mais alta antiguidade. Fato que explica a ilusão continuista, a ideologia evolucionista, sem com isso legitimá-las. Esta ilusão e esta ideologia ocultaram o movimento dialético nas metamorfoses da cidade e do urbano, e singularmente nas rela -

ções 'continuidade-descontinuidade'. No curso do desenvolvimento formas transformam-se em funções e entram em estruturas que as retomam e as transformam." (Lefebvre, 1969: 54).

A recente redefinição do desenho urbano tem como fonte, então, o problema do uso do solo que, na origem tem por referência o símbolo de organização da cidade, o que lhe dava centralidade. Tenderá a centralidade a desaparecer? A resposta talvez esteja no estudo das formas recentes de desenvolvimento da reprodução ampliada composta do capital. A reprodução ampliada simples deu origem à metrópole e à megalópolis. O que está ocorrendo agora?

O Modo de Vida Rural: O Trabalhador Livre e a Cidade.

Mas, o uso do solo nada é sem a força de trabalho. Esta, que supõe o substrato natural, a força natural, é, em última instância, um produto do solo enquanto natureza. É um seu prolongamento enquanto vida orgânica, que, a um certo nível de desenvolvimento natural, separa-se da vida animal, negando-a enquanto natureza primeira. Ao fazê-lo põe-se o problema do trabalho do espaço e do trabalho no espaço. As relações com a natureza serão então, no homem, de duplo sentido: relações da natureza e relações na natureza. A força de trabalho emancipa-se progressivamente da primeira relação, segundo as formas que assume historicamente e em cada lugar. "A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto de seu trabalho ao camponês. O es-

cravo é vendido, com sua força de trabalho, de uma vez para sempre, a seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. O servo não vende senão uma parte de sua força de trabalho. Não é ele que recebe salário do proprietário da terra; antes, é o proprietário da terra que dele recebe tributo. O servo pertence à terra e entrega aos proprietários frutos da terra. O operário livre, pelo contrário, vende a si mesmo, pedaço a pedaço. Vende, ao correr do martelo, 8, 10, 12, 15 horas de sua vida, dia a dia, aos que oferecem mais, aos possuidores de matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de subsistência, isto é, aos capitalistas" (Marx, 1961, I: 63).

O lugar de trabalho (o solo) do operário é a indústria. Nela os operários se encontram como classe, ao nível profissional, qualquer que tenha sido sua origem. O maior ou menor grau de relação do operário com o uso do solo tem, não obstante, relação com a sua origem: nuns, a relação com o passado do solo rural, noutros, a relação com o solo urbano, no lugar de moradia e no lugar de trabalho. Isto promoverá, no interior da classe, aspirações diversas em relação ao universo urbano.

Por exemplo: "O modelo brasileiro de crescimento econômico, permitindo a coexistência de amplas camadas marginalizadas da população e de carência de mão-de-obra qualificada e de técnicos, oferece ao operário as seguintes possibilidades de ascensão na hierarquia social : ascensão mediante integração na classe operária, quando se trata de migrantes originários de áreas agrícolas e não industrializadas; e ascensão mediante o abandono da condição operária e passagem aos estratos médios, quando se trata de

operários qualificados." (Gonçalves, 1977: 39).

Outra possibilidade de ascensão através do trabalho assalariado, o trabalho livre, é o terciário das metrópoles. Neste caso, "Os efetivos maiores são os dos empregados da classe média terciária dispersados entre um número muito grande de ocupações diversas e em estatutos de trabalho diferentes: funcionários de todos os padrões e de todas as especialidades, pessoal das agências centrais de bancos e sociedades comerciais, escritórios de viagem, entrepostos e organismos de comércio em grosso, empregados de comércio das grandes lojas concentradas, comerciantes que administram suas posses e seu pessoal. As profissões liberais formam uma categoria distinta, mas têm também seu contingente de empregados assalariados (contadores, secretárias, enfermeiras e assistentes médicas, etc.)". (George, 1979: 101).

Na cidade moderna e em crise a problemática da industrialização é ultrapassada. O Terciário é a expressão disso. Mas, a cidade é mais do que um lugar de ascensão social. Por isso, "'O urbano' não pode ser definido nem como apegado a uma morfologia material (na prática, no prático-sensível) nem como algo que pode se separar dela. Não é uma essência a-temporal, nem um sistema entre os sistemas ou acima dos outros sistemas. É uma força mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro (ou, antes, dos encontros). É uma qualidade que nasce de quantidades (espaços, objetos, produtos). É uma diferença ou sobretudo um conjunto de diferenças. 'O urbano' contém o sentido da produção industrial, assim como a apropriação contém o sentido da dominação técnica sobre a natureza, com esta deslizando para o absurdo sem a -

quela. É um campo de relações que compreendem notadamente a relação do tempo (ou dos tempos: ritmos cíclicos e durações lineares) com o espaço (ou espaços: isotopias-heterotopias). Enquanto lugar do desejo e ligação dos tempos, o urbano poderia se apresentar como significante cujos significados procuramos neste instante (isto é, as 'realidades' prático-sensíveis que permitem realizar êsse significante no espaço, com uma base morfológica e material adequada)." (Lefebvre, 1969: 78/9).

O trabalho livre exige uma cidade cujo desenho signifique a derrubada de tôdas as barreiras à livre circulação do excedente. Isto significa uma redefinição do urbano. É preciso encontrar na metrópole o sentido do futuro que ela contém como formas inertes, formas em uso e formas em produção.

O Modo de Vida Urbano .

A divisão do trabalho na cidade não tem precedentes na história humana. A separação da cidade, do campo, é apenas o momento de pre-organização do sistema de cidades, que se sustentam pelos serviços que geram e se interrelacionam. Por isso, segundo Colin Clark, "O grau mais avançado de desenvolvimento corresponderia a economias onde predominassem os serviços na formação da renda e na estrutura do emprego". (Oliveira, 1979: 140).

É que o terciário é uma esfera particular da circulação do capital. Por isso, "Suprimir do urbano os serviços equivale quase a suprimir o urbano, como se o urbano não fosse a soma das determinações emanadas dos setores produtivos que, espacialmente, representa, na verdade, o lo-

cus por excelência de uma divisão social do trabalho que expropriou os proprietários, separou trabalhadores dos meios de produção, produziu um mercado de força de trabalho, e nessa progressão, expandiu a divisão social do trabalho nas esferas da circulação, distribuição e consumo." (pag. 147).

Assim, é por meio do terciário que se relaciona o capital internacionalmente, "Porque, do ponto de vista das relações internacionais, o Terciário funciona como divisão social do trabalho da circulação e da distribuição, e a utilização massiva de mão-de-obra nesses serviços responde a uma necessidade do processo de acumulação nesta etapa: a de não competir com os fundos de acumulação destinados à atividade principal, contribuindo para afastar o espectro da queda tendencial da taxa de lucro." (pg.147).

E é pelo terciário que hoje se relacionam os sistemas de cidades de todo o mundo. E é também por meio dele que se diferenciam os modos de vida rural e urbano. Essa diferença se expressa ao nível do consumo. "O consumo dos habitantes das cidades e o dos rurais se opõem também pela sua estrutura. Os primeiros dão à alimentação menor lugar do que os segundos; comem relativamente menos pão e verduras, porém mais frutas, legumes e sobretudo, carne. Compram mais bens duráveis e seu equipamento em aparelhos eletrodomésticos e em automóveis é maior do que o dos rurais. À influência do nível de vida acrescenta-se a que exercem sobre o consumo as condições de trabalho e de existência, profundamente diferentes na cidade do que o são no campo: os habitantes das grandes cidades francesas consagram no mínimo 16% (cêrca de 20% na aglomeração parisiense) de seu orçamento total aos transportes, às férias, à cultura e

e aos lazeres; os rurais apenas 11%. Por outro lado, os trabalhadores das grandes cidades são muitas vezes obrigados a tomar sua refeição do meio-dia no local de trabalho, solução essa favorecida pela presença de refeitórios de usinas, restaurantes self-service, universitários, que, evidentemente, faltam nos campos. Esta situação contribui para modificar a organização da distribuição dos produtos alimentares, conforme se efetue em meio urbano ou rural." (Guglielmo, 1966: 229/232).

O consumo intra-urbano é também diferenciado: "O consumo não varia somente segundo os tipos de cidades, mas também, no interior mesmo de cada aglomeração, de um bairro ao outro, duma zona à outra do espaço urbano. Efetivamente, este não é indiferenciado. No decurso do desenvolvimento urbano, especializações residenciais distinguem - se mais ou menos nitidamente: velhos bairros servindo de refúgio, nos seus pequenos prédios vetustos, comprimidos ao longo de ruas estreitas, aos elementos mais deserdados da população urbana; bairros ricos, mais arejados, onde se concentram o consumo de produtos de luxo e uma grande parte do pedido de serviços; (...) Para além do núcleo central da cidade estendem-se frequentemente sobre vastas superfícies bairros pouco diferenciados, por vezes muito densamente ocupados, onde se misturam classes médias, operários e empregados." (pg. 242). O consumo é, então, diferenciado dentro da cidade, conforme os grupos sociais e sua localização.

A divisão social do trabalho na cidade expressa a diversificação do consumo que se concentra com a reprodução ampliada do capital, gerando contradições. Por isso, "a socialização crescente do consumo cria as condições ma-

teriais da tomada de consciência coletiva e da organização solidária das classes dominadas. As cadências da vida cotidiana e o ritmo, necessariamente implacável, de funcionamento de tal sistema urbano destroem as próprias bases da democracia liberal-capitalista na cidade, e duplicam a ditadura do mundo da produção com uma ditadura de novo tipo, na esfera do consumo: os mecanismos tradicionais da integração social se ressentem fortemente do contragolpe, e pode-se falar a esse respeito de crise generalizada, embora expressa de forma incipiente e confusa. Enfim, a presença maciça e permanente do Estado politiza de forma sistemática os conflitos urbanos e cria as condições para uma ligação direta das contradições e conflitos urbanos com as relações de poder entre as classes, colocando assim a possibilidade histórica de sua transformação em novas bases. " (Godard, Castells, 1979: 117).

Na atualidade o terciário tornou-se de grande importância e isso repercute sobre o uso do solo urbano, numa situação em que a especulação imobiliária e a atividade de construção têm que ser vistas em nova dimensão. "Durante mucho tiempo, lo 'inmobiliario' no tuvo dentro del capitalismo más que una importancia menor. El suelo pertenía a los últimos representantes de una clase vencida, los propietarios de bienes de raíces, clase que, como tal, es de origen feudal. La construcción, rama de producción primero subordinada, casi artesana, revestía antaño menos importancia que la producción de acero y de azúcar (pese al adagio: Cuando la construcción está en auge, todo va bien). Ahora bien, la situación de dicha rama ha cambiado por completo, y no únicamente en los poderosos países industrializados. No basta con recordar, para explicar ese hecho,

los fenómenos generales de urbanización, la extensión siempre creciente de las ciudades, los adelantos técnicos, etc. Hace falta explicar el cómo y porqué el capitalismo ha tomado posesión del suelo, del espacio; de ahí la tendencia de lo que fue otrora lo 'inmobiliario', de ahora en adelante convertido en bienes muebles (construcciones, especulaciones), a convertirse en centro neurálgico dentro del capitalismo, por ser una industria nueva, menos sometida a trabas, saturaciones, dificultades de toda índole que frenan el desarrollo de las antiguas industrias." (Lefebvre, 1976: 100).

Então, "'lo inmobiliario' y la 'construcción' dejan de ser circuitos secundarios y ramas anejas del capitalismo industrial y financeiro, para pasar a un primer plano." (pg. 108).

A importância da construção passa, por isso, a influir na composição orgânica do capital. "A nível local, al igual que toda industria, la de la construcción - en el amplio sentido de la palabra, no únicamente la construcción de edificios, sino también de las 'infraestructuras': carreteras, autopistas, aeródromos, etc ... - ha aumentado considerablemente la composición orgánica de su capital." (pg. 115).

Daí que o espaço transforma-se em uma dimensão estratégica e política de dominação. "Las cuestiones que conciernen la producción de cosas en el espacio no han desaparecido, ni mucho menos, pero los problemas se desplazan. Se pasa de la producción de las cosas en el espacio a la producción del espacio planetario, esto envolviendo, su poniendo aquello. Se pasa de la contemplación clásica de los lugares de implantación industrial a la totalidad del

espacio. De ello se desprende que el espacio se torna estratégico. Por estrategia entendemos que todos los recursos de un determinado espacio dominado políticamente sirven de medios para apuntar y alcanzar objetivos a escala planetaria e, incluso, más allá de ésta. Las estrategias globales son a la vez económicas, científicas, culturales, militares y políticas." (pg. 139).

En contrapartida, "La informática y la automatización andan a la par, sosteniéndose mutuamente. Así pues, lo que despunta en el horizonte es el no trabajo. Por un lado, el trabajo productivo ya no puede ser atribuido únicamente a la clase obrera. Por otro, la trascendencia, la función y la estructura social del trabajo productivo se van modificando debido a que el papel desempeñado por el trabajo manual ('simple', según Marx) va disminuyendo." (pg. 150).

Qual o impacto dessas transformações sobre a cidade? O que acontece com seus substratos mais específicos ao nível do bairro? "Si en las ciudades modernas la calle no es ya lo que fue en las ciudades medievales o antiguas, es decir, fundamento de la sociabilidad, no por ello ha devenido simple lugar de tránsito y circulación, simple conexión entre lugares de trabajo y residencia. Conserva una realidad propia, una vida específica y original. Si, por otra parte, los modernos problemas de la circulación automovilística tienden a privilegiar la calle en tanto que vía de tránsito, no deben disimular su valor social; la realidad contiene aquí 'el valor'. La calle arranca a la gente del aislamiento y la insociabilidad." (Levebvre, 1973: 181).

Essa questão da sociabilidade e da não socia

bilidade encontra suas raízes na relação cidade-campo transformada. A "oposición ciudad-campo se difumina a favor de una oposición en auge: la de la gran ciudad y su periferia. (...) O bien, la oposición entre centro y no centro, medio y entorno. Por que? Porque la ciudad comienza a extenderse sobre el conjunto del territorio." (pg. 192).

A cidade contemporânea tem, então, sua própria especificidade, que se apresenta desde logo como dimensão simbólica. "... os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmos, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela tem uma dimensão paradigmática; implica em e mostra oposições, a parte interna e a parte externa, o centro e a periferia, o integrado à sociedade urbana e o não-integrado. Finalmente, ela possui também a dimensão sintagmática: ligação dos elementos, articulação das isotopias e das heterotopias." (Lefebvre, 1969: 63).

Na particularidade da dependência "O neo-capitalismo sobrepõe o centro de decisão ao centro de consumo (que ele nem desmente, nem destrói). Não reúne nem as pessoas, nem as coisas, mas sim as informações, os conhecimentos. Inscreve-os numa forma eminentemente elaborada de simultaneidade: a concepção do conjunto, incorporado no cérebro eletrônico, utilizando a quase-instantaneidade das comunicações, superando os obstáculos (as perdas de informação, as acumulações insensatas de elementos, as redundâncias, etc.). Com uma finalidade desinteressada? Sem dúvida que não. Aquêles que constituem a centralidade específica visam o poder ou são os instrumentos dêste. A partir daí, o problema se apresenta politicamente. Não mais se trata apenas de 'dominar a técnica' em geral, mas técnicas bem de

terminadas com suas implicações sócio-políticas. Trata-se de dominar os senhores potenciais: aqueles cujo poder se apropria de tôdas as possibilidades." (pg. 121).

O espaço do centro de decisão é um espaço de nova manipulação do excedente. Por isso, principalmente de manipulação da cidade e, por meio desta, da rede urbana.

Mas, o que é o excedente? "Pode ser primeiramente uma soma de produto material (além e acima do que é necessário para reproduzir a sociedade em seu estado exigente) que é colocada de lado para promover melhoramentos ao bem-estar humano. (...) Em segundo lugar o excedente pode ser olhado como uma versão estranha e alienada da primeira [forma]: ela aparece como uma quantidade de recursos materiais que é apropriada em benefício de um segmento da sociedade às expensas de outro." (Harvey, 1980: 188).

Então, é possível pensar "que a cidade funciona como um lugar de disposição de produto excedente." A arquitetura monumental, o consumo pródigo e conspícuo, e a criação da necessidade na sociedade urbana contemporânea são todas manifestações diferentes desse mesmo fenômeno. A cidade pode assim ser interpretada parcialmente como um campo destinado a gerar demanda efetiva." (pg. 195).

Visto o problema d'este modo, o urbanismo pode ser considerado como "um padrão de atividade individual que, quando agregado, forma um modo de integração social e econômica capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significativas de produto excedente socialmente definido." (pg. 204).

É o que está acontecendo em muitos lugares, sendo que o fenômeno é mais expressivo em países de recente impulso de industrialização e urbanização comandadas pe

lo capital monopolista. "Como perspectiva futura, São Paulo tende a tornar-se dentro do Brasil uma metrópole também no sentido de se apropriar e acumular uma parcela crescente da mais-valia produzida nas áreas que estão sendo agora industrializadas. Com isso a hipertrofia econômica da metrópole paulistana só será reforçada, tornando sua problemática cada vez mais complexa e de difícil solução." (Singer, 1976: 133).

Julgar o modo de vida urbano em processo de configuração é difícil, porque subsistem os óbices para responder à pergunta: de quem é a nova cidade?, ou, - o que é hoje o homem urbano?

Na particularidade, o que aconteceu? "A ascensão dos núcleos urbanos tirou o centro de gravidade da vida nacional dos domínios rurais e colocou-o nas cidades. Isso, que vinha acontecendo de forma lenta, acelerou-se rapidamente nos últimos vinte anos. Os fenômenos que causou são do conhecimento de todos: crise de habitação, transporte, educação, saneamento, poluição. As cidades escaparam das mãos de seus dirigentes, incapazes de compreender, de pronto, o que estava acontecendo. O impacto atingiu as esferas federal, estadual e municipal. Principalmente esta. A figura tradicional do prefeito, que conhecia pessoalmente os bairros mais distantes, dialogava com as figuras mais representativas de seu burgo e dirigia, patriarcalmente, os destinos da cidade em decorrência das pressões de pessoas ou grupos que sobre ele atuavam, ficou repentinamente superada. O prefeito que antes se valia de uma assessoria 'caseira' teve de apelar para economistas, arquitetos, urbanistas, sociólogos, geralmente com cursos no exterior, que falavam uma linguagem hermética, tratando os problemas da

cidade de forma impessoal, importando tecnologia e, o que é pior, divergindo entre eles em decorrência de sua formação. Adiciona-se a isso a perda de capacidade econômica dos municípios, uma intensa migração campo-cidade, a rígida centralização política num país de dimensões continentais e se terá uma noção da perplexidade que envolveu os responsáveis pelo problema urbano." (Lerner, 1978: 146).

O homem urbano defronta-se com a impessoalidade da grande aglomeração e com a má qualidade do meio ambiente, geradas pela rápida transição da vida urbana metropolitana de um aglomerado construído pela livre-concorrência para uma mudança de escala bastante grande produzida velozmente pelas forças do capital monopolista, em que o Estado desempenha papel decisivo.

O novo desenho urbano deverá conter o desafio da possibilidade de organizar a vida individual e coletiva numa escala não prevista anteriormente, sem com isso destruir a célula elementar da cidade: o bairro. Mas, não o bairro tradicional, do passado, que isto é impossível e nem o permite a lógica metropolitana. Mas, deve caber, particularmente aos habitantes, a partir de seu lugar de moradia e seu lugar de trabalho, redefinir o modo de vida urbano.

Nessa redefinição "será fundamental conseguir identificar a 'pequena escala' e preservar o 'aqui' de nosso domicílio, de nossa vizinhança, de nosso bairro. Este é um desafio para os urbanistas que, além de tornar mais flexíveis as regras de uso do solo, deverão, ao mesmo tempo, criar organizações de cidadãos decididos a preservar a qualidade de vida." (Wilheim, 1978: 151).

Mas, é preciso que o urbanista, um dos ele -

mentos que está próximo ao centro de decisão, não perca de vista a escala do consumo. A cidade do plano tem que coincidir com a cidade da população no seu conjunto.

O modo de vida urbano supõe, nas novas condições, um novo uso do excedente. Por isso, o problema das escalas é importante, não podendo as mesmas serem reduzidas a uma polarização linear entre o poder local e o poder mundial.

Os Modos de Vida no Espaço Ampliado Urbano .

O espaço ampliado urbano desenvolveu-se, recentemente, segundo o desdobramento inicialmente único da cidade em vários espaços, a partir de sua unidade de constituição, o bairro. Embora o urbano, como desenho arquitetônico, suponha o núcleo central - já presente em várias formas pretéritas de aglomerados concentrados - o próprio centro é um espaço que possui algumas características do bairro, que este reproduz: funções residenciais, comerciais, industriais de pequeno porte, serviços. Na divisão espacial do trabalho, no que se refere à formação da cidade, o que desde logo a define é o terciário concentrado, razão de ser da centralidade. Desde então é que se desenvolve a especialização espacial. Desde a cidade pequena, sem subúrbios e com bairros pouco definidos, passando pelas cidades médias, com bairros já definidos, até as cidades grandes - onde a metrópole dos bairros distantes suburbanos se transforma na cidade com periferia diferenciada - até às conurbações, quando alguns pontos da rede urbana próximos apresentam-se contínuos - em todo o processo genético espacial de sua formação, a cidade, como espaço ampliado urbano

apresenta uma reprodução de espaço que se tem desenvolvido segundo a lógica de produção do excedente. Este excedente não se apresenta do mesmo modo em cada uma das formas que assume o fenômeno urbano.

Na escala local a cidade "é um organismo urbano que atende às necessidades primárias e imediatas das populações locais. Assim, esta definição abrange organismos de tamanhos diversos, fornecedores de diferentes serviços conforme a época e o lugar onde se situam. Na verdade, as necessidades elementares representam noções que evoluem com o progresso econômico e a idéia de bem-estar." (Santos, 1980: 104/5).

A lógica interna de produção do excedente pela cidade pequena vai, então, depender, da intensidade ou densidade de serviços existentes. Se esses serviços não são necessários à vida local, ou às relações externas, a cidade pequena pode vir a desaparecer, quando sua produção de excedente torna-se inferior à possibilidade de manutenção de sua população. Pode também regredir à condição rural. Por isso, é importante seu grau de relação com a cidade média, o que varia muito segundo as condições naturais e sociais do lugar e no tempo.

A cidade média que, no processo de consolidação da rede urbana transforma-se em núcleo urbano intermediário, tem mais estabilidade espacial que a cidade pequena, embora sua relação com a metrópole relativize seu poder local. "Antes, tratava-se de verdadeiras cidades regionais, que dispunham de um poder de comando certo sobre a área circundante. O isolamento, devido à não-integração dos transportes, as reforçava em seu papel de verdadeiros núcleos distribuidores de bens e serviços e polarizadores da

produção. Mas agora, enquanto a produção industrial tende a se concentrar em um pequeno número de cidades e sobretudo na metrópole, a revolução dos transportes facilita o encaminhamento direto dos produtos aos centros de transformação e/ou de exportação, e assegura uma melhor difusão dos produtos fabricados. A cidade regional se vê privada de seu antigo monopólio e seus privilégios e torna-se a cidade intermediária." (pg. 241).

Como cidade regional ou como cidade intermediária, o núcleo urbano de ligação gera um excedente maior do que o da pequena cidade porque seus serviços são maiores em volume e mais diversificados. No primeiro caso, ela drena o excedente das cidades pequenas das quais depende em parte para sua própria definição de cidade regional. Mas, nem sempre a ponto de fazer desaparecer a necessidade daquelas. No segundo caso, a cidade intermediária, o excedente tem que ser gerado no sistema de fluxos. Pode aumentara carga sobre as cidades pequenas, assim como a necessidade de fazer reverter uma parte do excedente metropolitano sobre elas. Pode possuir autonomia, mas sua condição de independência é pequena e, por singular que pareça, menor do que as de algumas cidades pequenas. Por isso, seu relacionamento com a grande cidade é decisivo.

A cidade metropolitana, nas condições contemporâneas, é o centro gerador de excedente. Sua dimensão espacial lhe dá auto-suficiência como fenômeno urbano estável. "A 'cidade metropolitana' do século XX foi o resultado da extensa aplicação da ciência à indústria, da difusão da energia elétrica e do advento do automóvel. A cidade metropolitana, comparada à cidade industrial, foi o resultado da revolução técnica acelerada que se entremeou, vir-

tualmente, em todas as fases da vida. Ao passo que a máquina a vapor e a polia de roldana colocaram em ação as forças centrípetas, criando densa população ao redor dos edifícios industriais, a combinação da energia elétrica, do automóvel e do telefone tornaram ativas as forças centrífugas, as quais, simultaneamente, difundiram a população e a indústria de maneira ampla através da região e permitiram aglomerações maiores de ambas. A cidade metropolitana é o núcleo ou core de uma área metropolitana, que se tornou uma unidade socio-econômica básica, não apenas na economia regional e nacional, mas na economia mundial. É uma unidade altamente complexa e interdependente, ligando a centralização à descentralização, a especialização e a diferenciação de função à integração e aos mecanismos coordenadores." (Hauser, Schnore, 1976: 4).

Se as cidades, tomadas isoladamente, geram excedente por sua lógica interna, devem elas ser consideradas também em sua articulação externa, na forma desenvolvida da rede urbana. "A formação da rede urbana encontrou suas condições ótimas nos países em via de industrialização que, ao mesmo tempo, se 'regionalizaram' devidamente. Nos países que realizam ou procuram realizar hoje seu desenvolvimento, essa formação enfrenta sérios obstáculos. Um deles vem da própria estrutura da economia: os fluxos se relacionam exclusivamente à coleta dos produtos brutos e à distribuição de alguns tipos de produtos acabados; a vida urbana dos centros subordinados repousa sobre um comércio elementar. É muito raro que seu desenvolvimento possa ser suficientemente completo para que eles possam assegurar, no seio de uma rede, as funções complexas que reclamam o fortalecimento dessa rede. Um outro obstáculo consiste na

irrupção de meios de transportes maciços e rápidos no interior de um espaço ainda não organizado. Este fenômeno favorece a concentração extrema das atividades nas capitais. A capital ganha então um volume excessivo, não somente em detrimento do campo, mas também às custas do que poderiam ser centros secundários; tal é a força de atração das capitais e das metrópoles dos estados subdesenvolvidos que a criação ou o fortalecimento dos 'satélites', necessários ao estabelecimento de uma rede sólida, tornam-se impossíveis. As redes urbanas dos países subdesenvolvidos são portanto, em geral, simples mas sem vigor; elas são a expressão de uma hierarquia muito elementar e de uma estrutura regional ainda muito vaga." (Kayser, 1966: 304).

A formação do excedente na rede urbana de um país depende, então, do seu grau de articulação interna. Como se expressa o excedente a nível mundial? "As grandes transformações da economia mundial depois da Segunda Guerra, as revoluções sucessivas nos transportes e comunicações, a mudança de significação das fronteiras políticas, o papel primordial das disparidades da tecnologia entre países e sobretudo entre o mundo industrializado e o mundo subdesenvolvido, o fato de as metrópoles ocidentais serem mais liberadas do seu entorno regional e o aparecimento ou a multiplicação de metrópoles numerosas nos países subdesenvolvidos acarretaram fluxos de universalização e criaram formas de cooperação e de dependência. No caso específico dos países subdesenvolvidos, um dos aspectos mais surpreendentes dessa organização urbana mundial provém das relações entre as metrópoles 'completas' situadas nos países industrializados, mas com alguns representantes nos países subdesenvolvidos, e as metrópoles 'incompletas' tí

picas dos países não-industrializados ou em vias de industrialização. As relações entre metrópoles completas e metrópoles incompletas são de ordinário idênticas em toda parte, mesmo que as metrópoles completas se situem nos países subdesenvolvidos. Nesta última hipótese, o esquema é deformado pela ausência de fronteiras e pelo problema de uma base territorial. Nos países subdesenvolvidos, os fenômenos característicos da rede urbana mundial não são dissimulados pelas formas históricas, tão numerosas e inertes, mas são mais facilmente pressentidas porque mais vivas e mais recentes. Nesses países, o nascimento de verdadeiras metrópoles é contemporâneo do aparecimento da grande indústria e tudo o que a acompanha." (Santos, 1978: 84/5).

Não há, então, uma correlação direta, entre o tamanho urbano e a formação do excedente. Mas, o importante a considerar é que também o balanço excedente-interno/excedente-externo é também desigual. A estabilidade da rede urbana depende, por isso, do excedente que pode gerar; ao mesmo tempo, a estabilidade da cidade, tomada isoladamente, depende do excedente que consegue reter para si. O desequilíbrio freqüente pode transformar-se na superconcentração urbana. "É preciso notar que a tendência à superconcentração urbana, entendida como concentração de atividades e de população em uma ou poucas unidades, em detrimento do resto da rede urbana, acima dos requisitos da tecnologia, é uma contradição que o capitalismo apresenta em países desenvolvidos (Inglaterra, França, Itália) tanto quanto em países não desenvolvidos. Outra coisa a observar é que não se trata de uma contradição insuperável do sistema. A tendência à superconcentração resulta do livre funcionamento dos mecanismos de mercado, que protege as micro-decisões lo

cacionais de suas conseqüências macro-econômicas. Mas, quando tais conseqüências se tornam econômica e política - mente insuportáveis, o estado capitalista pode intervir e tem intervindo nos mecanismos de mercado, no sentido de descentralizar espacialmente a acumulação de capital." (Singer, 1976: 74/5).

A deseconomia urbana gera a necessidade de alocar o capital de serviços em outro lugar, para que o excedente possa se dar como capital produtivo. Produz-se, então, antes de mais nada, através de sua rede de cidades médias, de metrópoles regionais, nacionais e internacionais, como uma distribuição social e espacial das diferentes condições gerais da produção, em função do tipo de atividades que possuem, de fato, um uso privilegiado: zona industrial-portuária para indústria pesada (siderurgia, petroquímica); universidades, centros de pesquisas, foyers de atividades intelectuais e de formação de quadros superiores, centros de gestão, de informática etc., nas metrópoles mundiais, para as atividades de direção geral; extensões regionais de universidades, centros de pesquisa, de gestão e de informática nas metrópoles regionais ou em cidades novas, para as atividades de direção de exploração etc." (Lojkine, 1979: 48).

Por isso, o bairro reaparece na forma do distrito. O plano da cidade a desenha, desde logo, em setores, no interior dos quais a população - qualquer que seja a forma urbana - reconstitui sua unidade de vivência social: o bairro.

O solo ressurgente como necessidade básica do lugar de moradia, do lugar de trabalho, do lugar de lazer, do lugar dos fluxos das pessoas, enquanto coletividade de ba-

se. O espaço efetivo novamente se põe no espaço criado, porque os serviços necessários ao conjunto físico-populacional são uma decorrência da própria existência da civilização urbana.

Mas, o mundo das comunicações redefine o bairro como módulo interno-externo do espaço ampliado urbano.

O que é o módulo urbano?

O módulo urbano é a unidade reguladora das proporções da cidade renovada. Na criação do trabalho manual e no desenho do plano.

*

BIBLIOGRAFIA

George, P. (1979) Populações Ativas, tradução de Américo e Gonçalo Alves, Difusão Européia do Livro, São Paulo.

Godard, F. (e) Castells, M. (1979) "O Advento de Monopóvil: Análise das Relações entre a Empresa, o Estado e o Urbano", tradução de Angela Bento de Carvalho, in Forti, R. (org.), Marxismo e Urbanismo Capitalista. Textos Críticos, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.

Gonçalves, J.S.R.C. (1977) "Perfil do Operariado numa Empresa da Indústria Automobilística de São Paulo, in Contexto, nº 3, HUCITEC, São Paulo.

- Guglielmo, R. (1966) "Um Nôvo Capítulo da Geografia: A Geografia do Consumo e da Distribuição" in George, P. et alii, A Geografia Ativa, Difusão Européia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Harvey, D. (1980) A Justiça Social e a Cidade, tradução de Armando Corrêa da Silva, HUCITEC, São Paulo.
- Hauser, P.M. (e) Schnore, L.F. (1976) "Prefácio" in Estudos de Urbanização, tradução de Eunice E. Ribeiro Costa, Livraria Pioneira Editora, São Paulo.
- Kautsky, K. (1968) A Questão Agrária, tradução de C. Iperroig, Gráfica Editôra Laemmert S.A., Rio de Janeiro.
- Kayser, B. (1966) "A Região como Objeto de Estudo da Geografia" in George, P. et alii, A Geografia Ativa, Difusão Européia do Livro, Editôra da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Lefebvre, H. (1969) O Direito à Cidade, tradução de T.C. Netto, Editôra Documentos Ltda., São Paulo.
- Lefebvre, H. (1973) De lo Rural a lo Urbano, tradução de Javier González-Pueyo, Ediciones Peninsula, M.R., Barcelona.
- Lefebvre, H. (1976) Espacio y Política, tradução de Janine Muls de Liarás e Jaime Liarás Garcia, Ediciones Peninsula, Barcelona.
- Lenin, V.I. (1974) El Desarrollo del Capitalismo en Rusia, tradução de José Laín Entralgo, Editorial Ariel, Barcelona.
- Lerner, J. (1978) "A Necessidade da Escala Menor" in Veja,

- nº 529, Editora Abril, São Paulo.
- Lojkin, J. (1979) "O Papel do Estado na Urbanização Capitalista", tradução de Reginaldo Forti in Forti, R., (org.), Marxismo e Urbanismo Capitalista. Textos Críticos, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.
- Lopes, J.R.B. (1971) Sociedade Industrial no Brasil, 2ª edição, Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- Marx, K. (1961) "Trabalho Assalariado e Capital" in Marx, K. (e) Engels, F., Obras Escolhidas, Vol. I, tradução da Editorial Vitória, Editorial Vitória Limitada, Rio de Janeiro.
- Oliveira, F. de (1979) "O Terciário e a Divisão Social do Trabalho" in Estudos CEBRAP, nº 24, Edições CEBRAP, Editora Brasileira de Ciências Ltda., São Paulo.
- Santos, M. (1978) O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo, tradução de Sandra Lencioni, copidescagem de Antônio Pádua Danesi, HUCITEC, São Paulo.
- Santos, M. (1979) O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos, tradução de Myrna T. Rego Viana, Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro.
- Santos, M. (1980) A Urbanização Desigual. A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos, tradução de Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva, revisão de José Fernandes Dias, Editora Vozes Ltda., Petrópolis.
- Singer, P. (1976) Economia Política da Urbanização, Editora Brasiliense, 3ª edição, São Paulo.

Tse-Tung, M. (1974) Obras Escogidas, tradução para o castelhano, Tomos I, II, Editorial Fundamentos, Madrid.

Wilhelm, J. (1978) "A Necessidade de Descentralizar" in Verja, nº 529, Editora Abril, São Paulo.

*

... com uma interpretação adequada...
... a respeito da natureza da realidade...
... a respeito da natureza da realidade...
... a respeito da natureza da realidade...
... a respeito da natureza da realidade...

CAPÍTULO 3

UMA QUESTÃO DE ÓTICA ESPACIAL

Quando se trata de questões de física...
... a respeito da natureza da realidade...
... a respeito da natureza da realidade...
... a respeito da natureza da realidade...
... a respeito da natureza da realidade...

... a respeito da natureza da realidade...
... a respeito da natureza da realidade...
... a respeito da natureza da realidade...
... a respeito da natureza da realidade...

UMA QUESTÃO DE ÓTICA ESPACIAL

Uma das características do senso comum é o raciocínio a priori. Raciocinar dêste modo é expor um argumento que é o resultado da experiência e da aprendizagem. Por isso, o modo a priori de compreender e propor só é próprio da cabeça já formada e auto-suficiente.

Ao nível científico isto equivale a tomar uma teoria já existente e aplicá-la, o que é perfeitamente normal e, em muitos casos, desejável.

Há, contudo, uma diferença: o senso comum, geralmente, não ultrapassa a ordenação lógica da constatação das aparências da realidade. Já o raciocínio científico procura ir além da mera maneira como o objeto apresenta-se à observação.

Quando se trata de apreensão do real por via da construção da teoria que o explica coloca-se o problema de que se chega à explicação a posteriori, através de inferências indutivas. Construída a teoria pode-se avaliar o seu alcance. Esta é a característica da criatividade em ciência.

Também o senso comum realiza esta operação mental, mas o resultado obtido, não ultrapassando a aparência das coisas, produz-se como uma espécie de exercício de tentativa e erro.

Ora, o caminho do conhecimento científico não é o do empirismo nem o do racionalismo. Êste impasse caracteriza a mente que não tem autonomia de conhecimento.

Ter autonomia de conhecimento é saber construir o raciocínio teórico, diferente do raciocínio prático. Isto se dá por meio de uma aprendizagem em que o pro-

cesso a posteriori é o modo de elaborar as categorias e os conceitos. É que, "examinar alguma coisa a posteriori é, por estranho que pareça, numa primeira aproximação, conhecê-la corretamente, visto que o a priori suposto é o de que a consciência o é na realidade e da realidade. Por isso, posterior. O que ela pode fazer é a previsão da tendência - se $p \rightarrow q$ - ou, reconstruir a seqüência do real, em processo, do qual faz parte". (1979: OOX).

Em que consiste ir além das aparências?

O problema tem solução quando se considera que o método de exposição dos resultados é o inverso do método de investigação. "Isto se dá quando se produz a descrição do real, que já é o seu entendimento, visto que as pessoas e as coisas aparecem ordenadas segundo as alcança percepção. Mas, bem pensado o procedimento, isso é uma abstração e, como tal, o verdadeiro ponto de partida. O pensamento, então, eleva-se ao concreto, quando ocorre uma inversão do modo de ser e fazer, agora puramente mental, pois que depende apenas da inteligência do narrador. Em termos de positivismo lógico: toma-se o concreto empírico (sensível); chega-se à abstração; toma-se, a seguir, a abstração, chega-se ao concreto lógico. Este último, é a teoria. Ela foi construída de modo inverso à elaboração do dado ou fato, que é abstração feita a partir da percepção do mundo empírico." (1979: VIII).

Em outras palavras, é a apreensão do ser por uma via ontológica que permite descobrir-lhe a epistemologia. No processo estão implícitas uma teoria do conhecimento, uma lógica e uma metodologia. Entenda-se teoria do conhecimento diferente da gnoseologia.

Como descrever tal procedimento?

Tudo o que ocorre é, então, uma praxis.

"A praxis implica em uma demonstração teórica e em uma demonstração prática. A primeira, remete à consistência do argumento e a segunda à verificação empírica. O trabalho intelectual científico tem essa característica.

"É essa praxis que constitui a gênese da produção da teoria, que se realiza como proposição e argumento ontológicos.

"A ontologia, uma vez delineada, remete à epistemologia.

"A epistemologia, enquanto discurso crítico, baseia-se na gnoseologia, na teoria do conhecimento, na lógica e na metodologia.

"Vejam cada uma delas, pois disso depende a elaboração do saber, que constitui o 'input' de uma nova realização da praxis.

"O que se segue são suposições, que podem ser compreendidas como hipóteses sistêmicas.

"Em Gnoseologia o ponto de partida é o raciocínio. Produzindo o conceito-idéia, ele leva à compreensão. O conceito-idéia expressa-se como categoria, que remete à memória cultural, voltando, em 'feed-back' ao raciocínio.

"O raciocínio produz a consciência, que é conceito-idéia e compreensão. Mas, a consciência não pode realizar-se sem a intuição. É nessa relação que se põe a pré-ideação. Por isso, também a impressão-expressão. Esta, causa a emoção (que é manifestação do social-natural da humanidade). A memória cultural registra a pré-ideação.

"A intuição remete à sensibilidade que é a forma de por-se a sensação (o sensível), e o sistema nervoso, que programa a memória genética. Esta põe-se como 'feed

back' do sistema nervoso. Por isso, a memória genética registra também a pré-ideação.

"A memória genética e a memória cultural entram em interação como determinações naturais e sociais.

"Então, a Gnoseologia estuda a estrutura e funcionamento do conhecimento.

"A Teoria do Conhecimento propõe-se, inicialmente, como conteúdo e forma. O conteúdo, como significado, apresenta-se como real e aparente. A forma, como significante, apresenta-se, igualmente, como real e aparente.

"Há, então, uma estrutura e funcionamento do conhecer, que se põe, desde logo, como linguagem. Há a linguagem do senso comum e a linguagem do conhecimento científico. A linguagem é relação sujeito-objeto como prática ou como teoria. No primeiro caso, ela remete à verificação empírica e ao comportamento. Por isso, o erro é a transformação inadequada do real; a verdade, a transformação adequada do real. No segundo caso, ela remete às representações lógicas e às idéias. Por isso, o erro é o conhecimento da aparência das determinações; a verdade, o conhecimento da essência das determinações.

"Esta estrutura e funcionamento do conhecer produz, como resultado, a verdade lógica, como conhecimento da essência das determinações, o que leva à solução do problema; produz, também, a verdade empírica, como transformação adequada do real, que corresponde à satisfação da necessidade e, por isso, remete à solução do problema.

"A verdade lógica é 'input' da relação inicial de conteúdo-forma, do mesmo modo que a verdade empírica.

"Este sistema fechado tem modalidades de coe

rência interna.

"A Lógica dá conta dessa coerência interna , enquanto estrutura, e funcionamento do pensamento.

"Em primeiro lugar, como símbolo e sinal, significado e significante.

"Em segundo lugar, como afirmação, negação e negação da negação.

"Em terceiro lugar, como identidade, não contradição e terceiro excluído.

"Em quarto lugar, como partes e todo.

"Assim, como lógica simbólica, como lógica dialética, como lógica formal e como lógica estrutural.

"O conjunto da estrutura e funcionamento do pensamento põe-se então, sistematicamente, como interação entre significado e movimento, significado e forma, significado e análise, que é 'output' do significado.

"Mas, como realizar essas operações?

"A Metodologia procura ser a resposta.

"Ela lida com a explicação e a descrição. A explicação é o encadeamento de raciocínios, que produzem a interpretação. Ela é a mediação entre o concreto lógico e a abstração. A descrição, que se subdivide em hipótese, observação, análise e generalização, produz a investigação , que é mediação entre a abstração e o concreto sensível.

"Se caminha-se do concreto lógico ao concreto lógico, da abstração à abstração, do concreto sensível ao concreto sensível, tem-se a dedução. Então, a explicação é sempre um processo de dedução. Se caminha-se do concreto lógico à abstração e desta ao concreto sensível, ou do concreto sensível à abstração e desta ao concreto lógico, tem-se a indução. Dedução e indução relacionam-se por-

que não há explicação sem descrição, e descrição, sem explicação, no conjunto do pensar.

"A epistemologia produz-se, então como discurso estrutural-funcional, que se expressa como comunicação.

"O problema realmente difícil põe-se como registro de uma nova programação, que implica sempre na decodificação da mensagem. Por isso, o 'feedback' é sempre ontológico, ou, mesmo, metafísico. Mas, decodificá-lo é retomar o processo de produção da ontologia." (1980: 93/4/5).

Essa exposição fenomenológica tem por objeto encaminhar o discurso à consideração da ótica espacial adotada aqui.

A Subtotalidade Geografia: o Espaço como Sêr

A formulação ontológica inicial é a de que "a forma espacial é a expressão do lugar, que é o valor real, assim como as pessoas que o habitam e trabalham." (1978: 3).

A decodificação da formulação implica na consideração de seus pressupostos.

O primeiro pressuposto é o de que as formas primitivas do sêr são o espaço, o tempo, o movimento e a matéria. Tem-se identificado a matéria como sinônimo do sêr ou, em outros casos, privilegiado a matéria como o sêr mais importante. Na verdade o sêr - como tudo o que existe de real (incluindo aqui a fantasia etc.) -, sendo tudo o que é, apresenta-se com muitas formas. Considera-se, entretanto, que as acima mencionadas são as formas primitivas de existência do sêr no mundo da ciência.

Neste caso, foi feita uma formulação inicial seguinte: "Pode-se optar, então, pela consideração de espaço, tempo e movimento como modos de ser da materialidade. Isto significa que o espaço, o tempo e o movimento não constituem um 'meio' no qual a matéria existe. O sêr é êle próprio espaço, tempo e movimento desde logo. Assim também a matéria." (1979: OVI).

A crítica que se fez foi, então: - "O espaço não é um atributo do sêr?". A pergunta não faz distinção entre o espaço, como forma de existência do sêr, e a extensão, como manifestação do espaço, um dado universal do sêr. Nada existe, é, sem extensão. (1980: 1). Isto significa que tudo que existe é espaço e, também, está contido no espaço, mas, nem tudo que é espaço é, por exemplo, social. Mas, reforçando o argumento, o social é também espaço. Contudo, também o natural é espaço, e é um sêr diverso do social.

O segundo pressuposto é o de que as formas derivadas do sêr são a natureza, a sociedade e a consciência. Elas não podem existir, no campo da ciência, sem o espaço, o tempo, o movimento e a matéria. A natureza, a sociedade e a consciência são, então, formas do sêr posteriores àquelas. Mas, só podem ter existência real como modos de ser da energia, que se põe como trabalho. Assim, a energia é, na verdade, o primeiro pressuposto do real.

O que é a energia? A energia é um campo de forças que se auto-reproduz. Ela é uma propriedade do universo, tal como o conhecemos. A energia manifesta-se como formas de trabalho.

A natureza é o sêr de maior extensão. A sociedade é um sêr de extensão menor. A consciência, ainda

de menor extensão. Por que? Porque há que distinguir entre a consciência natural e a consciência social e, nesta, a consciência em si da ontologia. Considere-se, no entanto, que a consciência em si, como forma superior de consciência é um fenômeno em expansão, no processo histórico de transformação da natureza pelo homem e na própria auto-transformação deste.

É a consciência ontológica que se põe o problema do sêr e de sua transformação. O senso comum o faz, o conhecimento científico o faz, com as diferenças já especificadas.

Como se dá o espaço como sêr?

Em primeiro lugar o espaço se põe como espaço em si. O espaço em si é o espaço que se manifesta como extensão singular, irreduzível a outros espaços. Considerado em si mesmo o espaço revela sua identidade, no sentido de Hegel e não no de Kant.

Em segundo lugar o espaço se põe como espaço de ocorrência. Neste caso o espaço é um espaço particular, que se revela por suas relações com outros espaços.

Em terceiro lugar o espaço se põe como espaço de manifestação. Neste caso o espaço é um espaço universal porque contém em si as relações que o relacionam com outros espaços.

O espaço como sêr da epistemologia tem três modos principais de existir: o espaço natural, o espaço social e o espaço mental.

O espaço natural é o espaço do mundo orgânico, abstraindo-se a existência humana. É o espaço da natureza vista como um todo com seus fenômenos associados à variedade de lugares existentes.

O espaço social é o espaço humanizado como segunda natureza e que inclui o espaço especificamente social, como espaço inteiramente criado e valorizado pela cultura, e localizado.

O espaço mental é o espaço da consciência individual e social que expressa a idéia como conceitos e categorias.

O espaço geográfico é um espaço exterior ao espaço mental mas é um espaço constituído no processo de apropriação do espaço terrestre a partir do seu conhecimento. Esse conhecimento é, desde logo, o conhecimento do lugar.

O que é o lugar?

"O lugar, que é apreendido como representação e como dado real, vale dizer, como forma espacial - é um complexo (uma totalidade) de relações de localização. Em Geografia, a localização expressa-se como sítio, situação e posição. O sítio é o lugar considerado em si mesmo, em sua permanência no fluxo de sua materialidade. Em sua forma espacial concreta o sítio é o lugar que aloja efetivamente o resultado da atividade humana e essa própria atividade. A situação é o lugar considerado em relação a outros lugares. Ela depende da existência do sítio, que é sua referência absoluta. A situação existe na dependência de outras situações, como tempo, movimento, ser e espaço relativos. A posição é o lugar considerado como representando o conjunto de relações contidas em outros lugares, Ela é, por isso, inseparável da situação e do sítio. Em Geografia, os lugares considerados como sítio, situação e posição - cujo complexo define a localização - manifestam-se como território, região e área. O território é o lugar considerado em

si mesmo, em sua permanência no fluxo de sua materialidade. Sua forma espacial concreta o dá como o lugar de domínio da natureza - o domínio de um rio, a predominância de um tipo de solo ou de vegetação - ou de um grupo humano. O que o caracteriza é a ocupação, domínio e posse. A região é o lugar considerado em relação a - vale dizer, na dependência de - outros lugares. Em sua forma espacial concreta é o lugar histórico e natural em que se nasce ou a que se pertence. Daí a importância dos hábitos e costumes da população e dos tipos regionais. Mas, também, a região é o lugar de ocorrência de determinados aspectos naturais, que devem ser considerados em conjunto. A área é o lugar considerado como representando o conjunto de relações contidas em outros lugares. Ele é, de modo concreto, o lugar em que se está ou que se considera. Mas, o lugar só existe como relações de localização, que são as relações de referência de um fenômeno. Em Geografia, as relações de referência de um fenômeno são o território, a região e a área. O fenômeno é uma coisa ou evento; a coisa é evento e o evento é coisa porque ser é existir. Por isso, o lugar geográfico, empiricamente dado como território, região e área, é uma forma espacial particular, que se expressa em cada ponto da superfície da terra, com características históricas e sociais específicas. Ele é uma das determinações da multiplicidade do real e que fundamenta a ciência geográfica." (1979: 062/3).

As relações espaciais geográficas são relações concretas. Elas têm como referência o lugar e, por isso, a área, a região e o território. A relação espacial expressa-se como distância: distância interna e distância externa; ela é sempre localizada e determina relações. As

relações espaciais são uma característica do espaço geográfico, como conjunto de lugares e de relações entre lugares.

O espaço geográfico - como o maior lugar possível - é uma das determinações do sêr. Sua determinação dá por suas propriedades e pela ação humana, na superfície da terra.

Por isso, o espaço é valor em si e valor para outros. O que determina êsse valor é o trabalho: trabalho natural, trabalho social e trabalho intelectual. O espaço geográfico é, então, desde logo, um valor para a humanidade. Como? principalmente como recurso. E, também, mudando seu caráter conforme o modo de produção. No capitalismo o espaço geográfico é, por exemplo, objeto e meio de trabalho.

O espaço como sêr manifesta-se, então, como espaço-tempo. Assim também o espaço geográfico como uma de suas formas. Há que considerar o espaço distância (tempo de percurso) e o espaço do tempo presente no espaço (tempo de duração).

Dialética e Materialidade do Espaço

O espaço geográfico expressa-se à observação como forma espacial. Mas, também como relações. Formas e relações tem permanecido um "mistério" em Geografia. "Para desvendar êsse "mistério" - é preciso possuir a aparelhagem adequada que deve constituir-se no método dialético e no materialismo geográfico. Êstes indicam o espaço como a categoria universal da subtotalidade geográfica. Mas, o espaço nada é sem a referência aos lugares concretos que o particularizam, como áreas, região e território. Mais ainda, espaço, lugar, áreas, região e território são formas cu

tegoriais e conceituais que se relacionam como relações espaciais, vale dizer, como processos.

"As formas e os processos espaciais são unidades na diversidade dos modos de produção natural e social. Por isso, desde logo, são resultados do trabalho." (1980: 1).

Cabe considerar a forma espacial. "A forma espacial - que é o ser ou o existir das coisas e eventos - manifesta-se como o modo concreto (histórica e socialmente dado) de expressão do lugar. É específico da Geografia, que o lugar e sua forma espacial só possam ser considerados isoladamente pelo recurso da abstração. Na sua relação, a forma espacial é a concreção fenomênica do lugar. Ela manifesta-se à percepção como paisagem, apreendida pelo pensar, sentir, agir. O entendimento da paisagem é a forma espacial apreendida como representação e como dado do real. Pode-se distinguir, por isso, uma forma aparente, que se refere à representação e à paisagem, em sua realidade percebida; e uma forma real, que se refere ao conteúdo da representação e ao conteúdo do dado percebido. A forma espacial - como um dado físico - contém a história e o social. Assim, contém sua descrição e explicação espaciais, porque é suscetível de ser apreendida conceitual e categorialmente. Não se trata de que 'os corpos ocupam lugar no espaço', visto que os corpos e o lugar vazio são manifestações aparentes da essência do espaço que, numa primeira aproximação, é uma manifestação da materialidade do mundo físico. Além disso, a forma espacial é tempo e movimento. Por isso, o espaço é o ser, é o tempo, é o movimento. Trata-se de captar sua manifestação como forma. Em Geografia, o espaço, como expressão da materialidade do mundo físico, é inseparável da vida e, por isso, da existência química e biológica da maté-

ria. A forma espacial é então, tempo, movimento, sêr e espaço, ou seja, o conjunto de relações que a expressam." (1979: 061/2).

Se a forma espacial é movimento, como se dá êsse movimento? "Considere-se que o espaço absoluto contém o relacional e vice-versa. Também o espaço relativo contém o absoluto e o relacional.

"O espaço absoluto determina o relacional se é qualitativamente mais importante: ele contém dentro de si a dimensão de hegemonia que o relaciona com outros espaços absolutos. O espaço relacional determina o espaço absoluto se, através da mediação do espaço relativo, pode modificar o espaço absoluto. Modificar o espaço absoluto é alterar-lhe as relações, de dentro para fora ou de fora para dentro. Como não existem espaços sem relações, desde logo a possibilidade de transformação está implícita no próprio espaço como sêr.

"É por aqui que se manifesta a forma espacial.

"Essa manifestação é uma modalidade de movimento da matéria.

"Então, o espaço é social, é natural- não é possível separar nesta instância - e é movimento.

"Se o espaço é sêr, então o espaço se move. Como? Como espaço relacional que (...) 'representa dentro de si as relações com outros objetos'. Por isso, também como espaço absoluto e como espaço relativo." (1980: 67).

Dito de outra forma: "Uma das possibilidades de evitar o dualismo implícito é considerar que o espaço, que é produzido, é desde logo um de seus próprios meios de produção, ou seja, o espaço não é apenas base, condiciona ou oferece possibilidades, mas é ele próprio componente de

sua efetivação, no processo de transformação do real espacial, como extensão." (1980: 2).

O espaço é um sêr com características especiais. Se êle é corpo e lugar vazio, como manifestação da materialidade, têm a propriedade de sêr como corpo e de ser como vazio. Por isso, o espaço é velocidade; é duração e contém a duração; é matéria e contém a matéria.

Além disso, o espaço transforma-se nas suas relações com o tempo e a velocidade. A extensão modifica-se.

A Especificidade do Espaço Urbano no Capitalismo.

As considerações precedentes, de caráter muito geral, foram pré-requisitos para sua particularização.

Na atual fase do capitalismo de monopólio, em que se pode falar de uma reprodução ampliada composta de capital, o espaço torna-se em si mesmo um requisito da produção do excedente.

Como? Por meio da renda.

Considere-se, em primeiro lugar, o problema com abstração da existência do Estado.

"O capitalista detém a posse dos meios de produção e aloca como quiser as benfeitorias, máquinas e instrumentos de produção. O monopólio surge como um dado da posse do espaço. Na concorrência, se êle chega primeiro, ocupa um espaço de monopólio, já dado pela situação anterior. Isto permite, agora, que determine o preço, alocando, assim, o espaço. A renda do solo torna-se uma renda suplementar, diferente da fase anterior. O capitalista individual apropria-se de uma grande soma de espaço tornando-

produtivo e concentrado. A concentração de espaço produtivo não pode, contudo, exceder as possibilidades de realização da circulação do capital, que depende, também aqui, da taxa média de lucro, agora determinada pela formação do preço de monopólio. Como a especulação imobiliária aumenta, porque aumenta o preço médio do solo, o capitalismo se vê, novamente, na obrigação de regulamentá-la.

"Por isso, é preciso considerar a ação do Estado.

"A política do Estado, num primeiro momento, o apresenta como produtor de capital. Em relação ao solo ele orienta a concentração de espaço, determinando a localização das benfeitorias, de modo a não opor-se à realização da taxa média de lucro. Por isso, o próprio Estado investe na ocupação do solo.

"Num segundo momento, a política do Estado em relação ao solo orienta-se no sentido de regular a especulação imobiliária, passando a dirigir o uso do solo. Para isso, necessita ampliar o seu próprio espaço, como agente financeiro. O Estado transforma-se, por isso, no Estado monopolista.

"Nessas novas condições, o espaço produtivo passa a ser um estoque de capital, sob controle do Estado. A taxa de lucro passa a ser realizada através de mediação do Estado. Parte do excedente, nas mãos do Estado, passa a ser aplicado também na produção de áreas de lazer, como meio adicional de reprodução do espaço produtivo, espaço de reserva. O espaço improdutivo torna-se espaço produtivo, em potencial, como solo de reserva, reserva de capital, por meio de renda." (1980: 46).

Os espaços públicos, estatais ou privados,

passam a ter um preço que se reflete para o consumidor como um custo adicional.

Esse custo é diferenciado no centro e na periferia urbanas. No centro, através da renovação urbana, o espaço produzido, como capital fixo de serviços, é revitalizado. Na periferia, o espaço produzido passa a ser uma forma de realização de acumulação de capital de serviços.

Na metrópole atual o espaço de serviços é um espaço avançado, em que as barreiras municipais tendem a ser abolidas para a efetivação da área metropolitana, como o lugar da reprodução ampliada composta do capital.

Mas, o espaço metropolitano ampliado desenvolve-se por toda a rede urbana. O Estado do planejamento é o Estado que representa o capital ampliado que se reproduz de modo composto, atuando nos sistemas de cidades para efetivar a circulação e concentração do excedente.

A geração do valor, no circuito urbano, se dá na relação cidade-cidade, cada um desses espaços urbanos lutando para reter para si uma parcela do excedente.

Isto entra em contradição com a superestrutura jurídica existente assim como com os antigos direitos de propriedade.

O crescimento horizontal passa a ser regulado, porque é preciso regular a especulação imobiliária na periferia. O crescimento vertical é regulado, porque é preciso regular a especulação imobiliária no centro expandido.

A localização das formas de capital aparecem como determinadas pelo capital de serviços, em cuja composição influi decisivamente o Estado. A imobilidade da localização absoluta é alterada pela flexibilidade da localização relativa. Mas, o que induz a lógica geral é o fluxo

da localização relacional.

A localização relacional (tudo se relaciona) produz o zoneamento, a legislação do solo criado, e outras formas de controle do crescimento da cidade.

O monopólio do solo pelo capital anterior torna-se mais rígida com o aparecimento do monopólio do solo pelo capital de serviços, gerando-se uma contradição entre a necessidade de maior velocidade nos fluxos e as barreiras herdadas do passado. O processo de reprodução do capital divide-se, então, em reprodução simples ampliada e reprodução ampliada composta. Esta, supõe a setorização do capital e sua fragmentação em submodalidades de capital.

O capital ampliado composto pode, assim -com o auxílio da tecnologia, atuar nas mais diversas condições de sítio urbano, gerando uma morfologia e fisiologia próprias na apropriação do excedente.

O novo desenho da cidade modifica-se. Desaparece o modelo metropolitano simples centro-subúrbios e surge o modelo metropolitano composto, centro-periferia. Neste, as zonas, os distritos e os bairros são redefinidos para a geração do valor.

O que é o solo hoje?

O solo tornou-se a forma através da qual o espaço urbano se põe como infraestrutura e determinação da reprodução ampliada composta do capital. Seu uso, por isso, passa a ser determinado pelas exigências de uma nova especulação imobiliária - em grande escala - vertical e horizontal, que, ao mesmo tempo que põe em risco a taxa média de lucro obtida nessas novas condições, precisa ser regulamentada, sem que com isso se perca o dinamismo da circulação do excedente, gerado pela socialização do espaço,

que é a contrapartida de sua concentração capitalista.

Por isso, o espaço efetivo e o espaço criado estão em permanente conflito, conflito êsse que marca tipicamente a natureza do espaço urbano hoje.

Por isso, o Estado, mas também a empresa privada monopolista - nacional ou multinacional - precisa do trabalho dos especialistas: do arquiteto, para a solução dos compartimentos e relações ao nível da moradia (desde a habitação como necessidade básica, até a idéia do módulo descartável); do urbanista, para o novo desenho urbano; do planejador, que deve fornecer a lógica dessa totalidade; do paisagista, que deve cuidar do revestimento urbano, como arte final do espaço ampliado; do político, para a tomada das decisões de mediação na desigualdade da realidade urbana; do técnico, como o efetivador do espaço sem atritos; do economista, principalmente ao nível do consumo; do sociólogo, para cuidar da qualidade de vida; do antropólogo, que deve sugerir o novo homem urbano; do psicólogo, para resolver os problemas dos relacionamentos; do psiquiatra, para cuidar da saúde mental da cidade, assim transformada; do linguista, para que todos entendam os sinais e os símbolos urbanos; do historiador, para revalorizar o trabalho necessário à reprodução desse espaço; e de toda uma infinidade de funções especializadas, novas ou antigas.

O que a nova cidade espera do geógrafo?

"Coloca-se, então, aqui, uma questão importante: a Geografia estuda o espaço a produzir, o espaço em produção, o espaço produzido, ou estuda a produção do espaço?

"A pergunta implica em que tem que se admitir que a relação natureza e sociedade não permite a ado-

ção de soluções simples. (...)

"Na unidade contraditória do sêr geográfico há, então, que considerar o físico e o natural, o humano (como ecologia, sociedade e cultura), o próprio espaço geossocial analítico, o processo e a forma, como categorias da formação geográfica.

"É a formação geográfica que coloca concretamente a questão dos estudos geográficos e modo de produção; dos estudos geográficos e política. Assim, a natureza e a sociedade, em geral, não podem ser estudados sem a consideração das relações sociais de produção e seus conflitos, que se exprimem na existência do Estado.

"Daí as questões práticas que se apresentam ao geógrafo, quando êste assume sua disciplina como um recorte do real, uma subtotalidade específica: o que é esse profissional hoje, no mercado de trabalho? como resolver as questões de especialização e interdisciplinaridade?

"Só a consideração das categorias particulares do sêr geográfico pode encaminhar à solução." (1980 : 2).

*

BIBLIOGRAFIA

Silva, A.C. da (1978) "O Lugar da Busca" in O Espaço Fora do Lugar, HUCITEC, São Paulo.

Silva, A.C. (1979) "Introdução" in Cinco Paralelos e um Meridiano. Contribuição ao Discurso Geográfico Teórico

co, xerox, São Paulo.

Silva, A.C. da (1980) "Objeto: Espaço e Poder" in Geografia e Política. Uma Análise Crítica, inédito, São Paulo.

Silva, A.C. da (1980) "Da Praxis à Epistemologia" in De Quem é o Espaço?, inédito, São Paulo

Silva, A.C. da (1980) "O Conceito de Espaço de David Harvey - Implicações Ontometodológicas" in De Quem é o Espaço?, inédito, São Paulo.

Silva, A.C. da (1980) "Anotações para uma Teoria Espacial Urbana do Capitalismo" in De Quem é o Espaço?, inédito, São Paulo.

Silva, A.C. da (1980) A Subtotalidade Geográfica e sua Especificidade, 4º Encontro Nacional dos Geógrafos, AGB, Rio de Janeiro.

*

O PAPEL DO GEÓGRAFO

O que é o geógrafo hoje?

Depende do que é o espaço hoje. Por isso, depende do que é a sociedade hoje. Uma sociedade que, através das formas novas de existência do capital, faz um novo uso do espaço e que, por isso, precisa do geógrafo para organizá-lo.

Como ela o faz? "É obvio que a sociedade tecnocrática, que necessita, mesmo no plano da produção, de especialistas mais e mais qualificados, não poderia embrutecer completamente seus membros nem os tornar inteiramente passivos. Há um domínio em que um mínimo (e mesmo um nível assaz elevado) da vida intelectual permanece absolutamente essencial para o funcionamento da sociedade: o da qualificação profissional. Do mesmo modo, um dos problemas difíceis que se coloca aos dirigentes das sociedades tecnocratas, e que poderia constituir uma das alavancas fundamentais da resistência contra elas, é a dificuldade de assegurar a produção em massa desses que chamei de especialistas e de diplomados 'analfabetos', isto é, das pessoas inteligentes, competentes em seu próprio domínio, porém , completamente passivas, sem nenhuma veleidade de compreensão, puros consumidores em todos os outros domínios de sua existência, que seriam por isso, executantes ideais." (Goldmann, 1972: 27).

Como organizar êsses profissionais? "O primeiro dos fatos novos, a meu ver, é que, na sociedade capitalista européia contemporânea, surgem elementos capazes de fazer crer seriamente que as próprias camadas tecnocrá-

ticas se orientarão no sentido da autogestão. Pois as camadas dirigentes minoritárias sempre necessitaram de bases sociais; tais bases, até aqui, tinham sido, precisamente, a pequena burguesia autônoma, os camponeses, atualmente em vias de desaparecimento. O problema, então, vai, necessariamente colocar-se aos dirigentes da sociedade tecnocrática: como achar outras bases sociais? Ora, estas outras bases só podem ser as novas camadas médias, pelo menos, digamos, as cúpulas desta nova classe operária ou destas camadas médias assalariadas que vêm sendo desenvolvidas pela sociedade tecnocrática. Ora, assim como foi preciso fazer concessões aos operários a fim de os integrar, assim como se fez necessário fazer concessões à pequena burguesia tradicional do mundo liberal, será também preciso fazê-las a essas camadas, tentando embora limitá-las. Contudo, as simples concessões de rendimento não serão suficientes, pela simples razão de que quanto mais tal rendimento aumente tanto menos se tornará decisiva uma simples melhoria do mesmo. De uma maneira ou de outra, provável é que, do lado da classe dominante, a evolução se faça no sentido de um compromisso que permitirá a orientação para certas reformas de estrutura com vistas à participação, à colaboração e às reformas de estrutura nas empresas, e não no rumo de uma verdadeira autogestão. Algumas burguesias resistirão, permanecerão atrás; nem todos os países ficarão ao mesmo nível; porém, ou as reformas serão feitas e os países que as aceitarem caminharão para a frente, ou então não serão feitas e esses países ficarão atrás." (pg. 109).

Como se dá a autogestão na prática efetiva? Qual o papel das camadas médias? "Mas fique bem claro que, se nem todos são operários na fábrica, por que todos te-

riam que ser operários na fábrica de imagens ou na fábrica de conhecimentos? Teria ficado claro? Repitamos: Na medida em que um instituto de pesquisas seja uma empresa industrial, produzindo mercadorias, deverá comportar tanto operários como pessoal de chefia e direção; terá seus chefes e chefões, acionistas e exército de reserva: estudantes, estagiários, pesquisadores temporários; o fato de que todos, ou quase todos tenham a mesma qualificação profissional ou os mesmos títulos universitários, ou até mesmo a mesma especialidade, não muda nada quanto ao problema. Houve um tempo em que todos, em todas as fábricas, tinham a mesma qualificação profissional, do proprietário ao produtor direto. Mas, com o tempo, essa homogeneidade tende a desaparecer, e as universidades americanas, como sempre, já nos deram o exemplo; não são mais professores, mas gestores, administradores profissionais, que se encarregam de sua gestão." (Albuquerque, 1974: 116).

O que aconteceu com as classes médias tradicionais? Qual a evolução recente da nova classe média? "Voltando à nova classe média, o fato distintivo de sua evolução recente é precisamente a alteração do caráter de classe da maior parte das camadas tradicionalmente consideradas nessa classificação. São doravante compostas de produtores diretos inseridos em relações de produção capitalistas que tendem a predominar sobre as outras (artesaniais ou 'liberais')." (pg. 126).

Mas, é produtivo o trabalho dessa nova classe média?

Para Marx "É produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo, e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital." (

Marx, 1978: 71).

Mais adiante argumenta: "Todo trabalhador pro dutivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalha dor produtivo." (pg. 72).

O que acontece com os serviços? Diz Marx que o fenômeno "de que com o desenvolvimento da produção capi talista todos os serviços se transformam em trabalho assa lariado, e todos seus executantes em assalariados, tendo , pois, essa característica em comum com o trabalhador produ tivo, leva tanto mais à confusão entre uns e outros por - quanto é fenômeno característico da produção capitalista , e por ela gerado. Ademais, dá aos apologistas ocasião para converter o trabalhador produtivo, pelo fato de ser assala riado, em trabalhador que simplesmente troca seus serviços (isto é, o trabalho enquanto valor de uso) por dinheiro . Dessa forma, passam felizes por alto sobre a diferença es pecífica desse 'trabalhador produtivo' e a produção capi talista como produção de mais-valia, como processo de auto valorização do capital, cujo único instrumento (agency) a ele incorporado, é o trabalho vivo." (pg.74).

Em seguida esclarece a questão: " Trabalho produtivo não é senão expressão sucinta que designa a rela ção integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos de trabalho produtivo, falamos, pois, de trabalho socialmente determinado, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho. O trabalho produtivo troca-se di retamente por dinheiro enquanto capital, isto é, por dinhei ro que em si é capital, que está destinado a funcionar co mo capital, e que como capital se contrapõe à força detra -

balho. Em consequência, trabalho produtivo é aquele que, para o operário, reproduz somente o valor previamente determinado de sua força de trabalho, ao passo que em sua condição de atividade geradora de valor valoriza o capital; e opõe ao operário os valores criados por essa atividade, na condição de capital. A relação específica entre o trabalho objetivado e o trabalho vivo, transforma o primeiro em capital, e o segundo em trabalho produtivo." (pg.75).

Como é visto o trabalho produtivo no contexto da sociedade tecnocrática de nossos dias? "Uma outra passagem de Marx nos diz que 'o escritor que proporciona trabalho como de fábrica para seu livreiro é um trabalhador produtivo', visto que 'sua produção está subsumida no capital e não é levada a cabo a não ser para valorizá-lo'. Não se trata, neste caso, de um produtor independente que vende seu produto (caso em que, nessa atividade de venda, seria um comerciante, como ocorre com todos os produtores mercantis simples independentes), nem de um produtor que, sendo um trabalhador independente, esteja não obstante subordinado a um capital comercial. Trata-se, isto sim, de um trabalhador situado numa relação social em que vende sua força de trabalho como mercadoria (e não a mercadoria-produto de seu trabalho) a um capitalista que o assalaria. Em outras palavras, já não se trata de uma 'forma de transição', mas efetivamente da aplicação da produção capitalista a esse tipo de atividade; trata-se do modo de produção formalmente capitalista.

"Hoje em dia, essa parece ser uma forma que se impõe crescentemente nesses tipos de atividade. Mais do que isso: a produção capitalista, incorporando cada vez mais tipos de atividade, foi capaz de fazê-los inclusive proliferar.

"Por outro lado, as atividades que, por seu conteúdo, tem a natureza de 'serviços', isto é, cujo resultado não se distingue do ato de produção, recebem o mesmo tratamento de Marx, e estão sujeitas às mesmas observações que fizemos acima. O caso é apenas formalmente mais complicado em virtude da natureza da atividade, em virtude da inseparabilidade empírica entre execução e resultado. No entanto, como no caso anterior, o tipo de atividade admite logicamente (como admitiu historicamente) as mesmas relações. Como 'produtor independente' ou 'prestador de serviço', o trabalhador vende a execução/resultado para um comprador que se situa como consumidor e não como capitalista; na 'forma de transição', subordina-se a um capital comercial na verdade da execução/resultado (por exemplo: a relação entre um cantor e os consumidores de seu canto, intermediada pela sua relação com o empresário comercial, o qual detém um 'lucro de alienação'); finalmente, a mesma atividade pode dar lugar à subsunção formal desse trabalho ao capital, como é o caso do trabalhador que vende a execução/resultado potenciais existentes na forma de trabalho que cede a um capitalista em troca de um salário (o exemplo mais conhecido, do próprio Marx, é o do mestre-escola assalariado de uma instituição de ensino privada)." (Villalobos, 1978:28).

O caso do trabalho científico é também complicado, como o demonstra a análise que dele pode ser feita. " 1º. O trabalho científico aparece como alguma coisa de pessoal, no sentido de que, afora os instrumentos de pesquisa, os meios de trabalho encontram-se dentro da cabeça, e no limite, do próprio corpo do pesquisador. Nenhuma atividade científica propriamente coletiva parece existir, e o fracasso da tão decantada interdisciplinaridade é sinal

disso: o interdisciplinar só existe na coexistência de diversas teorias ou disciplinas na cabeça de um mesmo cientista. O trabalho científico aparece, portanto, como criação pessoal.

" 2º. Como consequência, o trabalho individual é percebido como algo qualitativamente singular. Não se admite qualquer intercambialidade.

" 3º. As condições de reprodução da existência material do cientista não se reduzem de forma alguma ao seu trabalho individual, já que ele não produz bens de subsistência. É preciso, portanto, que seu trabalho seja reconhecido por aqueles que, em troca, se encarregarão de sua subsistência. Uma vez assegurada a subsistência, o trabalho científico realiza, por si só, a reprodução do trabalho científico. Em outras palavras, o trabalho científico assegura por si só a conservação e o desenvolvimento da capacidade de trabalhar cientificamente. Mas somente se, além disso, a subsistência material do cientista for assegurada. Qual é, portanto, a estrutura de relações sociais que tem por efeito o reconhecimento do trabalho científico?

"Antes de responder a esta questão é necessário acrescentar uma nova dificuldade. O trabalho intelectual é a marca de todo ser humano. Numa fórmula mais grandiloquente, podemos dizer que a própria idéia de sociedade humana supõe a existência, em todos os seus membros, de uma atividade intelectual. Para que o intelectual pertença a uma categoria à parte e para que seu trabalho seja reconhecido como tal, é preciso, portanto, que essa estrutura de relações sociais estabeleça, de maneira soberana, o que seja o trabalho intelectual socialmente reconhecível." (Albuquerque, 1978: 77).

Mas, o trabalho científico não pode ser considerado separadamente da técnica, a não ser por abstração. Por isso, é mais correto, hoje, falar-se de produção científico-técnica. "A produção científico-técnica pertence ao setor I, produtor de meios de produção, isto é, seu produto vai ser utilizado num novo processo produtivo, consumido produtivamente. Sua particularidade no setor I é o fato de possuir um nível de materialidade específico, diferente do resto do setor. São discursos de como produzir outros discursos ou discursos sobre 'como fazer' processos de produção estritamente materiais. Os bens de produção científico-técnicos são produzidos na 'abstração' e circulam especificamente com a materialidade própria das idéias, além do problema secundário de sua forma (livro, filme, fita gravada). Enquanto que uma fração de capital (privado ou estatal) é proprietário privado dos bens materiais, os produtos científico-técnicos não são, na verdade, propriedade privada de uma ou outra fração do capital (pela razão de que a fração do capital sob a qual se produziu somente pode controlar parcialmente sua 'circulação gratuita'), mas propriedade de classe do conjunto de capital. Entretanto, não podem ser propriedade dos trabalhadores porque estes não dispõem dos recursos necessários para usar reprodutivamente um produto científico. Isso significa que um trabalhador, que possua o segredo de 'saber como produzir', o máximo que pode fazer é 'vendê-lo' a outro capitalista diferente daquele a partir do qual produziu esse 'como fazer' mas não pode utilizá-lo para realizar um processo produtivo sob o seu domínio, o que o converteria num capitalista.

"Podemos definir, da mesma forma que na produção material, três componentes na produção científico -

técnica: o objeto de trabalho, o instrumento de trabalho (ambos meios de produção) e a força de trabalho.

"O objeto de trabalho está constituído de discursos (teorias, modelos desenhos, planos) e de material de experimentação (produtos químicos, biológicos, etc.).

"O instrumento de trabalho está constituído de discursos (teoria de maior nível de generalidade que o objeto, no sentido que operam como chave de deciframento do mesmo) e aparelhos de experimentação (desde um simples tubo de ensaio até um sofisticado acelerador de partículas).

"Podemos definir a força de trabalho científica como energia de pensamento." (Viola, 1978: 50/1).

" (...)

" Os trabalhadores científico-técnicos ocupariam um lugar pouco abrangente mas de uma densidade muito alta de geração de excedente-riqueza social. Os trabalhadores materiais ocupariam uma posição muito mais abrangente mas proporcionalmente de uma densidade muito menor de geração de excedente-riqueza." (pg. 68).

O trabalho científico-técnico gera, assim, um excedente. Como se dá o trabalho improdutivo no limite? "Se interessa saber, portanto, como a riqueza das sociedades em que domina o capitalismo cresce, é preciso saber qual é o montante de trabalho que produz objetos de consumo e meios de produção destes objetos de consumo e qual é a força produtiva deste trabalho. Pensando-se inicialmente apenas no montante de trabalho produtivo, ou seja, no número de horas-homem dedicados à produção de valores de uso, parece que ele é limitado apenas por duas circunstâncias: pelo montante total de tempo de trabalho disponível (como quer que este seja medido) e pela proporção deste total que é

utilizada em trabalho improdutivo ou em ócio voluntário ou involuntário. É possível, no entanto, inverter o raciocínio e indagar se, dados a produtividade do trabalho produtivo e o conjunto de necessidades humanas, a serem por êle satisfeitas, não estará determinado o montante de trabalho produtivo 'mínimo' sendo que apenas a sobra de tempo de trabalho disponível é que poderia ser utilizada em atividades improdutivas e em ócio?" (Singer, 1977: 115).

Essas proposições colocam o problema mais geral da camada dos intelectuais em relação com o conjunto da sociedade; O que são os intelectuais? "Os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui a própria categoria especializada de intelectuais? O problema é complexo por causa das várias formas que, até nossos dias, assumiu o processo histórico real de formação das diversas categorias de intelectuais.

"As mais importantes destas formas são duas:

"1) Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc." (Gramsci, 1978 : 3/4).

" (...)

" 2) Cada grupo social 'essencial', contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura ,

encontrou - pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias - categorias intelectuais pre-existentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fôra interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas." (pg. 5)

Na particularidade do país de herança colonial e dependente como o Brasil, o que ocorreu?

Num primeiro momento, os intelectuais orgânicos apresentam-se sob modalidades tradicionais e ligados ao Estado. Eles guardam, não obstante, características de intelectuais autônomos e independentes, sendo que o Estado lhes garante a subsistência. Por isso, "a parcela majoritária dos intelectuais continuou ingressando nas antigas fileiras da burocracia civil - a saber, o magistério superior, as carreiras judiciárias, o corpo diplomático - que atravessavam um período de transformações em virtude das inúmeras frentes de expansão que então se abriam para essas atividades. A intervenção do Estado na regulamentação dos conflitos entre patrões e operários acarretou a criação de uma nova instância judiciária, a justiça do trabalho; o projeto do poder central em assumir a formação escolar e ideológica das novas frações intelectuais levou à criação das faculdades de filosofia, ciências e letras, dando ensejo à introdução de novas disciplinas (sociologia, antropologia e etnografia, geografia humana, economia política, ciência política, etc) e ao recrutamento de especialistas brasileiros e estrangeiros que dispunham de remuneração equivalente àquela auferida pelos docentes dos ramos tradicionais. As faculdades de filosofia abrigavam não apenas os especialistas das ciências humanas e exatas, mas

também serviram de estímulo à atividade crítica e erudita nas diversas cátedras em que o ensino literário foi segmentado. Aliás, o magistério superior era praticamente a única atividade que não constituía empecilho ao desempenho legal de outras funções públicas remuneradas, privilégio de que se valeram diversos intelectuais. A carreira diplomática, por sua vez, ainda subsistia como refúgio de letrados bisextos, poetas antiquados, memorialistas mundanos e outras categorias de intelectuais diletantes." (Miceli, 1979: 155/6/7).

Num segundo momento, muda a situação, mas permanece a ambiguidade entre o intelectual autônomo e independente e o intelectual orgânico. É que surgem novas carreiras técnicas. Então, "verifica-se a abertura de cargos especializados - técnicos de educação, de organização, assistentes e ajudantes técnicos, etc. - que são preenchidos pelos detentores de uma competência estrita em campos desconhecimento que a essa altura não dispunham de um mercado de trabalho próprio. São os economistas, estatísticos, geólogos, cientistas sociais, educadores que, muitas vezes, ingressam nos escalões inferiores do setor público mas que de algum modo fazem valer sua presença e ascendem na hierarquia graças à raridade de suas qualificações. Havia ainda aqueles que se incorporaram às fileiras estáveis que então se abriam no quadro permanente dos ministérios recentes, os inspetores de ensino, de imigração, do trabalho, etc. Por fim, um contingente apreciável de intelectuais e artistas prestaram diversos tipos de colaboração à política cultural do regime Vargas, aceitando encomendas oficiais de prédios, livros, concertos, manuais escolares, guias turísticos e obras de arte, participando em comissões, as-

sumindo o papel de representantes do governo em conferências, congressos e reuniões internacionais, em suma prestando múltiplas formas de assessoria em assuntos de sua competência e interesse. Vários deles não chegaram a estabilizar sua posição funcional nos quadros permanentes de carreira embora desfrutassem de posições que pareciam inferiores às exigências do mercado, ou então, impermeáveis às servidões impostas pelo mecenato oficial." (pp.157/8).

O que ocorre hoje? Em que a situação mudou?

"O capital nos apanha das maneiras mais diversas e tende a imprimir sentido diferente àquilo que fazemos. Nos privilegiados laboratórios das empresas multinacionais numerosos investigadores encontram campo livre para desenvolver as pesquisas mais esdrúxulas. Ficou patente que a pesquisa é ótimo investimento; a descoberta do transistor, de uma vacina, de uma nova forma de energia, paga, com grandes lucros, os caprichos de qualquer cientista. Aparentemente tais investigadores são assalariados de alto gabarito; não exercem contudo qualquer trabalho produtivo no sentido estreito da palavra; não produzem nada que aumente o valor do produto em questão. Este, antes de tudo, é um valor-de-uso, a primeira pilha transistorizada, a primeira vacina e assim por diante. Não é para inventá-lo, entretanto, que o capital emprega o cientista. O de que se apropria é o know-how, a patente, ou melhor, um título de propriedade que a empresa possui, quer para com ele extrair diretamente mais-valia, por meio da produção em série do novo produto, quer comercializando-o, vendendo-o como uma mercadoria qualquer, fazendo com que essa patente sem valor, desprovida de qualquer trabalho morto, adquira um preço. O salário do cientista, dessa forma, representa uma es

pécie de adiantamento sobre a compra duma propriedade que ele possa vir a criar, compra que se resume na cessão de um privilégio. O mesmo acontece, mutatis mutandis, com a produção de um livro. O autor escreve um valor-de-uso, cujo direito de reprodução cede ao editor; este o reproduz em milhares de exemplares com o fito preciso de auferir lucros, uma parte dos quais cede ao escritor." (Giannotti, 1977: 24/5).

A contradição entre o intelectual autônomo e independente e o intelectual orgânico tende a desaparecer, à medida em que muda a composição orgânica do capital. Com ela muda a estrutura social, e hoje esta é dada pela sociedade tecnocrática. Muda também a forma de organização dos intelectuais. "Hoje, o 'cenáculo' tende a desaparecer ou a desempenhar um papel secundário: é substituído por estruturas muito mais de massas e mais políticas, como, por exemplo, os 'comitês' de intelectuais." (Löwy, 1979: 247).

Por que? Citando Mandel, Löwy reproduz: "A mecanização, a estandarização, a superespecialização e parcelamento do trabalho, que, no passado, apenas caracterizavam a esfera da produção de mercadorias da indústria propriamente dita, penetram agora em todas as esferas da vida social. É característico do capitalismo tardio (Spätkapitalismus) que a agricultura tenha sido passo a passo tão industrializada quando a indústria, a esfera da circulação tanto quanto a fabricação, o lazer tanto quanto a organização do trabalho". (pg. 249).

A consequência é a proletarização do intelectual. "Poulantzas desenvolve um estudo sistemático e preciso da aproximação de uma série de categorias de trabalhadores intelectuais à condição proletária: a maioria dos assa-

lariados de base do setor comercial e de serviços, os agentes subalternos da burocracia pública e privada, técnicos e engenheiros subalternos ao ensino e da pesquisa etc. Entretanto, classifica estas categorias como a fração polarizada pela classe operária da nova pequena burguesia. Por que não considerá-los diretamente como uma nova fração do proletariado? (pg. 251).

Mas, em que consiste essa proletarização? "A 'inteligência', a 'cultura' ou a 'competência' deixam de ser qualidades individuais (reais ou supostas) e incomensuráveis; transformando-se em força de trabalho intelectual, tornam-se mensuráveis, quantificáveis e passíveis de redução a um valor de troca. Por outro lado, enquanto o vendedor de serviços continua sendo proprietário de sua capacidade de trabalho e guarda uma considerável margem de liberdade, o vendedor da força de trabalho está submetido ao comprador da mercadoria que dispõe dela a seu bel prazer. A força de trabalho já não pertence ao proletário intelectual, que deve obedecer a seu novo proprietário." (pg.254).

Para Fougeyrollas, citado por Löwy, "a sociedade moderna transformou a atividade da inteligência especulativa, reflexiva e criadora, antigamente liberal, em atividade assalariada, por vezes, inclusive, mercenária, ou seja, uma forma do trabalho social ... No momento em que a economia mercantil absorve a atividade da inteligência, aparecem os intelectuais, personagens sociais 'reificados', em quem a inteligência tornou-se um instrumento de trabalho engendrando produtos para os mercados do livro, da tela, da composição musical etc." (pg. 256).

O que está acontecendo com a produção cultural? "A produção cultural tende, cada vez mais, a se tor -

nar uma indústria regida pelas leis do mercado, através do cinema, rádio, televisão, revistas de tiragens massivas, casas de edição ávidas de lucros, universidades 'associadas' a empresas industriais. O conteúdo da obra é cada vez mais determinado pela oferta e procura; a indústria da cultura caracteriza-se pela standartização e produção em série que sacrifica tudo o que escapa à lógica implacável do valor quantitativo." (pg. 257).

Qual a consequência política da formação da 'nova fração proletária'? "A Anistia Internacional publicou recentemente um relatório sobre a tortura no Brasil que contém a lista de 1.081 nomes de vítimas da repressão no período 1968-1972. Como é conhecida a profissão de 565 entre eles, podemos ter, estudando aquela lista, uma idéia aproximada da base social da oposição radical (a maior parte dos prisioneiros torturados ou assassinados eram acusados de terem relações com a esquerda revolucionária). Os intelectuais e trabalhadores intelectuais em sentido amplo, inclusive funcionários, empregados, professores, profissionais liberais, estudantes etc., constituem 73,8% do total. Bem entendido, os estudantes fornecem o principal contingente: 39,8%. A maior parte dos demais é de proletários ou semiproletários intelectuais: empregados (sobretudo bancários) (7,1%), jornalistas (5,1%), professores (4,3%) etc. Há também um contingente importante de profissionais liberais: advogados (4,9%), padres (4,4%) etc. Parece-nos que estes dados constituem uma amostra significativa do processo de radicalização da 'intelectualidade' e dos trabalhadores intelectuais em regimes deste tipo na América Latina, senão em todo o Terceiro Mundo." (pg. 265).

Uma das causas dessa radicalização é econômico

ca. Falando dos estudantes, diz Löwy: "a arrasadora maioria deles está predestinada a engrossar as fileiras do proletariado intelectual. Segundo recentes estatísticas americanas, o salário que podem esperar os jovens que cursam de um a três anos de estudos universitários supera em apenas 6,25% o dos jovens que cumpriram o ensino secundário obrigatório. Na França, uma pesquisa do CEREQ (Centro de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Qualificações) mostra que aproximadamente 70% dos estudantes que saíram em 1970 da Universidade ganham salários inferiores a 2.300 F; aliás, os estudantes de letras figuram nas mais baixas camadas." (pg. 268).

Repete-se, então, a pergunta: o que é o geógrafo hoje? Qual sua característica, ou características, no Brasil? Como o capital e o trabalho o alcançam?

O geógrafo hoje deve ser alguém capaz de dar resposta precisa, em primeiro lugar, ao problema de se seu trabalho é produtivo ou não. A resposta a esta questão é difícil porque a profissão foi regulamentada pelo Estado no ano de 1980. É preciso, então, lidar com dados de pesquisa realizada anteriormente. É que a antiga posição do geógrafo como eminentemente professor de Geografia mudou. "Durante décadas, acostumamo-nos a ver geógrafos apenas no IBGE, e a uma escassa produção científica, originária desse órgão e de poucos cursos mais dinâmicos de Geografia. Embora muito se falasse na importância do trabalho do geógrafo e nas suas possibilidades ao integrar equipes interdisciplinares de planejamento, de certa forma a Universidade foi surpreendida com a expansão acelerada e inédita de um mercado de trabalho antes muito restrito. Quase repentinamente, órgãos federais e estaduais de planeja-

mento, empresas de pesquisa e escritórios de projetos passaram a solicitar contribuições geográficas e a contratar geógrafos, na maior parte dos casos professores de Geografia." (Diniz, 1978: 1).

Que fazem êstes geógrafos? Na maioria dos casos "a) elaboração de cartogramas, gráficos e tabelas; b) elaboração de monografias sobre lugares, municípios, etc., de fato, inventários locacionais; c) levantamentos aerofotogramétricos e respectivos mapeamentos.

"Apenas 15,2% dos profissionais dedicam-se a estudos relacionados com o quadro natural, 42,3% trabalham com sistemas econômicos e sociais, enquanto os 42,5 % restantes dedicam-se a mapeamentos, com alguma incursão em uma das duas áreas mencionadas. (...) Existe um geógrafo mais especializado, ao que parece, com desenvolvimento mais recente, e para os quais não haveria maiores preocupações com síntese; comprovar-se-ia, então que, embora proclamando-se que a Geografia é a união entre fatos físicos e humanos, na prática não haveria maior interesse por isso (Lacoste, 1974). O desenvolvimento dessa Geografia mais especializada se refletirá nas propostas sobre currículos de formação maior na preparação dos especialistas." (pg. 9).

Segundo a opinião dos chefes hierárquicos dos geógrafos o desempenho dos geógrafos é bom (62,9%). Mas, exigem dele um trabalho ao mesmo tempo sintético e especializado. (pg.10).

As críticas das chefias são as seguintes (50%): "a) pouca base filosófica e epistemológica; b) currículos circunscritos a disciplinas geográficas; c) postura não crítica, que o faz prender-se a modelos próprios para análise de realidades estrangeiras; d) timidez analítica e

receio de inferir, fazendo com que se prenda ao dado como dado, e pouco avançando além da classificação e de estudos sobre formas." (pg. 10).

O que quer dizer isto? É que, "salvo em casos excepcionais, o geógrafo se coloca a nível de auxiliar técnico." (pg.10).

Quanto ao trabalho interdisciplinar "Não se pode negar que os geógrafos têm participado de equipes interdisciplinares. Segundo eles, isso tem ocorrido com bons resultados, pois são respeitados e os debates mostram-se produtivos. De acordo com o trabalho realizado, todavia, notam-se diferenças quanto a essa participação. De fato, enquanto 91,8% dos geógrafos que fazem trabalhos ecológicos, econômicos/sociais ou mistos participam de equipes, a porcentagem cai para 60% dos que elaboram gráficos e cartogramas." (pg. 11).

Os salários dos geógrafos que lidam articuladamente com várias especialidades são maiores do que os apenas especializados, com exceção para climatologistas e geomorfólogos com maior mercado. (pg. 12).

A conclusão é a de que o trabalho do geógrafo pode ser considerado produtivo, na medida em que produz mais-valia diretamente para o capital - embora sob a forma de serviços. Também entre os geógrafos brasileiros aparecem representantes da "nova classe média" e "intelectuais orgânicos" de novo tipo, particularmente entre as novas gerações. Não obstante, o nível de qualificação é baixo, acompanhado de baixo nível crítico.

Em segundo lugar, o geógrafo precisa ser capaz de dar uma resposta precisa ao problema de sua posição de classe. A pesquisa não permite dar uma resposta a isso.

Nas conclusões afirma-se: "Parece-nos claro que os cursos de formação de geógrafo devem insistir no reforço à instrumentação, dado por disciplinas como Cartografia, Fotointerpretação, Métodos Quantitativos e Pesquisa. Devem também reforçar a idéia de uma formação sintética e globalizante, com disciplinas do currículo ou não, e com a resolução dos problemas metodológicos envolvidos na construção dessa síntese. Um esforço maior, todavia, deve ser feito no desenvolvimento da consciência crítica do geógrafo, que não se pode fazer sem Filosofia, e sem a definição de uma ou várias posturas da Geografia diante dos problemas do mundo. Talvez aí esteja o problema básico, a chave que abrirá ao geógrafo novos caminhos, que não se abrem sem um posicionamento consciente diante da realidade." (pg. 19).

Embora sem a comprovação de dados empíricos, talvez seja possível afirmar que o geógrafo formado hoje possui muito mais uma ideologia urbana e industrial que agrária. Primeiro, porque recebe sua formação na cidade, variando em grau regionalmente; segundo, porque o próprio dado da urbanização acelerada o leva a isso.

Não obstante, a situação de crise das cidades - particularmente das metrópoles - não é favorável ao surgimento de uma consciência muito clara do futuro.

O espaço hoje, no Brasil, é um espaço ainda em formação, com, não obstante, a presença de formas avançadas de manifestação do capital.

Importa, o mais possível, tentar a compreensão desse problema para que o geógrafo possa definir seu papel.

*

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, J.A.G. (1974) "A Nova Classe Média: Caráter , Orientações e Consciência Social" in Debate & Crítica, nº 4, HUCITEC, São Paulo.
- Albuquerque, J.A.G. (1978) "Classes Sociais e Produção Intelectual" in Classes Sociais e Trabalho Produtivo, CEDEC, Editora Paz e Terra S.A., Rio de Janeiro.
- Diniz, J.A.F. (1978) "O Geógrafo Profissional no Brasil" in Simpósio sobre a Formação Profissional do Geógrafo, AGB, São Paulo.
- Giannotti, J.A. (1977) "O Contexto e os Intelectuais" in Seleções CEBRAP, nº 2, 2ª edição, Edições CEBRAP, Editora Brasiliense, São Paulo.
- Goldmann, L. (1972) A Criação Cultural na Sociedade Moderna. Por Uma Sociologia da Totalidade, tradução de Rolando Roque da Silva, Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- Gramsci, A. (1978) "A Formação dos Intelectuais" in Os Intelectuais e a Organização da Cultura, tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2ª edição, Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro.
- Löwy, M. (1979) Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários, tradução de Heloisa Helena A. Mello, Agostinho Ferreira Martins, Gildo Marçal Brandão, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo
- Marx, K. (1978) O Capital. Livro I. Capítulo VI (Inédito), tradução de Eduardo Sucupira Filho e revisão de Célia Regina de Andrade Bruni, Livraria Editora Ciências

cias Humanas Ltda., São Paulo.

Miceli, S. (1979) Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil, (1920-1945), Difusão Européia do Livro, São Paulo.

Singer, P. (1977) "Trabalho Produtivo e Excedente" in Contexto, nº 3, HUCITEC, São Paulo.

Villalobos, A. (1978) "Nota Sobre 'Trabalho Produtivo/Trabalho Improdutivo' e Classes Sociais" in Classes Sociais e Trabalho Produtivo, CEDEC, Editora Paz e Terra S.A., Rio de Janeiro.

Viola, E. (1978) "Formas de Produção Científico-Técnica e Formação Social: Esboços de uma Problemática" in Classes Sociais e Trabalho Produtivo, CEDEC, Editora Paz e Terra S.A., Rio de Janeiro.

*

PARTE II

ESPAÇO URBANO E CAPITAL MONOPOLISTA

CAPÍTULO 5

O ESTUDO DO SOLO URBANO: PRESSUPOSTOS. 1

O ESTUDO DO SOLO URBANO : PRESSUPOSTOS 1

O solo, o ar, a água, os vegetais e os animais são condições básicas de existência humana; são partes da natureza imprescindíveis ao entendimento das necessidades de abrigo, alimentação, vestuário e transporte próprias dos modos de vida.

De todas elas o solo desempenha um papel importante e primordial, no conjunto de elementos necessários à vida. "A falta de preocupação com o solo é parcialmente devida a conceitos e pontos de vista diversos em relação a este importante produto da natureza. Para um engenheiro de minas, por exemplo, o solo é o detrito que cobre rochas ou minerais a serem explorados. É um transtorno que deve ser eliminado. Para o engenheiro rodoviário pode ser o material em que vai ser locado o leito da estrada. Será útil se suas características forem adequadas. Deverá ser removido e substituído por rocha e cascalho se suas propriedades não forem satisfatórias.

"O proprietário comum duma casa emite conceitos sobre solos. O conceito é favorável quando diz 'o terreno é poroso ou de boa textura'. O ponto de vista é oposto, quando o terreno está associado com 'argila dura' que resiste à preparação de uma boa sementeira para ajardinamento. A dona de casa pode dar-se conta das variações de solo, especialmente aquelas relacionadas com a sua viscosidade ou tendência de aderir às solas dos sapatos e eventualmente aos tapetes.

"O fazendeiro, juntamente com o proprietário comum, considera o solo como ambiente para as plantas. Ele